

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE NITERÓI
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM SERVIÇO
SOCIAL
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

KÁTIA VALÉRIA BARCELLOS DE ANDRADE BILONDO

**DA CESTA À RENDA: UM ESTUDO DO SIGNIFICADO DO
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.**

**NITERÓI
2006**

KÁTIA VALÉRIA BARCELLOS DE ANDRADE BILONDO

**DA CESTA À RENDA: UM ESTUDO DO SIGNIFICADO DO
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.**

Dissertação apresentada, sob a orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Santos Freitas ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social. Área de Concentração: Proteção Social e Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Rita de Cássia Santos Freitas

**NITERÓI
2006**

Bilondo, Kátia Valéria Barcellos de Andrade

B599c
2006

Da cesta à renda: um estudo do significado do Benefício de Prestação Continuada. / Kátia Valéria Barcellos de Andrade Bilondo. – Niterói, 2006.

116 il.

Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense.

Bibliografia: f. 112-115

1. POLÍTICA SOCIAL. 2 PROGRAMA NACIONAL DE RENDA MÍNIMA (Brasil). 3. Comunidade do Matadouro (Campos dos Goytacazes, RJ) – Aspectos sociais.

CDD 362.5820981

KÁTIA VALÉRIA BARCELLOS DE ANDRADE BILONDO

**DA CESTA À RENDA: UM ESTUDO DO SIGNIFICADO DO
BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA.**

Dissertação apresentada, sob a orientação da Professora Dra. Rita de Cássia Santos Freitas ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do título de Mestre em Política Social. Área de Concentração: Proteção Social e Serviço Social.

Aprovada em setembro de 2006

BANCA EXAMINADORA:

Dr.^a Rita de Cássia Santos Freitas - Orientadora
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dr.^a Lenaura de Vasconcelos Costa Lobo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Dr.^a Vanda Ribeiro Costa
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

NITERÓI
2006

A Deus toda honra e toda glória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu pai celeste, por ter dado-me a chance de vencer mais esta etapa de minha vida, concedendo-me vida, força, coragem, determinação e discernimento para chegar até aqui. Muito obrigada!

Aos meus pais João Jose de Andrade e Margarida Barcellos de Andrade (in memoriam) que me deram a vida.

Aos professores Marcelo Braz M. dos Reis e Rita Márcia Monteiro Paixão, que gentilmente ajudaram-me na construção do projeto de pesquisa, que deu origem a esta dissertação.

À minha orientadora querida Rita de Cássia Santos Freitas por sua amizade, confiança, paciência, lanchinhos, cafés, almoços e orientações prestadas para que eu pudesse concluir essa tarefa. Muito obrigada por tudo.

As professoras Vanda Ribeiro Costa e Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato pelas contribuições que deram na minha Banca de qualificação, que foram riquíssimas para o formato desta dissertação. Aproveito a oportunidade para agradecer-las antecipadamente por participarem também da Banca Examinadora.

Especialmente gostaria de agradecer ao Observatório da Inovação Social desenvolvido pelo Núcleo de Avaliação de Políticas da UFF - NAP e Programas de Estudo da Esfera Pública - PEEP na pessoa da professora Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato pela contribuição na elaboração do roteiro final de pesquisa.

As professoras Denise Haddad e Ângela Cristina Di Gianni Guimarães pela simpatia e generosidade no proceder da revisão deste trabalho.

À professora Inez Barcellos de Andrade, minha irmã querida pelas orientações prestadas livremente durante esse percurso acadêmico.

Aos professores e colegas do Mestrado pela oportunidade de desfrutar de sua amizade e de seus ensinamentos.

À Lúcia, Vânia e Denilde do Departamento de pós-graduação pela atenção de vocês.

Aos sujeitos dessa pesquisa – beneficiários do BPC por sua co-participação e acolhida, aos moradores da Comunidade do Matadouro, especialmente a José Augusto Carneiro e aos profissionais do PSF Matadouro pelo acolhimento e colaboração. Muito obrigada!

Ao ESR/UFF/Campos, na pessoa do Professor José Luis Vianna da Cruz, pelo apoio e oportunidade de crescimento profissional e pelo afastamento.

Aos colegas, amigos e professores do ESR/UFF/Campos que acreditaram em mim e apoiaram-me.

As bibliotecárias Eliane Teresa de Salles e Jane Alice de Souza Teixeira pela generosidade de proceder à revisão bibliográfica.

À Carminha da PROPP pela sua simpatia, sorriso, amabilidade e atenção.

Por fim, agradeço o amor, a dedicação e o respeito a mim conferido por Isaias Bilondo. Foram tempos difíceis marcados por encontros e desencontros, pela sua resignação, mas, sobretudo, pelo amor. Agradeço a este homem, meu esposo por tudo que somos um para o outro. Amo-te.

SUMÁRIO

RESUMO

ABSTRAT

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 INTRODUÇÃO	11
1 PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL	18
1.1 PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL – DA AÇÃO PONTUAL AOS PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA	19
1.2 MEDIDAS DE PROTEÇÃO Á FAMÍLIA	22
1.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC	33
1.4 RENDA MENSAL VITALÍCIA E O BPC	40
1.5 O CONTEXTO ATUAL	43
1.6 AS FAMÍLIAS POBRES	46
2 A COMUNIDADE DO MATADOURO: DOS RELATOS ORAIS AOS DADOS OBJETIVOS	51
2.1 MATADOURO UM OLHAR NO TEMPO	55
2.2 AS ENTREVISTAS	58
2.3 UMA HISTÓRIA CONTADA: MATADOURO	61
2.4 MATADOURO HOJE	67
2.5 MATADOURO EM DADOS	71
3 O SIGNIFICADO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA- BPC	79
3.1 PROCESSO DE ENTREVISTA	79
3.2 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	83
3.3 O CASO DE DONA ESMERALDA: BPC UM DIREITO RECLAMÁVEL JUDICIALMENTE	88
3.4 ANÁLISES DAS ENTREVISTAS: CONCEITOS E SIGNIFICADOS	90
3.4.1 BPC: definições e percepções	91
3.4.2 Critérios de elegibilidade e conhecimento do BPC	94
3.4.3 Significado do BPC	99
3.4.4 Utilização do BPC	102

CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS	116

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Mapa da localidade da Comunidade Matadouro	52
Figura 02	Prédio do Matadouro	62
Figura 03	Prédio do Matadouro	62
Figura 04	Lateral do prédio	62
Figura 05	Vista posterior do prédio – barracos de tábua	63
Figura 06	Vista interior do prédio	63
Figura 07	Lixo acumulado na entrada posterior do prédio, que dá entrada para os barracos	63
Figura 08	Cais construído em 1970	66
Figura 09	Cais construído em 1970	66
Figura 10	Av. Nelson de Souza Oliveira (antiga Av. Rui Barbosa)	67
Figura 11	Av. Adão Pereira Nunes	67
Figura 12	Muro que separa a Av. Dr. Pereira Nunes dos Condomínios	67
Figura 13	Creche Luz e Vida	69
Figura 14	Detalhe da placa de informação da Escola Municipal Francisco de Assis	69
Figura 15	Prédio onde funciona as salas de aulas	69
Figura 16	Prédio onde funciona o auditório	69
Figura 17	Prédio onde funciona o Programa Fome Zero	70
Figura 18	Detalhe da placa de informação do Programa Saúde da Família – PSF local	70
Figura 19	Programa Saúde da Família – PSF local	70
Gráfico 01	Situação ocupacional	72
Gráfico 02	Destino das fezes e urina	73
Gráfico 03	Abastecimento de água – com canalização interna	73
Gráfico 04	Nível educacional	74
Gráfico 05	Renda familiar	75
Gráfico 06	Utilização dos programas do governo	75
Gráfico 07	Cor	76
Gráfico 08	Faixa etária	76
Gráfico 09	Situação dos idosos (as) e portadores de necessidades especiais	77

RESUMO

O presente trabalho compreende um estudo do Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Constituição Brasileira de 1988 e implementado em 1996 sob a responsabilidade do Governo Federal, por meio do Ministério da Previdência e Assistência Social, atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esse “benefício” consiste no repasse de um salário mínimo mensal dirigido às pessoas idosas e aos portadores de deficiência que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Em nossa pesquisa buscamos investigar o significado do BPC na vida das pessoas que o recebem. Assim, realizamos uma avaliação diferenciada que procura chegar mais perto dos indivíduos que estão na ponta da linha da política, ou seja, aqueles aos quais o BPC é destinado. Buscamos um outro nível de análise, que aponta para os sentidos, para os significados atribuídos ao BPC. Resumindo, almejamos conhecer o “olhar” das pessoas beneficiárias sobre o BPC e o modo como este impactou suas vidas. Procedemos a um estudo documental sobre a extinta renda mensal vitalícia, ao exame dos dispositivos relativos à normatização da assistência e do BPC, à revisão bibliográfica e às leituras, bem como realizamos pesquisas de caráter quantitativo e qualitativo na Comunidade do Matadouro, em Campos dos Goytacazes-RJ. Em um primeiro momento, trabalhamos a partir da história oral, com os relatos dos moradores mais antigos da comunidade, objetivando resgatar a história local. Em seguida, empregamos uma entrevista estruturada com idosos com mais de 65 anos de idade, cuja renda familiar situa-se abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, com objetivo de detectar os beneficiários do BPC. Finalmente, realizamos uma entrevista semi-estruturada com perguntas abertas, objetivando apreender o significado do BPC a partir do discurso, da fala dos beneficiários. Quando não foi possível ouvi-los, ouvimos o responsável, neste caso a mãe. Os resultados demonstram que se trata de uma “renda líquida e certa” que os beneficiários recebem todo mês “certinho”, e que permite que estes insiram-se de alguma forma na sociedade de consumo. Esta renda aparece como fundamental na vida destes, sendo vista como a possibilidade de ter-se alguma autonomia, e principalmente, é a possibilidade de administrar tal renda conforme as suas necessidades e “vontades”, diferentemente do que ocorre no recebimento de uma cesta básica.

Palavras chaves: Proteção Social, Programas de Transferência de Renda, Família.

ABSTRACT

The present work includes a statute of Benefit of Continued Transference – BPC predicted by the Brazilian Constitution of 1988 and implemented in 1996 by the responsibility of the Federal Government, through the Previdence Ministry and Social Welfare Work, at present, Social Development Ministry and “Fight Against Hungry”. This “benefit” consists in the repass of a minimal monthly wage directed to elderly people and to handicappeds that can prove they have no means to provide their own self maintenance or have it provided by their families. In our research, we investigate the meaning of BPC in the life of people who receive it. In this way, we accomplished a differentiated evaluation which aims to get closer to individuals that are in the end of the line of politics, or rather, the ones who BPC is directed. We looked for another analysis level, which points to the senses, to the meaning attributed to BPC. Summarizing, we crave to know the “glance” of those people beneficiaries by the BPC and how that impacted their lives. We proceed to a documental study about the extinct lifetime monthly income, to the exams of the layouts relating to the assistance and BPC normalization, to the biography review and readings, as well as we accomplished some researches in a quantitative and qualitative nature in Matadouro Community in Campos de Goytacazes- RJ. In a first moment, we worked with the oral history, using the reports of the oldests’ inhabitants of the community, objecting to restore the local history. Following, we applied a structured interview with elderly people above 65 years old, whose familiar income are below $\frac{1}{4}$ of a minimal wage, with the goal to detect the BPC Beneficiaries. Finally, we made a semi-structured interview with open questions in a way to learn the meaning of the BPC according to the beneficiaries’ speech. When it was not possible to listen to them, we listened the responsible, in this case the mother. The results demonstrates that it is a “net and certanty income” and the beneficiaries receive it “rightly”, every month which permits that these people introduce themselves, in some way to the consumption society. This income appears as fundamental to these people’s lives, seen as a possibility to have some autonomy and mainly, it is the possibility to administrate this income according to their necessities and “whishes” differently to what happens when a food basket is received.

Key Words: Social Protection, Income transferring Programs, Family

INTRODUÇÃO

“Sem ele (o BPC) é a morte”.

Turmalina

A fala citada acima partiu de uma senhora de mais de 65 anos. Esta frase chamou-nos a atenção para a necessidade de entender o significado do Benefício de Prestação Continuada – BPC na vida das pessoas. É extremamente complicado pensar em direitos quando se percebe que o outro está vivendo no “limite” da sobrevivência, tendo apenas minimamente satisfeitas suas necessidades básicas de alimentação. Daí pode parecer que, num primeiro momento, o BPC não tenha uma significância maior, pois não muda essa realidade de miséria. Mas a frase acima mostra outra coisa. Por isso, surgiu a necessidade de ouvir o outro, para entender dele o significado do Benefício de Prestação Continuada - BPC.

O título desta dissertação é o resultado das análises das entrevistas com os beneficiários. A frase citada, assim como outras que ouvimos, revelou-nos que o fato de eles receberem o benefício na forma monetária de um salário mínimo ao invés de uma cesta básica (compreendida como uma ajuda ou doação em forma de serviços prestados, objetos, utensílios, alimentos, etc) faz toda a diferença. Daí intitularmos o trabalho “da cesta à renda: um estudo do significado do Benefício de Prestação Continuada - BPC”.

O presente trabalho compreende um estudo do Benefício de Prestação Continuada, previsto na Constituição Brasileira de 1988 e implementado em 1996, sob responsabilidade do Governo Federal, por meio do Ministério da Previdência e Assistência Social, atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Este benefício consiste no repasse de um salário mínimo mensal dirigido às pessoas idosas e aos portadores de deficiência que

comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Até a década de 1980, as políticas sociais brasileiras não apontavam para uma formatação que se aproximasse minimamente dos padrões do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). A Constituição Federal de 1988 abriu a possibilidade de se construir – pela primeira vez na história brasileira – um modelo de Estado de Bem-Estar Social ao consagrar o conceito de Seguridade Social, até então inexistente, para consignar um padrão de proteção social compatível com a necessidade de assegurar direitos de cidadania a toda a população. Instituíam-se então o arcabouço jurídico-político para implantar na sociedade um conjunto de políticas sociais compatíveis com as exigências de justiça social, equidade e universalidade, rompendo desta forma com o casuísmo, o emergencialismo, o clientelismo e a dispersão das políticas setoriais.

A Assistência Social, a partir da Constituição de 1988, foi elevada à condição de política pública, deixando de ser compreendida como “dever moral de ajuda” para ser entendida como “dever legal” de garantia de benefícios e serviços sociais, configurando-se deste modo, pela primeira vez, como estatuto de direito do cidadão que dela necessitar e como dever do Estado.

Por outro lado, a entrada na década de 1990 – com a chamada Constituição Cidadã e a implementação da Lei Orgânica de Assistência – sinalizou um quadro de agravamento do desequilíbrio fiscal, sob as determinações e as conseqüências da crise do capitalismo mundial e do projeto neoliberal.

Assim, a regulamentação e a implementação da Lei Orgânica de Assistência-LOAS nos anos 90 se processou em um contexto de desregulamentação e desresponsabilização do Estado para com a questão social, em uma conjuntura politicamente diferente dos anos 80. De outra parte, as medidas postas pelo receituário neoliberal de ajuste estrutural e flexibilização das relações de trabalho resultaram no agravamento da questão social, com suas velhas e novas expressões: crescimento do desemprego e de outras formas precarizadas de trabalho, da violência urbana aliada à ampliação das desigualdades sociais e da pobreza, que só pioraram as condições de vida da população.

Essas transformações societárias trouxeram inúmeras conseqüências para as esferas municipais, embora assumam formas específicas e particulares em cada município. No âmbito de nossa análise, o município de Campos dos Goytacazes (4.040 km²), ou simplesmente Campos como é conhecido, fica situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro e é apontado

pelo Mapa do Fim da Fome (1996 a 1999– CPS/FGV) como o quarto município em número de famílias indigentes (28,88% - 117.333 pessoas). Este número torna-se expressivo tendo em vista que sua população é de 406.279 habitantes.

Embora Campos dos Goytacazes tenha sua economia, historicamente centrada na agroindústria sucroalcooleira, não se constituiu como setor competitivo junto aos grandes mercados. Dispondo também de um setor terciário extremamente dependente desse padrão de produção, acabou tornando-se gerador de concentração de riquezas e desigualdades sociais.

Campos não foge ao “fenômeno da crise econômica” que abalou o país na década de 1970 e que desencadeou o êxodo rural de trabalhadores e a ampliação do número de comunidades periféricas e urbanas sem a estrutura para garantir segurança e ou qualidade de vida para a população.

Com o fechamento de várias usinas, os trabalhadores que a este setor se vinculavam ficaram desempregados e sem teto (antes residiam em casas da própria indústria). De acordo com o Censo do IBGE de 1983, o espaço urbano possuía então 22 favelas. O Censo de 2000 apontou este número aumentado para 32 favelas. Se mesmo com emprego havia pobreza, baixa qualidade de vida e remuneração insuficiente para subsidiar necessidades primeiras, quanto mais na ausência de emprego remunerado: a precarização da vida ocupa lugar para muitos.

Em sentido mais global podemos apreender que o município de Campos vem sendo perpassado pelo agravamento da crise econômica e social, situação que tem sido geradora das precárias condições de vida da maioria da sua população.

Assim, optamos por estudar o Benefício de Prestação Continuada nesse contexto de pobreza e ausência de direitos. Especificamente escolhemos a Comunidade do Matadouro como universo de análise. Objetivamos compreender o significado do Benefício para as famílias que o recebem. Daí a relevância de destacarmos a avaliação não tradicional do BPC, no sentido de somarmos uma contribuição ao debate, encaminhamento e compreensão dos seus limites e contradições.

O interesse pelo tema justifica-se academicamente, já que desde 1994 nossa monografia de final de curso apontava para a discussão dos artigos 203 e 204 da Constituição Brasileira de 1988, que tratam da assistência social. Posteriormente, vindo a lecionar a disciplina Serviço Social e Assistência Social, na Escola de Serviço Social em Campos dos Goytacazes - RJ, aprofundamos o tema, até que finalmente apresentamos o projeto de

pesquisa intitulado *O Benefício de Prestação Continuada um direito social – seu significado e alcance*, para concorrermos a uma vaga ao Mestrado em Política Social - Turma Campos.

À guisa de introdução apresentaremos sucintamente como anda a discussão do que está sendo desenvolvido sobre o BPC, ou seja, como anda o chamado “estado das artes” em relação a este tema na produção recente do Serviço Social.

Gomes (2001, 2002) busca investigar o BPC – do seu anúncio à sua efetivação, o percurso da sua tradução até aos seus destinatários, com intuito de captar se este benefício representa a afirmação ou negação de um direito social no âmbito do conjunto de provisões da Assistência Social. Segundo a autora, o BPC consiste na única provisão certa e garantida, constituindo-se em direito reclamável, ainda que seu alcance seja restrito e seletista. Isto é demonstrado a partir das análises dos decretos e medidas provisórias que têm procurado limitar o seu acesso.

Rocha (2001) procura apresentar o BPC a partir da discussão sobre mínimos e básicos, bem como sobre a intervenção da política pública no trato das garantias de subsistência dos indivíduos. Neste sentido a autora discorre sobre a política de renda mínima, dando maior ênfase ao BPC, enfocando-o na pessoa portadora de deficiência. Contudo ela afirma que o BPC é baseado em critérios de elegibilidade, com uma delimitação do público-alvo. Neste caso, o BPC contradiz aos programas existentes na Europa, já que os mesmos apresentam-se como universais, ou seja, devem abranger todos os que se encontrem em necessidade derivada do carecimento da renda. Já no caso específico do BPC, nem todos os idosos e pessoas portadoras de deficiência têm o direito a este benefício, pois ao definir o limite para idade (o idoso acima de 65 anos) e condições de incapacidade (para o trabalho e à vida independente), exclui parcela considerável destes grupos de pessoas.

Silva e Barbosa (2003), em seu artigo intitulado *O Benefício de Prestação Continuada - BPC: desvendando suas contradições e significados*, situam-no no campo dos programas brasileiros de renda, assinalando que quer seja renda mínima garantida ou renda básica, ambas podem ser orientadas por diversas perspectivas ideológicas. Neste artigo as autoras buscam revelar o significado social do BPC a partir do ponto de vista dos beneficiários, apontando também as incoerências e significados para outros sujeitos envolvidos no seu processo de constituição, implementação e avaliação.

Num outro momento as autoras apresentam resultados de uma pesquisa realizada com oito beneficiários do BPC, que moram no Estado do Maranhão. Os resultados indicam que o

BPC é uma importância monetária e simbólica, que permite satisfazer as necessidades de reprodução biológica.

Em artigos publicados no livro *Proteção Social de Cidadania*, organizado por Sposati (2004), diversos autores procuram tematizar análises sobre o BPC, as quais apontam para uma reflexão acerca do sistema brasileiro de proteção social não-contributivo, bem como trazem elementos para a construção de caminhos para alargar a inclusão social de muitos brasileiros.

Este trabalho pretende somar a essas reflexões, trazendo uma contribuição diferente, pois compreende uma avaliação menos tradicional, que procura chegar mais perto dos indivíduos que estão na ponta da linha da política, ou seja, aqueles aos quais o BPC é destinado. Buscamos um outro nível de análise, o qual aponta para os sentidos, para os significados atribuídos ao BPC. Resumindo, almejamos conhecer o “olhar” das pessoas beneficiárias sobre o BPC.

Metodologia

A partir das características do objeto de pesquisa determinamos a metodologia que apresentaremos a seguir.

Uma das primeiras questões metodológicas foi sabermos das possibilidades de acesso aos sujeitos da pesquisa. Demarcamos como campo de pesquisa a Comunidade do Matadouro em Campos, localizada à margem direita do Rio Paraíba do Sul, à qual tivemos acesso a partir da nossa inserção numa igreja local¹. A escolha se deu por tratar-se de uma comunidade carente. Sanado o problema do acesso passamos então aos outros momentos da pesquisa.

Utilizamos fontes secundárias e primárias. Inicialmente realizamos pesquisa documental por meio do exame de dispositivos relativos à normatização da assistência e do BPC. Procedemos à revisão bibliográfica e às leituras, bem como realizamos pesquisas de caráter quanti-qualitativo. Executamos a investigação em quatro fases: a primeira compreendeu o levantamento e a sistematização da legislação sobre o assunto - leis, medidas provisórias, decretos, instruções normativas, ordens de serviço além de pesquisa de outros

¹ Por conta disso, tivemos a preocupação metodológica de distinguir, a todo o momento, nossa inserção diferenciada nesses espaços; ou seja, tentamos sempre situar nosso interesse enquanto pesquisadora (e não religiosa) – embora soubéssemos que uma separação tão radical fosse impossível. Nesse sentido, o fato de ser assistente social foi um elemento facilitador, mas ao mesmo tempo, motivo de confusão.

documentos afins. De modo semelhante efetuamos o estudo documental sobre a extinta renda mensal vitalícia.

Na segunda fase realizamos pesquisa quantitativa, com a aplicação de 30 formulários socioeconômicos na Comunidade do Matadouro no período de outubro a dezembro de 2004. Realizamos também seis entrevistas com os moradores mais antigos com o intuito de recuperarmos a história local desta comunidade. Gostaríamos de mencionar que foi durante nossas idas e vindas que conhecemos o Programa Saúde da Família - PSF local². Consideramos importante procedermos a uma pesquisa documental no cadastro da família do PSF no Matadouro, haja vista a pequena amostragem dos dados pesquisados nos formulários. Foram pesquisados 160 cadastros num universo de 788 referentes a outubro de 2004.

O objetivo destes 30 formulários era conhecer a realidade socioeconômica da comunidade identificando assim a população-alvo do BPC: idosos com mais de 65 anos de idade e portadores de deficiência que auferissem a renda familiar abaixo de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Por avaliarmos que estes dados eram insuficientes, optamos também por realizar uma entrevista estruturada junto a este grupo, para que pudéssemos identificar quais auferiam o BPC. Durante este processo, demos continuidade às leituras a partir do levantamento bibliográfico, elegendo as categorias de análise tratadas na pesquisa: BPC e cidadania.

Na quarta fase foi realizada uma pesquisa qualitativa com técnica de entrevista semi-estruturada³ com cinco idosos, dois deficientes físicos e com um grupo de seis familiares. Entendemos que o pronunciamento desses sujeitos será essencial para capturarmos o significado que assume o benefício ao materializar-se enquanto direito na vida dos indivíduos e suas famílias.

Por fim, o produto deste trabalho que ora apresentamos estará disposto em três capítulos: no primeiro, realizamos uma reflexão sobre o desenvolvimento das políticas sociais no pós-30 e sua repercussão na família enquanto locus da constituição de uma identidade coletiva de trabalhador disciplinado, a partir de modelos que buscavam regular a família do trabalhador. Pensando na atualidade, é interessante apontar que vivemos uma realidade bastante diferenciada. Alguns autores, como Castel (1996) apontam para o surgimento do que se chamou de “nova questão social”. Em uma sociedade como a brasileira que nunca foi plenamente salarial, a precarização trazida pelos tempos modernos é ainda mais cruel. Hoje,

² O Programa de Saúde da Família – PSF fica localizado à Rua Adão Pereira Nunes. Foi inaugurado em 17/03/2000 e atende as Comunidades de Tira Gosto e Matadouro.

³ O roteiro dessa entrevista encontra-se no Anexo VII

podemos dizer que a discussão é outra. Na verdade, ao invés da preocupação apenas com a família do trabalhador, convivemos com a necessidade de se pensar uma política social para a família do “não trabalhador”, pois este não consegue inserir-se no mercado de trabalho formal. Então, o que se observa é o afastamento de uma política baseada em um modelo de família para uma outra que tentará sanar, amenizar os efeitos perversos no interior de uma família que está se esfacelando, em virtude desta grande dificuldade do não trabalho. É neste contexto em que se inserem o debate internacional e o processo de desenvolvimento histórico dos programas de transferência de renda no Brasil, que estarão sendo apresentados no capítulo I.

No segundo capítulo traçamos o perfil socioeconômico da Comunidade do Matadouro, e para conhecermos a sua história utilizamos a metodologia da história oral, com entrevistas a alguns dos moradores mais antigos, o que nos permitiu uma maior aproximação com a mesma. Finalmente, no terceiro capítulo apresentamos e avaliamos os resultados da pesquisa qualitativa junto aos beneficiários. Quando não foi possível entrevistarmos os próprios interessados entrevistamos um familiar, geralmente a mãe. Na análise dos dados aproximamos-nos de uma perspectiva teórico-metodológica, que nos permitiu construir e reconstruir a realidade através da interpretação e confronto de diversos pontos de vista dos sujeitos do estudo, estabelecendo uma articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos obtidos nas entrevistas.

Concluindo, ao avaliarmos, atribuímos um juízo de valor. Podemos avaliar um programa a partir de vários ângulos. A avaliação pode partir, por exemplo, do ponto de vista dos objetivos da política, se está sendo eficaz e se atingiu suas metas e alvos propostos. A nossa intenção, contudo, não foi esta. Objetivamos avaliar o BPC do ponto de vista daqueles que o recebem, como o vivenciam, quais os significados e os sentidos conferidos ao BPC por eles. E, neste sentido, podemos dizer que nossas próprias certezas foram alteradas durante a realização da pesquisa. Apesar de seu valor, efetivamente baixo, e do relativo pouco alcance que possui (pois não é universal), o BPC apareceu na fala das pessoas entrevistadas como um importante elemento de apoio financeiro e, talvez principalmente, de aumento da auto-estima.

1 PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

O presente capítulo compreende uma reflexão a respeito da trajetória das políticas sociais no pós-30 e sua repercussão na família. Os anos 30 são tomados como um marco da história da construção das políticas sociais brasileiras, pois havia naquele momento a preocupação com o processo de construção da nação e a família era vista como um dos elementos centrais para essa organização.

No decorrer da trajetória da humanidade, diferentes formas de ajuda foram se configurando até que se desenhasse o perfil contemporâneo da política pública de assistência social. Obviamente, essas diversas formas de ajuda correspondiam a diferentes maneiras de pensar e de representar tanto o papel dos atores envolvidos como a forma de produzir e reproduzir a vida social.

A noção de proteção social⁴ é importante porque não diz respeito só à questão estritamente política. Ela possui uma regularidade histórica de longa duração que aparece em toda sociedade humana, que abrange não só as práticas de ajuda na rede secundária, mas as práticas na rede primária. Segundo Gomes (1995), uma experiência histórica de proteção social é um conjunto de acontecimentos datados e localizados em suas particularidades, são as formas adotadas para evitar situações de risco e ameaça à sobrevivência de grupos ou pessoas que se encontram em qualquer sociedade.

Alguns pesquisadores têm se dedicado a estudos micro-históricos. No curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense/ Niterói, existe uma produção teórica sobre esse tema que tem se destinado a revelar o quanto as redes primárias de proteção social foram estabelecidas pela necessidade de sobreviver, substituindo as iniciativas públicas de proteção.

⁴ O conceito de Proteção Social aqui assumido é baseado em Góis (1993), que o entende “como práticas de ajuda mútua de interesse público ou privado desenvolvidas por grupos humanos em comunidades e em famílias”. A secundarização destes aspectos, segundo Góis, tende ao não entendimento e à não utilização na prática profissional das diversas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos pobres.

Enquanto representante desta tendência, Gomes (1995) comenta que no Brasil existia uma extensa rede de solidariedade e de auto-ajuda. A adoção informal de crianças sem famílias, a vizinhança no cuidado com os velhos e doentes, os albergues familiares de amigos, parentes, agregados e as creches informais são exemplos disso. No entanto, deteremo-nos em analisar as redes secundárias de proteção social a partir da ação do Estado na implementação das políticas sociais brasileiras a partir dos anos 30.

1.1 PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL - DA AÇÃO PONTUAL AOS PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA

As políticas públicas são frutos de um processo histórico associado às formas como as sociedades modernas têm resolvido por um lado problemas de coesão e controle social e, por outro, têm dado respostas às lutas sociais (ESPING ANDERSON, 1994). Em outras palavras, “as políticas sociais no Brasil nascem e desenvolvem na perspectiva de enfrentamento da questão social, permitindo apenas acesso discriminado a recursos e a serviços sociais. (YAZBEK, 2003, p.36)”.

As primeiras décadas do século XX assistiram ao desencadear do processo de industrialização que conviveu com a grande exploração do trabalhador urbano. As condições de vida agravaram-se ao final dos anos 20 com a crise de produção mundial, que levou ao desemprego milhares de trabalhadores, aumentando a fileira dos despossuídos - negros libertos sem condições de se manterem e um campesinato - que não foram absorvidos pela economia, formando assim “uma ralé estrutural” (SOUZA, 2003) relegada ao mercado informal ou aos interstícios da marginalidade do sistema produtivo.

Diante das infrutíferas estratégias para controlar o crescimento da pobreza e da constatação de que a desigualdade atingira níveis que tornavam incompatíveis o exercício democrático, tornou-se necessário orientar a ação do Estado para melhorar as condições de vida da população pobre, fornecendo-lhes o mínimo de bem-estar. Iniciaram-se então as primeiras experiências de gestão do Estado por meio das políticas sociais (SANTOS, 1979, p.75).

Certamente as medidas de proteção social na década de 30 constituíram uma diferença em relação aos períodos anteriores, pois encontravam-se associadas à depreciação da qualidade de vida das camadas urbanas trabalhadoras. Esta depreciação seria resultante das

altas taxas de desemprego provocadas pelo arrefecimento drástico das importações, que condicionaram uma política empresarial de ancoragem de lucros e diminuição da produção (GÓIS, 1993).

A revolução dos anos 30, liderada por Getúlio Vargas, alterou o bloco no poder de forma heterogênea, direcionando a política no sentido de transformar as relações Estado/sociedade para integração do mercado interno e desenvolvimento industrial, mantendo, ao mesmo tempo, a economia de exportação de produtos agrícolas sem romper a dependência dos países centrais.

Pode-se dizer que a efetividade das políticas sociais, enquanto ampliação dos modos e instrumentos de atendimento às demandas de reprodução das classes trabalhadoras, também se inseriu num movimento denominado “extensão integradora”. Segundo Coimbra (1987), o período de 30-45, em termos de proteção social, é expressivo por trazer a vinculação entre o projeto de integração das massas trabalhadoras urbanas ao projeto político do Estado. Esse projeto de integração estava intrinsecamente ligado ao projeto de construção de uma nação forte e desenvolvida. Em consequência disso, existia um esforço de organizar a relação entre patrões e operários por meio de uma visão local do corporativismo (CARVALHO, 2004).

A estratégia utilizada por esse projeto pode ser vista pela preocupação de atribuir um caráter assistencialista às organizações políticas das classes trabalhadoras, nomeadamente, os sindicatos. O mesmo funcionava como um órgão de cooperação entre as duas classes. Os trabalhadores foram incorporados à sociedade em virtude das leis e não por sua ação sindical, política ou individual (ibid, p.124). Dessa forma, os sindicatos tiveram diminuída a sua autonomia para realizar as críticas necessárias ao padrão de cidadania que excluía a maioria dos trabalhadores brasileiros da proteção social pública.

Para alguns autores, os anos 30 ensejavam o Estado varguista, paternalista e tutelador que intervinha nas relações sociais, realizando a política do controle da força de trabalho. No campo da proteção social, o Estado fazia “concessões ou dádivas” em troca do controle dos trabalhadores. Com uma mão a legislação lhes outorgava, ou anunciava direitos sociais, e com a outra, restringia e regulava.

Contudo, Ângela Maria de Castro Gomes (1979) assinala uma outra leitura sobre o que representou o papel do Estado na questão da regulamentação das condições de compra e venda da mercadoria “força de trabalho”. Segundo a autora, havia uma movimentação de interesses envolvendo diversas classes e grupos sociais que tomaram parte, por razões distintas, na formulação e implantação da política social dos anos 30.

A autora apresenta uma crítica à literatura que se refere ao processo de implantação da legislação social no Brasil na perspectiva que a considera apenas uma concessão do Estado aos trabalhadores, colocando as demais forças sociais, como que marginalizadas, reduzidas a um efeito de manipulação do Estado. Esta concepção teria como principal implicação à supressão da memória das classes subalternas, que apareceriam como incapazes de reivindicar seus direitos. Seria o que Luís Werneck Vianna apud Gomes (1979) denominou como a “ideologia da outorga”.

Daí depreendermos que a efetividade das políticas sociais, e aqui em particular da legislação social de 30, não é fruto exclusivo de um Estado paternalista ou tutelador, nem tão pouco de um empresariado dominante econômica e politicamente, nem de uma classe operária inerte, acomodada e burocratizada, mas sim do resultado de ambas as forças sociais, as quais expressavam seus interesses na disputa pelo poder naquele momento.

Deste modo pode-se afirmar que, desde o início as medidas adotadas para a definição das políticas sociais no Brasil definiam que os direitos dela decorrentes seriam prerrogativas de alguns poucos “cidadãos”.

A cidadania foi “regulada” e tornou-se exclusividade daqueles que estavam formalmente vinculados ao mercado de trabalho⁵. Só algumas categorias de trabalhadores que exerciam atividades no meio urbano, ocupações "reconhecidas e definidas em lei", puderam usufruir os direitos à aposentadoria, pensão, assistência médica, férias, salário mínimo, limite da jornada, habitação própria e justiça trabalhista.

Uma vez que só estes teriam direito aos benefícios da cidadania, aqueles que exerciam atividades não regulamentadas ficaram fora e foram considerados "sub-cidadãos". Embora fizessem parte ativa do processo produtivo, os trabalhadores da área rural e os trabalhadores urbanos que exerciam ocupações não reguladas por lei - os autônomos, os empregados domésticos, os vendedores ambulantes, os artistas e as donas de casa - foram tidos como pré-cidadãos.

⁵ A expressão cidadania regulada foi cunhada por Wanderley Guilherme dos Santos para designar a forma como os sujeitos sociais foram considerados cidadãos e passaram a ter direito aos benefícios do Estado. Vinculando a posse dos direitos sociais ao exercício de profissões regulamentadas por lei, gradualmente novos sujeitos iam sendo incorporados ao conjunto de cidadãos. Tal procedimento terminou por excluir do conjunto da cidadania aqueles que exerciam atividades não regulamentadas ou não consideradas pelo Estado. Consultar Santos, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.

Em relação às medidas de proteção que englobavam os trabalhadores urbanos havia uma dimensão simbólica responsável pela dominação ideológica, pois a realidade cultural de um Brasil saído da escravidão não tinha o trabalho como valor. A questão da sobrevivência estava dada pela própria natureza: na caça, na pesca e nas roças de subsistência.

Assim, as políticas de proteção social do século XX do Brasil são precedidas por medidas destinadas a dominar os ritmos dos trabalhos artesanais antes inexistentes e a construir uma cultura de trabalho compatível com os exigidos pelo nascente sistema fabril.

É nessa ambiência de extensão de direitos sociais estendidos aos trabalhadores, com profissões reconhecidas e sindicalizadas, que toma contorno a política de proteção à família, dirigida à formação da idéia de um trabalhador nacional.

Segundo Góis (1993), embora a valorização desta idéia fosse central no projeto estadonovista, havia outras frentes a serem enfrentadas, como, por exemplo, medidas de criação e reposição de energias do trabalhador, que deveriam incidir sobre o complexo da vida cotidiana, ou seja, era preciso continuar ativando o sentimento familiar, gerando condições para manter a vida familiar estável e organizada em torno de um modelo ideal.

Esse modelo tinha uma clara definição dos papéis sexuais e comportamentos hierarquizados entre os gêneros e as gerações. Para que esse modelo ideal fosse atingido foram adotadas algumas medidas concretas que deveriam incidir sobre os indivíduos: obrigatoriedade do exame nupcial, regulamentação do trabalho feminino, adicional sobre o imposto de renda devido incidindo sobre os solteiros ou casados sem filhos e facilidade para a aquisição da casa própria aos indivíduos que pretendessem se casar.

1.2 MEDIDAS DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA

Reforçando a preocupação com a família, o decreto-lei nº 1.764, de novembro de 1939, criou a Comissão Nacional de Proteção à Família com a finalidade de elaborar projetos de lei capazes de fornecer diretrizes para a execução dos preceitos constitucionais – a família estaria colocada sob a proteção especial do Estado, ao qual competia estabelecer as condições favoráveis à sua formação, desenvolvimento e segurança – e de elaborar o Estatuto da Família, no qual seriam expressos os princípios da política nacional com relação à família.

Antes de atermo-nos ao Estatuto cabe ressaltar o conceito de família, o qual este mesmo Estatuto procurava valorizar enquanto “instituição social”. A concepção de família

adotada naquele momento referia-se a uma comunidade constituída pelo casamento indissolúvel, composta por pai, mãe e filhos, com o fim essencial de gerar, criar e educar a descendência (FONSECA, 2001). Isso definia claramente a divisão dos papéis sexuais.

O Estatuto da Família (decreto-lei 3.220/94) dispunha sobre a organização e proteção da família e revelou-se num esforço de organização e de estabelecimento de regras para constituição de um modelo ideal de família. Esse modelo de família seria responsável pelo aprimoramento da raça e seus membros teriam a mesma capacidade física e mental, compartilhariam os mesmos valores e disso resultaria o fortalecimento e engrandecimento da pátria.

Nesta legislação foram incorporados ainda os abonos familiares e os empréstimos matrimoniais. Os abonos estavam destinados a famílias numerosas de oito filhos ou mais, a brasileiros com até dezoito anos de idade ou que fossem incapazes de trabalhar, vivendo em companhia e às expensas dos pais ou de quem os tivesse sob guarda, criando-os e educando-os à sua custa.

O valor do abono seria definido pela faixa de renda familiar: os que ganhassem quinhentos mil réis ou menos deveriam receber mensalmente vinte mil réis por filho; os que ganhassem mais de quinhentos mil réis e menos de um conto de réis deveriam receber mensalmente dez mil réis por cada filho.

Verifica-se assim que o decreto buscava incentivar a formação da família, entendida como casal com filhos e ainda ressaltar a responsabilidade da mesma para com a educação intelectual e moral dos filhos.

Dessa forma percebemos a importância das políticas públicas em relação à família no período de 30 a 45, as quais tinham como papel primordial o de formar o caráter do indivíduo-trabalhador dentro dos parâmetros da nova sociedade fabril, ou seja, a formação do trabalhador disciplinado.

No período de 30 a 45 tratava-se de favorecer a constituição de um modelo de família nuclear, baseado na divisão do trabalho por gênero, sob responsabilidade de um chefe homem trabalhador e de uma mulher dona de casa⁶. Nos anos de 45 a 70 não ocorreram mudanças

⁶ Este era o modelo hegemônico, mas não necessariamente a realidade das mulheres pobres, pois estas sempre tiveram que trabalhar.

significativas que alterassem o modelo de família nuclear. Somente nos anos 70 e, sobretudo ao longo da década de 80, ocorreram mudanças profundas que alteraram fundamentalmente as bases estruturais do Estado de bem-estar clássico, que tinha como modelo a família nuclear.

As populações envelheceram, modificando a estrutura etária e tornando as razões de dependência crescentemente desfavoráveis; as formas de organização da produção, os mercados de trabalho e a estrutura de classes sofreram transformações profundas, diminuindo o peso relativo da classe trabalhadora industrial e aumentando a diferenciação, a rotatividade, a flexibilidade e a precariedade nos mercados de trabalho. A revolução na área de reprodução humana, a mudança de valores e a liberalização de costumes, assim como o fortalecimento da lógica individualista em termos societários fez com que a família nuclear fosse perdendo espaço e intensificando a participação das mulheres nas diversas esferas fora do lar.

Além dessas transformações, não foi difícil que o Estado de Bem-Estar passasse a enfrentar uma maré desfavorável também no plano ideológico. Basta lembrar o argumento conservador de que o Estado de Bem-Estar erodia as bases morais da sociedade, ao minar a motivação para o trabalho e promover a desagregação da família (PEREIRA, 2004, p.27).

Então, em meados dos anos 70, começou a se delinear a chamada crise do *Welfare State*. Este modelo de sistema de proteção social se apoiava sobre a crença da compatibilidade entre crescimento econômico e satisfação das necessidades sociais pelo Estado (JUSTO, 2004), e foi erguido, sobretudo na Europa, ao longo do século XX. Tal confiança tinha como intento o pleno emprego, origem da integração social e um dos pilares da política econômica de corte keynesiano, que garantia a viabilidade de políticas sociais universais.

Esping-Andersen (1991) discorre que poucos divergiram da proposição de T. H. Marshall de que a cidadania social constitui a idéia fundamental de um *Welfare State*, mas ele fala que o conceito precisa ser bem especificado. Antes de tudo, deve envolver a garantia de direitos sociais. Quando os direitos sociais adquirem status legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de terem base no desempenho, implicam numa “desmercadorização”⁷ do status dos indivíduos vis-à-vis o mercado.

Os direitos desmercadorizáveis desenvolveram-se de maneiras diferentes nos *Welfare-State* contemporâneos. Naqueles em que há a predominância da assistência social, os direitos não estão atrelados ao desempenho no trabalho e sim na constatação da necessidade. Desta

⁷ A desmercadorização ocorre quando a prestação de um serviço é vista como um direito ou quando a pessoa pode manter-se sem depender do mercado. (ESPING-ANDERSEN 1991, p. 102).

forma, em países onde este modelo predomina, sua aplicação resulta na verdade no fortalecimento do mercado, uma vez que todos, menos os que fracassam no mercado, serão incentivados a servir-se dos benefícios da esfera privada.

No modelo bismarckiano⁸ a previdência social estatal e compulsória com direitos bastante amplos seria um segundo modelo adotado. Mas este modelo também não poderia garantir automaticamente uma desmercadorização substancial, pois dependeria muito da forma de elegibilidade e das leis que gerem os benefícios. Esping-Andersen (1991) coloca que, neste caso, os benefícios dependeriam quase completamente de contribuições e, assim, de trabalho e emprego. Sendo assim, percebe-se que não é a mera presença de um direito social, mas as regras e pré-condições correspondentes, que ditariam a extensão em que os programas de bem-estar social ofereceriam alternativas genuínas à dependência em relação ao mercado.

O modelo beveridgiano⁹ é o modelo dominante de *Welfare*. Este oferece benefícios básicos e iguais a todos os cidadãos, independentemente de ganhos e contribuições ou atuação anteriores no mercado. Tal modelo pressupõe a formação de um sistema complexo e completo de proteção social na ausência do salário que deverá ser fruto do pleno emprego. Mas para Esping-Andersen este sistema não significa necessariamente uma maior desmercadorização, pois raramente tais esquemas conseguem oferecer benefícios de tal qualidade que gerem uma verdadeira opção ao trabalho.

Destarte o *Welfare State* não pode ser apenas compreendido em termos de direitos e garantias é preciso também considerar de que forma as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social.

Desta forma adotamos a explicação de Esping-Andersen sobre os três tipos de regimes de *Welfare State* para compreendermos melhor as combinações qualitativamente diferentes entre Estado, mercado e família:

⁸ Modelo bismarckiano - sistema de proteção social implementado na Alemanha a partir da segunda metade do século XIX, sob o governo do chanceler Otto Von Bismarck, a partir da criação de caixas de aposentadorias e pensões compulsórias, financiadas por trabalhadores e empregados de base contributiva, e benefícios proporcionais à contribuição, fundados no princípio do seguro social. Inspirou a criação destas caixas no Brasil a partir de 1923, tidas como embriões da previdência social brasileira. (FERREIRA, 2000, p.139).

⁹ Beveridgiano – Sistema de proteção social inaugurado na Inglaterra sob a coordenação de sir William Beveridge, e implementado nos países do norte europeu, após a Segunda Guerra Mundial, fundado nos princípios de universalidade do atendimento, uniformidade quanto ao montante e modalidade dos benefícios, unificação do aparato institucional e combinação da lógica contributiva e não-contributiva no financiamento de sistema de proteção social. (ibid).

Welfare State “liberal” predomina a assistência aos comprovadamente pobres, reduzidas transferências universais ou planos modestos de previdência social. Os benefícios atingem principalmente uma clientela de baixa renda, em geral da classe trabalhadora ou dependentes do Estado... As regras para habilitação aos benefícios são, portanto, estritas e muitas vezes associada ao estigma; os benefícios são tipicamente modestos (1991 p.108).

Particularmente atribuiríamos tais características e formatos à Política de Assistência Social, mais especificamente ao BPC, por se constituir em um programa que está direcionado a um público-alvo¹⁰ comprovadamente pobre. Esta comprovação se dá por meio de teste-meios¹¹, onde a elegibilidade é dependente dos recursos capitais do beneficiário e de sua família. Daí inferirmos que a assistência social reside entre a interseção de público-alvo e teste-meios.

O segundo regime de *Welfare State* apresentado por Esping-Andersen é o regime corporativista, onde predomina a preservação das diferenças de status; os direitos estão atrelados aos grupos e categorias organizadas. Aqui a questão do mérito é essencial, pois o direito é para aqueles que trabalham, que têm uma inserção formal, ou seja, aqueles que contribuem para uma sociedade que se estrutura a partir da ética do trabalho¹². Esses regimes são também endossados pela Igreja Católica, e por isso mesmo mais comprometidos com a preservação da família tradicional. O papel do Estado em relação aos serviços sociais prestados à família é claramente subdesenvolvido; o princípio da “subsidiaridade” serve para enfatizar que o Estado só interferirá quando a capacidade da família de servir a seus membros exaurir-se.

O terceiro regime de *Welfare State*, o social-democrata, comporta princípios de universalismo e desmercadorização dos direitos sociais que se estendem também às novas classes médias. A noção de direito aqui é tomada como algo que de per si vale mais como valor. Não é condicionado por condutas éticas e morais. Sendo assim, ao admitir um nível maior de desmercadorização, concernentemente há também uma maior ruptura do estigma. O

¹⁰ Público-alvo: programas sociais direcionados a grupos sociais de baixa renda ou em necessidade extrema, que precisam de cuidados (GOUGH, 2000, p.8).

¹¹ Teste-meios: programas sociais onde a elegibilidade é dependente sobre os recursos capitais ocorrentes do beneficiário (ibid).

¹² Ética do trabalho – Direção dada intelectual e moral difundida pelos puritanos – ver o clássico de Max Weber, a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo – que predominou no século XIX e perdura até os dias de hoje, e que aponta o trabalho em si como atividade edificante e benéfica, sendo seu fruto o progresso, sem considerar as condições em que este trabalho se realiza.

Estado atua em parceria com a família; ele não espera que a capacidade de ajuda da família venha a exaurir-se, mas socializa antecipadamente os custos da mesma.

Por outro lado, várias têm sido as elucidações para o fim do pacto em que se apoiava o *Welfare State* e para sua crise (DRAIBE e HENRIQUE, 1988), mas um dos argumentos mais fortes está relacionado às recentes transformações no mundo do trabalho¹³, diante das quais não apenas surgiram as teses sobre o fim do trabalho, do emprego e da classe trabalhadora, como também aquelas sobre o impasse vivido pelos Estados de Bem-Estar Social, isto é, o de ver comprometidas suas fontes de financiamento justamente quando as políticas sociais são requisitadas.

É neste contexto de crise dos anos 70 que são elaboradas as primeiras propostas de renda mínima. Para Fonseca (2001), o debate internacional estabelece como questões para pensar os programas de renda mínima, as alterações provadas no mundo do trabalho pelo emprego das novas tecnologias, o crescimento do desemprego estrutural e o emprego precário em consequência da crise da sociedade salarial.

Por meio de sua proposta de imposto de renda negativo, Milton Friedman apud Justo (2004) representa a corrente liberal, que defende a idéia de uma renda mínima como transferência monetária (em dinheiro) aos mais pobres e mal-afortunados em substituição aos demais serviços e benefícios sociais fornecidos pelo Estado. Até porque permitiria às famílias terem liberdade de utilizá-la segundo suas necessidades e as opções que o mercado oferece.

A proposta de Friedman indica uma tendência de fortalecimento do individualismo, contrapondo-se à solidariedade do *Welfare State*, bem como de retorno da crença no mercado auto-regulador da economia, na qual a intervenção do Estado seria a focalização em públicos-alvo restritos (MORAES, 2001). Daí porque a proposta de Friedman é de que a renda distribuída às pessoas seja realmente mínima, isto é, que possua um teto a fim de não desencorajá-las ao trabalho, e que seja substitutiva das demais políticas sociais (JUSTO, 2004, p.6)

Gorz apud Fonseca (2001) realiza uma descrição impactante do mundo do trabalho, de como a introdução da robótica e da informatização combinadas à reengenharia da organização têm gerado desemprego, regime parcial de trabalho e sub-emprego com salários inferiores à linha da pobreza. Isto porque o capitalismo apreendeu outras formas para acumular, que não seja explorando a força de trabalho.

¹³ Para aprofundamento do assunto ver: ANTUNES, 1998; CASTEL, 1996.

Diante deste argumento, Gorz apud Fonseca (2001) propõe uma política de redistribuição do trabalho na sociedade, que combinada com a redução de sua duração, reabsorveria o desemprego ao mesmo tempo em que aumentaria a renda dos indivíduos.

Aznar apud Fonseca (2001) propõe, nessa mesma linha, o benefício de um “segundo cheque”: os indivíduos teriam duas rendas – uma pelo trabalho e outra pela partilha da riqueza coletiva.

Neste caso bem se considera que a exclusão é inevitável e que é prioritário repartir as riquezas para diminuir a pobreza, o rendimento vitalício seria uma via, já que seria um subsídio pago a todos os cidadãos, do nascimento até a morte, independentemente de qualquer atividade assalariada.

O autor ainda critica o programa de renda mínima de inserção francesa, pois quando os benefícios cessam e o problema do desemprego não se resolve, as pessoas acabam recaindo em estado de extrema pobreza.

Contudo a saída da direita para o enfrentamento do desemprego ameaçando a ordem e o Estado seria o imposto negativo, preconizado por Milton Friedman, ou soluções do tipo subsídio universal.

O subsídio universal é repassado para todos, independentemente do rendimento. Quanto ao imposto de renda negativo, trata-se de garantir recursos mínimos àquelas pessoas que não dispõem de nenhuma renda. É importante observar que, para os liberais, uma ajuda mínima por meio de imposto de renda negativo é uma estratégia para assegurar o nível de subsistência aos setores mais pauperizados, por entenderem que é o mercado o lugar onde os indivíduos devem buscar a solução para seus problemas (FONSECA, 2001).

Gorz e Aznar apud Fonseca (2001) discorrem que não se pode abrir mão do trabalho como único organizador da vida pública dos indivíduos, mas de encontrar e de reinventar, de organizar socialmente, de forma justa, repartindo este bem precioso.

Segundo Aznar apud Fonseca (2001), a sociedade tem o dever de assegurar a cada cidadão a satisfação de suas necessidades e todos devem exigir este direito. Para Philippe Van Parijs apud Justo (2004) esse argumento tem como horizonte o estado de bem estar social baseado no modelo paineano, ou seja, as transferências devem estar relacionadas com a participação de cada um no patrimônio comum, independentemente de qualquer necessidade, estar trabalhando, procurando emprego ou ter contribuído. É o princípio de uma renda incondicional.

No Brasil, não se chegou a estruturar um sistema de proteção social nos moldes do *Welfare State* europeu. O Estado de Bem-Estar no Brasil sempre se conjugou num frágil Estado-providência com uma forte Sociedade-providência. Segundo Falcão (2002), a concepção da sociedade-providência constituiu uma hipótese sugestiva para caracterizar a forma indireta com que o Estado estende serviços com organizações filantrópicas, benemerentes e comunitárias, consistindo nas denominadas relações de parceria.

No Brasil, o sistema de proteção social estava fundamentalmente associado ao regime de crescimento baseado na industrialização substitutiva de importações conduzida pelo Estado. A partir da segunda metade da década de 70, e crescentemente na década de 80, ambos começaram a mostrar sinais evidentes de exaustão, o que, segundo Faria (2000, p.37), foi marcado por três fatores prevaletentes:

Primeiro lugar, uma certa desorganização estatal dos diversos serviços que aquele sistema de proteção social havia criado; segundo lugar, a crise gerada pelo processo hiperinflacionário controlado; e como resultado de tudo isso, (terceiro lugar) o crescimento pronunciado da pobreza e da desigualdade.

Mesmo o Brasil não estruturando um sistema de proteção social nos moldes do *Welfare State* europeu, aqui também foram sentidos, como no resto do globo, os efeitos das transformações no mundo do trabalho e da difusão das idéias neoliberais, bem como o debate sobre renda mínima.

No Brasil, as primeiras discussões sobre a instituição de um programa de garantia de renda mínima como forma de erradicação da pobreza remontam à década de 1970.

Em 1975 coube a Antônio Maria da Silveira escrever a primeira proposta de garantia de renda mínima para o Brasil, em “redistribuição da renda”. Era sua proposição que a injeção de nova moeda na economia pelo governo fosse feita por meio das mãos dos que menos têm. Sendo assim, ele introduz uma proposta de política de distribuição de renda por meio do imposto de renda negativo. A implementação seria gradual, começando pelos maiores de 60 anos até atingir os mais novos. Este último ponto deu origem à Lei 6.179, de 11 de dezembro de 1974, que institui o amparo previdenciário aos maiores de 70 anos ou inválidos, também conhecido como renda mensal vitalícia, conforme veremos adiante.

Três anos mais tarde, em 1978, Edmar Lisboa Bacha e Roberto Mangabeira Unger propuseram algo semelhante no livro *Participação, salário e voto: Um projeto de democracia para o Brasil*.

Somente em 1991, dezesseis anos depois da apresentação da proposta de Antonio da Silveira, o Senador Eduardo M. Suplicy propôs ao Senado a implantação de um programa, Projeto de Lei nº 80/91, que funcionaria como um imposto de renda negativo, em que todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos de idade, cujos rendimentos mensais fossem inferiores a determinado patamar de renda, teriam acesso a uma renda mínima.

Ainda em 1991, o debate brasileiro sobre renda mínima ganha novo impulso, inaugurando um segundo momento, quando J.M. Camargo (1991; 1993; 1995) passa à defesa de uma proposta de renda mínima que contemple articulação de renda familiar com a escolarização de filhos dependentes em idade escolar, de modo a assegurar a manutenção dos mínimos de sobrevivência familiar.

No ano de 1995, inicia-se o que se pode considerar o terceiro momento deste debate, agora impulsionado pelo desenvolvimento de experiências em Campinas, em Ribeiro Preto (São Paulo) e em Brasília, Distrito Federal, seguidas de outras experiências e propostas em vários municípios e estados brasileiros.

A partir de 2001, penúltimo ano do governo de Fernando Henrique Cardoso pode-se vislumbrar o quarto momento no desenvolvimento da política de renda mínima no Brasil, marcado pela proliferação de programas de iniciativa do Governo Federal tipo renda mínima. Entre esses nos interessa particularmente o Benefício de Prestação Continuada – BPC, instituído em 1996. Este benefício é um direito que garante um salário mínimo mensal às pessoas portadoras de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Mas afinal, qual o entendimento que os autores brasileiros têm do que sejam os programas de renda mínima? Os programas de renda mínima, no entendimento de Sposati apud Rocha (2001, p.1):

... Transferem uma dada quantia de remuneração para que seja transformada pelo cidadão, através do mercado, em resolução de uma necessidade. Não se trata de transferência de um bem como cesta básica, ou pagamento de um aluguel ou qualquer benefício, mas ampliar a capacidade de cobertura de uma necessidade através de aquisição ou compra. Este caráter faz com que as propostas de renda mínima sejam combinadas quer com políticas liberais,

quer com políticas de caráter social-democrata, já que no limite rompem com os interesses de mercado.

Silva (2003) pontua que de Thomas More¹⁴ a Bernard Shaw¹⁵ até os dias atuais, não pararam de surgir propostas no sentido de implementar uma renda mínima garantida ou renda básica a todos os indivíduos independentemente de status social e profissional. A autora coloca que toda transferência de renda é uma intervenção no mercado com a função regulatória de corrigir falhas de funcionamento, elevando sua eficiência, podendo redistribuir a renda ou não (dependendo, na verdade, de uma opção política). Neste sentido, os programas de transferência de renda poderão ser orientados por duas possibilidades:

Opção liberal: transferir só para manter a sobrevivência: caráter residual e compensatório, aliviar a pobreza imediata;
Opção redistributiva: transferir para diminuir as desigualdades – implica em redistribuição, com conseqüente redução da pobreza (SILVA, 2004, P.37)

Daí pode-se observar que os programas brasileiros de renda mínima constituem-se numa transferência de renda monetária direta do governo a indivíduos ou famílias que carecem do mínimo vital. O direito à renda aqui está condicionado à presença de crianças em idade escolar; tem um caráter provisório; restrito a famílias pobres; exigência de um prazo de carência de moradia no município.

Contudo há controvérsias no diz que respeito à efetividade desses programas. Para Pedro Demo (1997) os mínimos sociais, no Brasil conforme prescreve a LOAS; são um direito comprometido com a sobrevivência material, já que em sociedades ditas democráticas, a primeira condição é que a sobrevivência das pessoas, em particular dos segmentos sociais que não possuem condição de se auto-sustentarem, precisa estar acima dos valores do mercado.

De outro modo, para ele, a Política de Assistência Social não pode arcar para si a responsabilidade de dar conta da pobreza. Até porque em países de capitalismo periférico,

¹⁴ Um dos fundadores do pensamento humanista da Europa moderna, ele escreve acerca da importância de se assegurar a todos o mínimo para uma sobrevivência justa.

¹⁵ Dramaturgo, crítico e ensaísta irlandês e uma das figuras literárias mais importantes do século XX. Para ele o teatro era um meio de apoiar a reforma social. Defendeu os direitos das mulheres e lutou pela simplificação do alfabeto.

como o nosso, existe uma pobreza estrutural e não residual. E neste caso, é imprescindível que o combate à pobreza atinja em cheio, modificando as relações de mercado, de tal forma que aconteça a redistribuição da renda.

Sendo assim, o autor aponta a seguinte disjuntiva, no que concerne ao sistema prover “renda mínima” para todas as famílias abaixo da linha de pobreza: atender a todas com um mínimo dos mínimos, ou, havendo recursos adequados, deixar de fazer uma política de emprego, preferindo a assistência. Isto seria o resultado tipicamente parasitário do *Welfare State*, que não conseguiu manter esta proposta sequer para os países mais ricos. Outro ponto apresentado por ele está na asfixia da cidadania pretensamente atrelada a uma visão de assistência, porquanto a “renda mínima”, ficando neste exemplo, no fundo recria apenas o exército industrial, ainda que de modo elegante, colocando esta população fora do mercado. Estas são algumas questões apresentadas pelo autor.

Destarte outros autores fazem a defesa da assistência como uma política que pretende combater a pobreza, outros como Suplicy (2002) defendem o direito dos que necessitam de uma renda independentemente da pessoa estar trabalhando ou não. Tal assertiva de Suplicy nos faz pensar sobre a proposta de Van Parijs apresentada acima, de uma renda incondicional.

Mas qual a origem, o fundamento de uma renda incondicional para todos. Karl Marx em sua célebre frase: “de cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com as suas necessidades” já expressava, na verdade, o mesmo que Aristóteles em sua política, cerca de 300 anos, bem como em inúmeros textos religiosos do judaísmo, do cristianismo e outras religiões, de que a finalidade da política é a vida justa, que se realiza pelo bem comum, tornando iguais os desiguais, por meio da lei.

Suplicy (2002) coloca que a garantia de uma renda mínima a todas as pessoas procura atender a dois princípios definidos por Aristóteles: a justiça distributiva, que deve tratar desigualmente os desiguais para torná-los iguais; e a justiça política, tratar igualmente a todos, depois que a justiça distributiva os igualou.

Deste modo a nossa proposta aqui não é discutir se assistência é uma política social que cabe gerar algum tipo de cidadania ou apenas manter vivos os excluídos, até porque como fala Sposati (2005) a LOAS é apenas uma menina, ou melhor, uma adolescente, que nem sequer é criança, mas também não é adulta para direcionar os seus próprios passos. Há muito ainda para avançar nas questões expostas acima, mas para além delas queremos acrescentar outras a esta discussão, que é pensar a partir das falas dos usuários e de seus familiares o que significa a assistência, ou especificamente o Benefício de Prestação Continuada-BPC/LOAS.

Sendo assim, a seguir apresentaremos a trajetória do Benefício de Prestação Continuada – BPC e uma análise comparativa com a Renda Mensal Vitalícia, confrontando qual dos dois teria um alcance maior e quais as suas diferenças e/ou semelhanças, já que um veio para substituir o outro.

1.3 A OPERACIONALIZAÇÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC

A partir de 1985 inaugura-se a fase de transição para o Estado de direito, comportando a eleição de um congresso constituinte e a promulgação da Constituição de 1988. Apenas com esta Constituição, a assistência social passou a ser compreendida como uma política pública, superando assim sua compreensão corrente de “dever moral de ajuda”, para ser entendida como “dever legal” de garantia de benefícios e serviços sociais. Configurando deste modo, pela primeira vez, o estatuto de direito do cidadão que dela necessitar é dever do Estado. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) reconhece que a assistência social é direito social, sendo prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição. Preconiza a diretriz da descentralização das ações, qualificada de político-administrativa, bem como a participação da população na formulação e controle da política. Ao definir fontes de financiamento, reconhece formalmente seu caráter de certeza e regularidade.

Seus objetivos são: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e a adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária bem como a previsão do Benefício de Prestação Continuada.

Assim estabelece a LOAS:

Art.20. O Benefício de Prestação Continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida pela família.

Parág. 2. Para efeito de concessão deste benefício, a pessoa portadora de deficiência é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho.

Parág. 3. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa portadora de deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Entretanto, o mesmo não foi imediatamente efetivado dentro dos parâmetros da LOAS. Sua efetivação só se deu em 1996, oito anos após sua inserção na Constituição e três anos pós - LOAS.

Embora a Constituição houvesse definido novos canais, que apontavam para ampliação da participação popular, novos parâmetros democratizantes e consolidadores do espaço de interlocução entre poder público versus sociedade civil, tornar a LOAS uma realidade não foi tarefa fácil: foi necessário um longo processo de luta, que durou cinco anos (1988 – 1993). Nesse interregno, amplos e diversificados setores da sociedade civil se organizaram e tiveram papel fundamental para a efetivação e implementação da Lei (PORFÍRIO, 2001, p.31).

A regulamentação da LOAS pode ser compreendida dentro desse contexto permeado por contradições e relações de força, pois sendo resultado de movimentos sociais organizados, tendo como protagonistas trabalhadores da área de Assistência e organizações da sociedade civil, foi resultado de um longo e necessário processo de luta.

Quanto ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, este foi previsto no artigo 203, inciso V da Constituição Federal de 1988 e regulamentado na LOAS. O BPC é um direito que garante um salário mínimo mensal às pessoas portadoras de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Entretanto, há uma ressalva a fazer. Primeiramente, parte-se do princípio bastante questionável de que o salário mínimo brasileiro é capaz de prover as necessidades de uma família com quatro membros, em média. Trata-se do limite da sobrevivência, referindo-se tão somente às necessidades de alimentação com uma ração precária e que não dura todo o mês. Estudos de Sposati (2000)¹⁶ demonstram a insuficiência e miserabilidade do nosso salário mínimo, que apenas contempla uma cesta básica configurando a linha da indigência e reduzindo as necessidades humanas à alimentação.

¹⁶ Palestra proferida na PUC-SP, em março de 2000.

Segundo S. Rocha (2003), a abordagem da pobreza enquanto insuficiência de renda implica o uso das chamadas linhas de indigência e de pobreza, que tem por base o custo da cesta básica ou valor derivado da distribuição de renda. Isso se torna comum em economias modernas e monetizadas, onde parcela considerável das necessidades dos indivíduos é atendida através de trocas mercantis.

Para a autora, trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de um indivíduo de determinada população. Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, é denominada linha de indigência ou pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares, ou seja, os indigentes seriam aqueles que não dispõem de renda para adquirir a cesta alimentar básica (no Brasil são consideradas apenas as necessidades de energia), cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais. Quando se trata do não atendimento ao conjunto amplo de necessidades, consideradas mínimas numa sociedade, chama-se linha da pobreza.

Pensar em níveis de pobreza leva-nos a supor que não podemos pensá-la de forma única e universal, mas que se refere socialmente ao contexto histórico, pois, pensando como Sônia Rocha, “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (Rocha, 2003, p.10). A análise de Delgado sobre economia de subsistência vem ao encontro de estudos igualmente recentes que seguem uma linha já consolidada de análises sobre a questão da pobreza no Brasil, mostrando que tanto ela como a desigualdade social emergem enquanto questão social ao longo da nossa história e são aspectos estruturais da nossa economia¹⁷, delas fazendo parte a informalidade, a economia de subsistência, o desemprego e inúmeras formas de estratégias de sobrevivência.

Destarte, percebe-se que o BPC confere centralidade à família como responsável pela manutenção desses segmentos, daí a exigência da comprovação da renda de toda a família, o que, ao nosso ver, acaba condicionando e limitando o direito da pessoa ao benefício.

Essa situação traduz-se, em seu limiar, na proibição de que mais de uma pessoa na família tenha o benefício – mesmo que nesta haja, por exemplo, dois portadores de deficiência ou um portador de deficiência e um idoso - quando não for atendido o critério da renda, posto que a provisão recebida tem de se somar ao cálculo de renda. Vê-se assim que o BPC torna-se

¹⁷ Delgado baseou seu argumento nos seguintes autores: Sonia Rocha, Marcio Pochmann e etc.

um benefício familiar porque parte da idéia de que a família cuida, de que ela é o locus da proteção.

Entretanto, não se leva em conta o fato de que muitas famílias não têm condições de ser esse locus da proteção, não só pela falta de condições financeiras, mas pela ausência de condições psicológicas e afetivas. A família pode ser este lugar da proteção, mas também pode ser o lugar das relações de poder, do despotismo e da violência.

A forma de ingresso é por demais seletiva, adotando, ao que parece, o princípio e a lógica da exclusão quando considera como família aquela que é incapaz de manter a pessoa portadora de deficiência ou o idoso; aquela em que cada um de seus membros obtenha a provisão de suas necessidades no mercado atualmente com R\$ 65,00 (sessenta cinco reais), correspondentes a um $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em valores em 2004.

O BPC lida com destinatários em particular situação de vulnerabilidade, seja pela contingência da idade ou pela deficiência incapacitante para o trabalho e para vida independente. Tal situação de vulnerabilidade, por si, ainda que em condições favoráveis de vida, exige um conjunto de necessidades especiais e de cuidadores.

Gomes apresenta um breve percurso na trajetória do BPC, desde o início de sua concessão, que vem demonstrando sua lógica excludente e seletiva:

[...] O processo de concessão passa por seguidas alterações em relação ao acesso, caracterizando, pelo menos, três momentos mais significativos. 1) através do Decreto nº 1.744/95, quando inicia a concessão, em 1996, constata-se exigências e interpretações que extrapolam a LOAS de par com as resoluções e ordens de serviço do INSS. Este período vai de janeiro de 1996 de 1997, com a ressalva de que já em março de 1997, através de resolução/INSS, os laudos e pareceres emitidos pelas demais instituições ficam submetidas à avaliação da perícia do INSS, sem a presença do beneficiário. 2) Com a previsão em Medida Provisória nº 1473/94, de novo o conceito de família, de que somente à perícia do INSS compete a emissão de laudos e pareceres, e delegando ao próprio beneficiário a responsabilidade pela declaração de renda – período a partir de setembro de 1997, ora em vigor. 3) Com a implantação, a partir de 1998, de sistemática para revisão e avaliação da situação dos beneficiários para fins de manutenção ou cancelamento do benefício (GOMES, 2004, p.198).

O decreto nº 1744 impõe, inclusive, que o beneficiário comprove a inexistência de atividade remunerada, ou seja, a inexistência de renda, exigência ilegal e descabida em relação à própria LOAS, que trata somente da comprovação de renda per capita de um quarto de salário mínimo. Neste mesmo decreto ocorre, a rigor, a desconsideração da equipe

multidisciplinar, uma vez que a mesma se limita a dois pareceres, sendo um médico e outro de profissional da área terapêutica ou educacional. A propósito, as deformidades do decreto foram objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade e de Representação ao Ministério Público movidas pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal não teve o mérito julgado, posto que foi declarada a ilegitimidade do CFESS como autor. No caso da Representação junto ao Ministério Público também não foi debatido o mérito, visto que o mesmo também não admitiu a legitimidade do CFESS. Esses fatos advertem o imperativo de que tais iniciativas sejam subscritas por organizações representativas de usuários¹⁸, as quais não têm se preocupado com isso.

Houve também a antecipação da revisão dos benefícios (BPC), prevista inicialmente para ocorrer somente dois anos após o início da concessão. A revisão antecipada destinou-se somente à verificação dos laudos de enquadramento das pessoas portadoras de deficiência, visto que se conjeturava que as alardeadas fraudes ocorriam nesta situação.

Com relação ao enquadramento da deficiência, cabe lembrar a existência de um instrumental para auxiliar a avaliação das condições de deficiência, denominado, *Acróstico avaliemos – tabela de dados para avaliação da deficiência: Instrumento Auxiliar para o preenchimento da conclusão da perícia médica*. Este acróstico considera os seguintes itens de avaliação: aptidão para o trabalho; níveis de dificuldades nas áreas de visão, audição e palavra; níveis de dificuldade para exercer as atividades de vida diária; níveis de locomoção; níveis de instrução; níveis de controle de excretos.

Este instrumento estabeleceu também um conjunto de indicadores que prescrevem um teste de elegibilidade, com rigorosa pontuação destinada a analisar a deficiência a partir de critérios exclusivamente médicos e físicos. O *Acróstico avaliemos* surgiu pela Resolução/INSS nº 435/97 como instrumento auxiliar, com a observação de que não substituíra o laudo de avaliação naquele momento assinado por dois profissionais.

Contudo, na prática o acróstico foi adotado como instrumental de enquadramento, até porque os processos satisfazem ao critério de pontuação da tabela, sendo o laudo tão somente

¹⁸ Segundo Raichelis (2000), as organizações representativas dos usuários no Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS são: Associação Nacional de Gerontologia (ANG), Organização Nacional de Deficientes Físicos (ONEDEF) e o Movimento de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Na definição dos objetivos da assistência social (artigo 1º da LOAS) dá-se prioridade à política de atendimento a esses segmentos sociais.

uma conclusão abreviada. De fato, há limitações por parte deste tipo de instrumental, já que existe o risco de nem sempre dar conta da variedade de circunstâncias, especialmente quando tratada por profissionais não tão especializados e que não acompanham a problemática da deficiência. Decerto, trata-se de um instrumento para orientar peritos do INSS, acostumados a lidar com situações de invalidez e incapacidade para a vida laboral de segurados.

A partir da Revisão prevista na LOAS, que foi retomada em 2000, surgiu um outro *acróstico* denominado social – tabela de dados para avaliação da condição social da pessoa portadora de deficiência e da pessoa idosa (Anexos 1 e 2), que contempla os seguintes itens de avaliação: situações de vulnerabilidade das relações familiares; níveis de oferta de serviços comunitários e adaptação destes; carência econômica e os gastos realizados; idade; análise da história da deficiência e aspectos relativos ao labor e potencial da pessoa portadora de deficiência para trabalhar.

Sua função na metodologia da revisão no caso da pessoa portadora de deficiência é impedir que haja somente a avaliação médica, o que seria do ponto de vista legal uma irregularidade, já que estes beneficiários acessaram o benefício quando vigorava a avaliação através de uma equipe multidisciplinar.

Em janeiro de 2003, o INSS normaliza um roteiro de procedimentos para operacionalização do BPC - orientação interna do INSS nº 081, no que tange aos itens requisitos e localidades onde requerer o BPC. As Secretarias Municipais de Assistência Social, ou congêneres poderão, mediante solicitação formal do INSS, realizar previamente a avaliação social dos interessados no Benefício assistencial para subsidiar a decisão do INSS sobre o mesmo, observando prazo não superior a 15 dias, sob a pena de deliberação do INSS, com os elementos existentes. Elas poderão, também, mediante solicitação dos interessados no benefício, formalizar os processos, observando-se o preenchimento dos formulários citados no caput e a emissão da avaliação social, sendo, no entanto, a habitação protocolizada junto ao APS/UAA (Agências ou Unidades Avançadas da Previdência Social).

Ainda em novembro de 1997, ao anunciar um conjunto de medidas que versavam contornar as conseqüências da crise nas bolsas, as chamadas medidas de ajuste fiscal, registra-se mais um ataque ao BPC: o governo se arrisca a interromper o pagamento do benefício para fins de novos ingressos até que seja realizada auditoria e congela a idade da pessoa idosa em 70 anos, impedindo sua progressiva redução, como preconizava a LOAS. Em virtude da reação de parlamentares, da repercussão na mídia e, sobretudo do movimento social que naquela conjuntura realizava a Segunda Conferência Nacional de Assistência Social,

precedida de conferências municipais e estaduais, o governo voltou atrás parcialmente, deixando de suspender o benefício, mas mantendo a restrição da redução da idade em 67 anos, impedindo sua redução para 65 a partir do ano 2000 (MP 1599-39 de 11.12.97).

O limite de idade só é alterado com a consolidação do Estatuto do Idoso em janeiro de 2004, significando um avanço não só em relação à idade a partir de 65 anos para os idosos, mas o fato do BPC não ser mais computado para fins do cálculo da renda familiar per capita a que se refere a LOAS.

Concernente ao financiamento da Assistência Social ao longo dos últimos anos, pós-LOAS, tem-se mantido ou diminuído, de par com as metas, afora o seu crescente comprometimento com pagamentos do Benefício de Prestação Continuada. Em 1996, ano de implantação do benefício, temos, dos 400 milhões de reais destinados ao Fundo Nacional de Assistência Social- FNAS, 130 milhões gastos com o BPC. Ressalta-se que em 1995, quando não havia o benefício, o orçamento total da assistência foi cerca de 290 milhões de reais.

Em 2000, de dois bilhões e setecentos milhões de reais aportados no FNAS, um bilhão novecentos e cinquenta milhões foram destinados ao benefício. Em 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio do BPC, atendeu a 2.307.804 brasileiros idosos e portadores de deficiência em situação de pobreza, utilizando recursos da ordem de 6,6 bilhões de reais.

Se formos comparar os dados da evolução da concessão com os gastos com o BPC no Estado do Rio de Janeiro, poderemos observar que, no início da sua concessão em 1996, foram concedidos 8.243 benefícios. Em dezembro de 2001, perfazia um total de 18.918 benefícios concedidos entre portadores de deficiência e idosos, que equivalem a um aumento na ordem de aproximadamente 129,5%. Em 2003, os beneficiários somaram 1,5 milhão de brasileiros, e certamente deve haver ainda demanda não atendida, quer:

- a) pelo não-cumprimento na íntegra da lei (adoção da idade-base de 65 anos como disposto em 1993), b) pela transmutação do valor do benefício concedido em renda familiar, o que inibe que outro membro familiar, com direito a acesso ao BPC por deficiência o receba, c) pela extensão do conceito de unidade familiar para além daqueles que vivem sob o mesmo teto, d) pela ausência de informação sobre o benefício por parte dos usuários e pelas dificuldades de acessá-lo devido à burocracia documental (SPOSATI, 2004, p.130).

No município de Campos dos Goytacazes essa realidade não é diferente. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o município em maio de 2004 atendeu a 2.423 brasileiros idosos e portadores de deficiência física ou mental.

1.4 RENDA MENSAL VITALÍCIA E O BPC

“De cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com as suas necessidades”. Karl Marx.

No Brasil, a Renda Mensal Vitalícia – RMV surge em dezembro de 1974, prevista na Lei 6.179, a qual:

Institui amparo previdenciário para maiores de 70 anos de idade e para inválidos...Definitivamente incapacitados para o trabalho, que num ou noutro caso não exerçam atividade remunerada, não auferam rendimento, sob qualquer forma, superior ao valor da renda mensal fixada (metade do salário mínimo), não sejam mantidos por pessoa de quem dependam obrigatoriamente e não tenham outro meio de prover ao próprio sustento...

A RMV era um benefício básico direcionado aos inválidos ou pessoas com 70 anos de idade ou mais, que não eram capazes de prover o próprio sustento ou de serem sustentadas por suas famílias. Além disso, os candidatos deveriam ter feito no mínimo 12 contribuições à Previdência Social ao longo de sua vida ativa, o que significava que grande parte da população não teve acesso a esse benefício.

O valor da RMV, nos anos 1970 e 1980 até a Constituição de 1988, era de meio salário mínimo vigente. Somente a partir de 1991, com a regulamentação da Previdência Social pela Lei 8.213, a Renda Mensal Vitalícia teve seu valor alterado para um salário mínimo. A RMV era financiada com recursos provenientes de contribuições sobre a folha de salários do fundo gerenciado pela Previdência Social.

A Renda Vitalícia surge num contexto político econômico de crise e esgotamento do chamado milagre brasileiro e do lento e gradual estiramento do regime militar. No Governo Geisel, operava-se o controle da política social como objeto de legitimação do governo da ditadura (VIEIRA, 1997), sendo a RMV a primeira renda mínima focalizada concedida pelo

governo federal. Esta destinou-se a um significativo contingente de trabalhadores rurais e urbanos, no caso idosos e inválidos, os quais, ainda que tivessem direito, não tinham acesso à previdência social pelo seu caráter contributivo.

Desse modo, a criação da RMV passa a compor um certo aparato assistencial da previdência, que pode ser atribuída a certa flexibilidade de um sistema contributivo, que se deslocava da lógica estrita do seguro, alargando um braço assistencial para proteger a velhice e a invalidez com um auxílio, por princípio e valor diferenciado dos benefícios dos demais aposentados.

Não obstante, sem a exigência tipicamente contributiva, há que se notar a sua clara relação com o trabalho, já que os seus destinatários teriam de, em quaisquer das situações para enquadramento, de algum modo ratificar sua condição de ex-trabalhador ou de ex-filiado ao regime previdenciário, além da incapacidade laboral posta pela situação de velhice ou invalidez¹⁹.

Como observamos, por sua concepção e por seu conteúdo, a RMV era considerada formalmente como ajuda, subsídio, amparo, concessão, não identificada no campo do direito, ainda que se constituísse numa garantia prevista em Lei. A RMV, por ser dirigida aos pobres, àqueles que não tinham como prover o seu sustento, era considerada como benefício do campo assistencial, entendido como concessão e não direito, desfigurado do típico modelo do sistema de seguro social brasileiro.

Certamente a renda mensal abrangia maior cobertura quanto aos critérios de renda, enquanto o BPC é, neste ponto, por demais seletivo. Uma outra questão a ressaltar é que, uma vez outorgada, a renda mensal não estabelecia formalmente a obrigatoriedade de revisões periódicas do benefício, até porque a situação de invalidez incapacitante para o trabalho deveria ser peremptória. No caso do BPC a revisão é formalmente prevista a cada dois anos a fim de averiguar tanto a situação de deficiência como a permanência da situação de renda familiar para ambos os segmentos.

Com a prorrogação da concessão do Benefício de Prestação Continuada, que veio substituir a Renda Mensal Vitalícia, benefício do âmbito da Previdência Social, o qual teve

¹⁹ O BPC em relação à RMV se desloca desta lógica mercadorizável por ser considerado um direito garantido por Lei, que não exige contribuição prévia. Esta concepção de acesso a benefícios sociais desvinculados da lógica do mercado nos remete aos diferentes regimes de *Welfare State*. Confrontar com a parte 1.2.

sua extinção prevista pela LOAS, constatam-se logo problemas de solução de continuidade, pois os novos acessos à RMV foram logo interrompidos ou cessados sem que fosse iniciada a concessão do BPC, fato não admitido pela Lei até sua extinção definitiva em 1996.

Do ponto de vista da concepção, embora ambos tenham sido previstos em Lei, portando garantias formais, transportam significados e princípios diferentes. Isto nos induz a afirmar que o BPC é reconhecido explicitamente como direito social, configurando benefício incondicional no que tange à exigência contributiva, enquanto a RMV exige contribuição, ainda que diferenciada em dois casos, ou comprovação de exercício anterior de alguma atividade laboral do regime previdenciário.

No entanto, mesmo o BPC se constituindo numa forma de transferência de renda aos pobres, que não passa necessariamente pela lógica contributiva do valor como a RMV e os outros benefícios previdenciários, ao observarmos o acróstico, (no caso da pessoa portadora de deficiência - PPD) percebemos que ele se orienta pela ética do trabalho – numa sociedade marcada por uma enorme vulnerabilidade de massas (CASTEL, 1996) – gerada, especialmente, pela difícil inserção no mundo do trabalho (formal ou informal), do que decorre o não acesso à renda²⁰.

Nesse termo, o fundamento da política não é o direito, mas sim o mercado, pois sob o primado liberal do trabalho como fonte de sobrevivência, a assistência incentivaria o ócio ou a vagabundagem, desestimulando o trabalho, ressaltando a ideologia que nos foi inculcada de que “o trabalho enobrece o homem”. Pereira (2000) assevera que esse tipo de direito encontra-se no cerne da ética do trabalho.

Agora o BPC em relação à RMV se define também como seletivo e excludente, quanto ao corte de renda per capita familiar, ao definir o direito do idoso ou deficiente físico à renda de seus familiares, o que condiciona a manutenção e a proteção do idoso e do deficiente físico à sua família. O que está em jogo não são os direitos dos indivíduos e sim as possibilidades familiares que são julgadas, se as famílias são capazes ou não de cuidar de seus membros. Sendo assim, nos parece que muito mais que proteger a família, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS em seu artigo 20 parágrafo terceiro, a tem responsabilizado pelo provimento das necessidades de seus membros. Ainda que no Brasil a família tenha sempre

²⁰ Para maiores esclarecimentos consultar CASTEL, 1996; PAUGAM, 2003

funcionado como anteparo social, cabe refletir se a família, no contexto atual da sociedade brasileira, tem condições efetivas para funcionar como tal.

Entretanto, temos ainda algumas diferenças para comprovação da necessidade. A RMV não definia explicitamente um corte de renda, muito menos de per capita, embora na prática possamos inferir que era de meio salário mínimo a renda admitida. A RMV não impedia o acesso do benefício de quem auferisse alguma renda, desde que esta não ultrapasse o seu valor, que correspondeu inicialmente a meio salário mínimo e depois a um salário mínimo. Conforme BS/INPS/DG 242, de 23/12/82/suplemento: “1.2 – Não prejudicará o direito ao amparo previdenciário: I – a percepção, pelo amparo, de renda em dinheiro de valor não superior ao da renda mensal de que trata este Capítulo”.

Além disso, a família definida como responsável pela manutenção do seu sustento limitava-se àqueles de quem o candidato ao benefício dependesse obrigatoriamente. Assim adotava-se a lógica mais compatível ao tratamento do regime do seguro, a vinculação ao conceito de dependência financeira, nos moldes previdenciários. Portanto, não havia exigência do cálculo da renda per capita familiar, como é o caso do BPC, sendo o benefício voltado mais para a pessoa.

Em linhas gerais, o BPC estaria dentro de uma compreensão “familista”, ou seja, de que a família, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, deveria ser capaz de proteger e cuidar de seus membros. Esta premissa está fundada na idéia de que existem dois canais “naturais” de satisfação das necessidades dos cidadãos: o mercado e a família. E somente quando um destes falha é que o Estado deve intervir, e de forma provisória e residual (MIOTO, 2004, p.136).

1.5 O CONTEXTO ATUAL

O fato da família, no atual contexto social da sociedade brasileira ser responsabilizada pela proteção social de seus membros, ou seja, ser chamada a preencher a lacuna em que o Estado tem restringido sua participação no campo social sem receber dos poderes públicos a devida assistência para tanto, deve ser pensado a partir dos seguintes aspectos: primeiro, a partir das alterações recentes na organização familiar, que atingem e modificam os tradicionais mecanismos de solidariedade familiar, acarretando uma interação limitada e precária entre os membros da família; segundo, em decorrência da grave crise econômica do

país, expressa no desemprego crescente, rebaixamento dos salários, precarização das condições e relações de trabalho e desregulamentação de direitos sociais.

A crise dos anos setenta assinalou a exaustão do padrão capitalista monopolista, fundado num regime de acumulação “rígido”, designado como fordista-keneynsiano. Para preservar-se e reproduzir-se, o capitalista monopolista contemporâneo diante da agudização de suas contradições imanentes recorre a outro regime de acumulação “flexível” (HARVEY, 1998).

A acumulação flexível se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, p. 140-141, 1998),

No capitalismo tardio a transição para um regime de acumulação “flexível” reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/ incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precário”), seja criando novas discriminações entre os que trabalham (corte de sexo, idade, cor, etnia).

Na sociedade brasileira, as incidências dessa crise social rebatiam com força nos anos 90. Especialmente a partir de 1995, quando os representantes do grande capital passaram a ocupar mais diretamente as instâncias de decisão política. As práticas inspiradas no neoliberalismo e sua cultura foram disseminadas no conjunto da sociedade, promovendo (o arrepio da Constituição de 1988) a liquidação dos direitos sociais (apontados como privilégios), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a sistemática implementação de uma política macroeconômica lesiva à massa trabalhadora.

Os Estados nacionais e os seus cidadãos vêm sendo pressionados a aceitar as exigências do projeto neoliberal. Dentre elas, destacamos seis pontos essenciais ao desenvolvimento do capitalismo mundial:

- a) a desregulamentação da entrada e saída de capitais nos países;
- b) a liberação do comércio com a eliminação das barreiras alfandegárias;
- c) a privatização e transnacionalização das empresas públicas;
- d) o reconhecimento jurídico das marcas e patentes tecnológicas do capitalismo mundial;

e) a redução dos gastos públicos (portanto de serviços públicos como saúde, educação, transporte, fundos de aposentadoria e pensão, telefonia, água, energia, etc., que devem ser concedidos e explorados comercialmente pelo capital privado);

f) a desregulação do trabalho, retirando-as da esfera pública e submetendo-as às condições do mercado (de domínio privado).(ABREU, 1999).

Como podemos perceber, este conjunto de exigências submete os Estados à dinâmica da globalização capitalista, transferindo as responsabilidades e as decisões do Estado (portanto, da ação política) para o mercado; da esfera pública (portanto, do bem comum dos cidadãos) para a iniciativa privada.

O neoliberalismo é uma ideologia capitalista que defende o ajuste dos Estados nacionais às exigências do capital transnacionalizado, a defesa do “Estado mínimo, para o Estado máximo de capital” (NETTO, 1995, p.81). Em outras palavras, o neoliberalismo busca erradicar os mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital. O que deseja e pretende não é reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar as condições ótimas (atualmente possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-las segundo seus particulares interesses de classe.

Enquanto a linguagem de exaltação do mercado e do consumo, que se presencia na mídia e no governo, corre paralela ao processo de crescente concentração de renda, de capital e de poder, ocorre a “satanização” do Estado (causador de todas as desgraças e infortúnios que, de diferentes maneiras, tem afetado as sociedades), que tem tido como resultados o seu enfraquecimento e a diminuição de sua capacidade para formular e executar políticas, o que o submete cada vez mais aos interesses das classes dominantes e suas instituições “guardiãs”: o FMI, o Banco Mundial e o regime econômico gerado em torno da supremacia do dólar. (BORON, 1995, p.77-78).

A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que têm acesso ao mercado. Suas principais propostas são o caráter focalizado para atender a populações vulneráveis através do pacote básico para a saúde, ampliação da privatização, estímulo ao seguro privado, descentralização dos serviços em nível local e eliminação da vinculação de fonte com relação ao financiamento.

Nos locais de trabalho, é possível atestar o crescimento da demanda por serviços sociais, o aumento da seletividade no âmbito das políticas sociais, a diminuição dos recursos e

a diminuição dos salários, a imposição de critérios cada vez mais restritivos nas possibilidades da população ter acesso aos direitos sociais, materializados em serviços sociais públicos.

Essa conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado, de erosão das bases da ação social do Estado e desmontagem dos direitos sociais, civis e econômicos e a questão social, matéria prima da intervenção profissional dos assistentes sociais, vêm assumindo novas configurações e expressões dentre as quais destacamos a insegurança, a vulnerabilidade do trabalho, a penalização dos trabalhadores, o desemprego, o achatamento salarial, o aumento da exploração do trabalho feminino e a desregulamentação geral dos mercados.

Concluindo, as mudanças acima apresentadas se dão ao lado de um processo decisivo de evolução da organização e da estrutura familiar, que vem atingindo assim o poder de compra dos salários dos trabalhadores das famílias pobres, verificando-se um crescente empobrecimento das famílias brasileiras, que cada vez mais são submetidas a condições de vida e de trabalho extremamente precárias.

O que se pode constatar nas diversas situações vivenciadas pelas famílias é que os pais perdem os seus postos de trabalhos, muitas vezes de maneira irrecuperável; as mulheres não mais atuam na figura de agregadoras à renda do companheiro, pois este desempregado, ou na sua ausência, transfere à mulher a responsabilidade pelo sustento do lar; os filhos, por sua vez, vivem o medo de uma sociedade que ameaça não lhes abrir espaços no mercado formal, tendo em vista a falta de oportunidades e acesso à escola, ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente defina que a criança e o adolescente têm o direito à educação.

Tais situações dificultam à família a sua atuação como unidade de reprodução da vida econômica e psicossocial, ou seja, os mecanismos de solidariedade familiar, assim como os vínculos familiares, ficam cada vez mais fragilizados, pois em tese, os membros da família seriam aqueles com os quais se “podem contar” (SARTI, 2005). Destarte, como os sujeitos da nossa pesquisa são as famílias pobres, nos deteremos sobre as mesmas no item seguinte, embora reconheçamos que não existe a família, mas famílias no plural.

1.6 AS FAMÍLIAS POBRES

Na sociedade brasileira, em particular, o grau de vulnerabilidade vem aumentando, dadas as desigualdades, características da sua estrutura social. Cada vez mais nota-se a

exigência das famílias pobres desenvolverem estratégias complexas de sobrevivência para além da proteção social a nível secundário. O que com isso pode também significar a extensão das relações primárias afetivas e possível ampliação do campo de solidariedade pessoal.

Entre estas estratégias está a solidariedade familiar, pois diante das freqüentes rupturas dos vínculos conjugais e da instabilidade no emprego, que assegura o lugar do provedor, a família busca atualizar os papéis que a estruturam através da rede familiar mais ampla.

Sarti (2005) afirma que a família pobre não se constitui como núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, envolvendo uma trama de obrigações morais que dificulta a individualização e ao mesmo tempo viabiliza condições básicas para sua existência. No entanto esta trama de obrigações morais pode também significar a extensão de relações primárias afetivas, e possível ampliação do campo da solidariedade pessoal. Para tanto, a autora fundamenta sua afirmação e delimita a moral da família da seguinte forma:

A família, para os pobres, associa-se àqueles em quem se pode confiar [...] Como não há status ou poder a ser transmitido, o que define a extensão da família entre pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles que se podem contar, isto quer dizer, aqueles que retribuem ao que se dá, aqueles, portanto, para com quem se têm obrigações. São essas redes de obrigações que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenrolem dentro da dinâmica das relações descritas neste capítulo. (ibid, p.85).

Dessa forma as relações com os parentes de sangue ocorrem somente se estes estiverem inseridos no sistema de obrigações morais. A partir deste ponto, podemos pensar o quanto as famílias pobres são marcadas por uma instabilidade ocasionada por separações, morte, dificuldades econômicas e pela inexistência de instituições públicas que substituam de forma eficaz as suas funções. Assim, as crianças passam a ser responsabilidade de toda a rede de solidariedade em que a família está envolvida. C. Fonseca (1995) é exemplar nesse sentido quando cria o conceito de “circulação de crianças configurando-a como ocorrência histórica, onde as crianças circulam por diversas famílias e existe a coletivização das responsabilidades pelas crianças”.

A pesquisa de Marcela P. Braz e Maria A. Dressen (2000) são ilustrativas desta situação, quando as autoras apresentam o suporte da rede de apoio à família no enfrentamento de transições normativas ou não no processo de desenvolvimento dos membros familiares.

Elas focalizam a rede social de apoio às famílias durante períodos de transição decorrentes do nascimento de filhos. As famílias pobres articulam uma rede de apoio constituída pelos próprios membros familiares, outros parentes da família extensa (avós, tios, primos), amigos, companheiros, vizinhos e profissionais, que podem auxiliar de diversas maneiras fornecendo apoio afetivo, emocional, material ou financeiro.

Outra questão se apresenta para a família pobre segundo Sarti (2005). É a ética do trabalho, que se constitui como ética do provedor. Sendo assim, o trabalho adquire mais que valor econômico, material, mas um valor moral, da identidade masculina e sua autonomia, a qual atualiza valores masculinos como a disposição e a força, que fazem do homem, “homem”. Contudo o trabalho só tem significado para os pobres quando é capaz de viabilizar a vida familiar, de homem, pai-provedor.

A partir do que foi discutido até o momento, chegamos ao entendimento que pensar o significado da família é diferente tanto para as camadas populares como para as camadas médias trabalhadoras, pois para a primeira, a família é o lugar fundamental de apoio.

A família aqui é vista como unidade central, fundante da proteção social, principalmente para a população pobre, que normalmente em termos de Brasil, não pôde contar muito com as políticas de proteção à família. Somente a partir dos anos 90 é que se começa a articular a família como locus privilegiado do enfrentamento à pobreza, por meio de programas de transferência de benefícios monetários.

Em termos de famílias pobres, o que se tem é uma rede social de apoio intra e extrafamiliar para ampará-la, ou seja, uma rede de proteção primária. Aqui o significado do termo rede social diz respeito a um sistema composto por “... vários objetos sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (contexto)”, que oferecem apoio instrumental e emocional à pessoa, em suas diferentes necessidades. (LEWIS apud DRESSEN, 2000, p.221).

Carvalho (2004) define uma rede de proteção familiar como estratégia indispensável à sobrevivência das famílias empobrecidas material e afetivamente. Entre essas estratégias a autora aponta a solidariedade conterrânea e parental, a solidariedade apadrinhada e a solidariedade missionária.

A solidariedade conterrânea e parental é a primeira condição para a sobrevivência da família; ela é apreendida cotidianamente através de empréstimos financeiros para se pagar uma conta de luz ou água, que estejam atrasadas.

A solidariedade apadrinhada refere-se aos vínculos que um ou mais membros das famílias pobres mantêm com as classes médias e altas, seja como empregadas domésticas, porteiros de prédios, diaristas, jardineiros, etc., que asseguram um canal de doação de roupas, remédios ou eletrodomésticos, apoio fundamental na composição do consumo das famílias em situação de pobreza.

A solidariedade missionária diz respeito às igrejas Católicas, Evangélicas, Espíritas ou seitas afro-brasileiras que compõem o projeto de reprodução das famílias empobrecidas. “A igreja é uma porta que acalenta a esperança” (CARVALHO, 2004, p.98). Conforme salienta Novaes (1998, p.90), as igrejas, enquanto novas e velhas entidades “sem fins lucrativos”, também oferecem valores, intensificam a sociabilidade, motivam a solidariedade e mobilizam trabalho voluntário. Através de seus programas sociais, representam não só um suporte espiritual, mas especialmente um suporte emocional, afetivo e material. É através delas que se gesta a sociedade-providência organizada, que cria serviços assistenciais e de defesa para imensa demanda de justiça que essa população expressa. E também, contraditoriamente, muitas vezes ela pode amortecer a revolta e a indignação com a injustiça, assim como pode também contribuir estabelecendo princípios facilitadores de valorização de um trabalho coletivo como condição de mudança.

Percebemos, que na realidade brasileira atual (considerando seu desenvolvimento histórico) e na óbvia carência de vários fatores importantes para realização humana, pode-se seguramente esperar que a situação do núcleo familiar esteja também marcada pela precariedade, pela falta de preparação e pela ausência de projetos de vida positivos.

Ato contínuo chega-se à conclusão de que é preciso investir recursos, sob a forma de pesquisas, reflexões e ações que garantam às famílias condições de sobrevivência e de existência, de forma que elas possam construir trajetórias de vida que se interpenetrem, mas mesmo assim, não dá para saber como elas vão se constituir. Afinal, o que forma uma família? São as pessoas que vivem juntas, que constroem relações em comum, sentimentos, desejos e relação de poder. Então, o que se pode fazer? No máximo tentar fazer com que as coisas de fora interfiram menos, de forma que os sujeitos possam estabelecer relações as mais afetuosas possíveis. Mas por mais afeto que tenham, isso não significa que não haverá disputa de poder. Em outras palavras, a família é sempre um espaço em construção, que irá depender de fatores extrafamiliar e das relações internas a ela.

Dessa forma, concluímos que as famílias hoje se caracterizam por variadas formas sob as quais evoluem e modificam-se. As famílias pobres constroem redes de proteção secundária,

por meio de práticas de ajuda para sobreviverem. Também são diversas as concepções do significado social dos laços estabelecidos entre os indivíduos de uma sociedade, o que constitui um elevado índice de possibilidades que vão desde as famílias monoparentais até as famílias recombinaadas.

No capítulo seguinte abordaremos o trabalho realizado na Comunidade do Matadouro, em Campos dos Goytacazes, *locus* dessa pesquisa, onde nos aproximamos dos sujeitos desta pesquisa.

2 A COMUNIDADE DO MATADOURO - DOS RELATOS ORAIS AOS DADOS OBJETIVOS

“Tudo passa nesse mundo de ilusão, mas as lembranças ficam”. Turmalina

Este capítulo é o resultado da pesquisa de trabalho de campo, realizada na comunidade do Matadouro, Município de Campos dos Goytacazes - RJ. A comunidade do Matadouro se localiza à beira da margem direita do rio Paraíba do Sul e está a menos 500 metros da Avenida Alberto Lamego²¹. O Matadouro está em parte assentado sobre um dique de contenção construído às margens do rio Paraíba do Sul e, em parte, ocupa uma faixa de terreno ao longo deste, como limita-se também com a Favela Tira-gosto.

Inicialmente, a extensão que engloba a comunidade do Matadouro foi ocupada por funcionários do Matadouro Municipal e os domicílios eram de madeira. Com a construção do dique no ano de 1970, a comunidade sofreu adensamento e melhorias das habitações.

A comunidade do Matadouro tinha cerca de 700 habitantes, 183 domicílios e a sua área é de aproximadamente 0,1 Km² (IBGE, 1996). Atualmente segundo dados do PACS/PSF Matadouro, a comunidade possui mais de 900 habitantes, concernentemente houve também um aumento do número de domicílios.

Conhecer a comunidade, sua história seus moradores contribuiu por um lado para que reconhecêssemos a comunidade, como por outro que fôssemos conhecidos por ela. Abrindo assim caminhos para a entrada no campo, como para aproximação com os moradores desta comunidade, conhecendo, portanto, os beneficiários do BPC e seus familiares.

²¹ Conforme figura 01

Um morador da comunidade, o Sr J.A.C²², que é membro de uma Igreja local colaborou na elaboração de uma relação dos moradores mais antigos, que poderiam ser entrevistados na construção da história da comunidade do Matadouro. A companhia do Sr J.A.C nas primeiras entrevistas foi positivo, pois, havia um sentimento de receio em estarmos andando em ruas, em que os próprios moradores percebiam a falta de segurança.

Com as constantes idas ao campo um sentimento de confiança foi surgindo na medida que tornávamos mais conhecidos na Comunidade. Tanto que éramos apresentados a outros moradores, que também solicitavam esclarecimentos e orientação a respeito dos seus direitos trabalhistas e sociais. Havia um intercâmbio de informações. Gostaríamos de relatar que ao estar escrevendo estas linhas, recordamos daquela frase que o ator principal do filme: “O homem bicentenário” falava: (...) “se sente feliz de poder ajudar”. Assinalar essas questões demonstram o quanto as questões subjetivas não estão deslocadas das questões objetivas. É preciso compreendê-las para poder avançar nas questões científicas e acadêmicas, pois o sujeito não está deslocado de suas experiências.

Certa manhã após uma entrevista, fomos conduzidos por uma senhora entrevistada a um beco, onde havia alguns casebres. Lá tivemos novamente a oportunidade de prestar informações sobre o BPC. Isso acontecia, pois quando apresentávamos e falávamos da pesquisa, um morador ou outro conhecia um idoso, ou portador de necessidades especiais, que poderiam receber o BPC.

Ao saímos daquele beco, estávamos em sentido oposto à Rua São João da Barra, por volta das 17:00 h, quando percebemos estávamos perdidos. Mas disso resultou a descoberta do Programa da Saúde da Família – PSF local, onde pudemos coletar os dados que serão apresentados no item quatro deste capítulo.

Entre as fontes de pesquisa para construir o perfil do Matadouro, o PSF foi cogitado, pois sabíamos que em comunidades com 1.000 ou mais famílias, o PSF deveria existir. Porém, quando perguntávamos aos moradores do Matadouro sobre o PSF, eles se referiam a um “postinho”, que ficava localizado na “favela” Tira-Gosto. O que podemos perceber é que havia discriminação na fala dos moradores do Matadouro, pois chamavam o Matadouro de Comunidade, e a Tira-Gosto de favela. Não cabe neste trabalho investigarmos esta questão, apenas a mencionamos, para ratificarmos que não foi tão simples termos acesso ao PSF, devido ao fato de se localizar em um lugar considerado “favela”. Somente, pelo “acaso” o encontramos.

²² Agradeço ao Sr J.A.C a companhia nos trajetos e os estímulos para superar o ‘muro’ e conseguir passar da observação ao contato.

Uma das experiências mais ricas no campo de pesquisa foi aproximarmos do PSF. O contato com os agentes comunitários de saúde e as nossas visitas aos lares, tinham sempre o propósito de democratizar e socializar informações sobre o BPC e de conhecer os idosos e portadores de necessidades especiais.

Não só os agentes comunitários, mas a comunidade estava a demandar a nossa intervenção. Em uma dessas ocasiões, quando procurávamos os idosos com mais de 65 anos de idade com renda familiar abaixo de um salário mínimo, deparamos com um senhor cego, com mais de 70 anos, aposentado por invalidez que morava sozinho numa casa em precárias condições de infra-estrutura e higiene. A situação era de abandono. Sentimos-nos impotentes diante daquela situação. O caso era de denúncia ao Conselho Municipal do Idoso, mas a agente comunitária de saúde disse que esse não era o procedimento adequado naquela situação, pois os familiares moravam na comunidade e eram de “briga”.

Foi então que percebemos melhor como as relações familiares e os vínculos vão se dando, a partir de conflitos, que muitas vezes permeiam sentimentos de ódio, amargura e revolta. Não bastava denunciarmos ou encaminhá-lo para um asilo ou abrigo. Era preciso conhecer melhor como os vínculos afetivos e os laços de proximidade se estabeleciam na família, se é que existiam.

Informamos à assistente social do PSF local qual era a situação daquele senhor e lhe pedimos que fosse lhe fazer uma visita. Mas para surpresa nossa quando lá retornamos, fomos informados pelos vizinhos que ele estava morando na casa de seu filho mais velho, que ficava também na comunidade. Quando lá chegamos percebemos que sua relação com sua família não era das mais amistosas. Ele admitia que estava numa situação melhor, contudo contraditoriamente afirmava que mesmo a comida não lhe faltando, se sentia como um porco, ou seja, ele não se reconhecia como parte da família, mas como um animal sujo.

O que se depreende é que os laços familiares estão mais fragilizados pela vulnerabilidade econômica daquela unidade familiar, a qual atingia seus componentes de maneira diferenciada, segundo os papéis que cada qual desempenha na estrutura de convivência e sobrevivência familiar²³. Apresentamos essa situação para demonstrarmos como os problemas cotidianos se mesclam às questões macros interferindo em cada realidade.

O motivo da aproximação com os moradores da Comunidade do Matadouro, diz respeito à necessidade de conhecermos sua trajetória: como eles chegaram ali? Quais eram suas expectativas? Por que a comunidade recebeu esse nome – Matadouro? Como era antes e

²³ Para maior aprofundamento ver ESCOREL, 1999; SARTI, 2005.

como é agora a comunidade? Conhecer a realidade socioeconômica dessa comunidade, hoje, nos possibilitou identificar alguns possíveis beneficiários do BPC.

2.1 MATADOURO UM OLHAR NO TEMPO

Construir a história da comunidade do Matadouro passa necessariamente pelo uso da História Oral, devido à carência de documentação sobre o tema. Existem alguns trabalhos recentes de dissertação de mestrado que apontam para os objetivos de comparar serviços de infra-estrutura (água, esgoto, coleta de lixo entre outros) oferecidos à comunidade “normal” e “subnormal” num mesmo bairro, Condomínio Bougainvillée e Favela do Matadouro²⁴; Configurações sócio-espacial da favela e de seu entorno²⁵.

O objeto dessa pesquisa se aproxima e se distancia desses trabalhos em alguns aspectos. Os trabalhos que se referem às configurações sócio-espacial e os serviços de infra-estrutura oferecidos no bairro contribuíram para dinamizar a constituição do perfil socioeconômico da Favela do Matadouro. Contudo, esta pesquisa apontava para que conhecêssemos a história do Matadouro, a partir dos relatos dos moradores mais antigos.

A definição de história oral aqui adotada é de Verna Alberti:

[...] história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que [...] produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, institucionais, grupos sociais, categorias profissionais, etc à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam (1990, p.12).

Segundo L.M.L. Pereira (1991) tal método implica em revelar o sentido que as pessoas comuns dão à sua vida, dentro dos limites e da liberdade que lhes foram concedidos, ou seja,

²⁴ BARBOSA, Luiz Augusto Oliveira. **Bairro Horto em Campos dos Goytacazes: do “gato” ao “pardal”**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Departamento Planejamento Regional, Universidade Cândido do Mendes, Campos dos Goytacazes, 2004.

²⁵ CARVALHO, Marcelo Barbosa. **Proximidade espacial e distanciamento social: determinantes da segregação sócio-espacial, a percepção entre segregados e auto-segregados – um estudo de caso sobre a Favela do matadouro e seu entorno**. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Departamento Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2005.

compreender o social não apenas como o que se realiza por meio dos homens, mas como o que é vivido e agido por eles.

O relato das pessoas entrevistadas passou a ser visto como fonte capaz de fornecer importantes dados sobre a experiência coletiva. Nossas lembranças permanecem coletivas, elas são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, pois na realidade nunca estamos sós.

Cabe aqui salientarmos a importância – na análise de depoimentos orais – da relação entre memória e história que permite uma certa relativização entre subjetivo e objetivo, uma vez que a memória mesmo sendo uma construção do passado, é pautada de emoções e vivências atuais. Logo, tal relação permite ao historiador observar a construção do passado, a partir da atuação de atores individuais, com suas identidades, reorganizando as relações entre o ontem e o hoje, tendo em mente que essa relação é sempre feita à luz do presente, “afinal é com os olhos do presente que vemos o passado”.(VIDAL apud PEREIRA, 1991, p.114).

A memória, por mais particular que seja, está sempre inserida num contexto familiar e/ou de um grupo social e é um elemento essencial da identidade da percepção de si e dos outros. Como colocou Pollak (1989, p.13) através do trabalho de construção de si mesmo, o indivíduo tende a definir o seu lugar social e suas relações com os outros.

A história oral foi o método escolhido por constituir uma excelente técnica para efetuar um primeiro levantamento de questões, sobretudo em áreas ainda pouco exploradas ou conhecidas, onde os dados são escassos ou inexistentes. E isso se detectou através de pesquisa a fontes documentais, as quais não retratavam como essas famílias haviam se agregado em torno do matadouro público, hoje conhecido como Comunidade do Matadouro.

Para entendimento de como se processou a análise dos depoimentos orais, torna-se necessário o esclarecimento dos mesmos. Primeiramente, é preciso reiterar que o interesse nessa temática nasceu da minha experiência como mestranda cursando a disciplina de Cultura, subjetividade e identidades contemporâneas; ministrada pela professora Rita de Cássia Santos Freitas, durante o segundo semestre de 2004.

O trabalho se desenvolveu como já falamos na introdução desse capítulo, a partir de nossa inserção na Comunidade do Matadouro, através da Igreja Presbiteriana de Campos. Estabelecemos contato com alguns moradores. Um deles foi o nosso primeiro informante, o

Sr J. A. C.²⁶. Tal escolha não foi aleatória, pois considerávamos um indivíduo respeitável na comunidade²⁷.

Constituíram a base para elaboração desse item as seis entrevistas realizadas com os moradores mais antigos da comunidade, que enfrentaram as mudanças advindas do seu êxodo rural e a pesquisa documental nos cadastros do PSF.

O processo de construção da memória, as lembranças e impressões evocadas pela rememoração que essas famílias se propuseram a fazer, atendendo a nossa solicitação, acabaram por provocar uma “revivência” desse passado ao atualizá-lo.

Também não foi possível evitar – embora talvez fosse mais prudente – a nossa inserção e intervenção em muitas das falas dos moradores. Acreditamos que tenha sido pelo fato de ser impossível separar a pesquisadora da mulher - nossa subjetividade e nossa história de vida. Não resta dúvida de que esses dois aspectos se complementam, compondo profissional e existencialmente nossa pessoa. Assim, tendo consciência dessa imbricação, tentamos constantemente discernir qual desses aspectos predominava em cada entrevista, num contínuo reforço de distanciamento da situação que era relatada pelos entrevistados.

Bourdieu (2003) coloca que a relação de comunicação entre pesquisador e aquele que ele interroga decorre de um processo particular de interação. E mesmo sendo a relação de pesquisa distinta das trocas da existência comum, ela continua sendo uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos.

Tentar saber o que se faz quando se inicia uma relação de entrevista é em primeiro lugar tentar conhecer os efeitos que podem produzir. Tentar esclarecer o sentido que o pesquisado faz da pesquisa em geral e explicar as razões que o levam a aceitar participar da troca, assim como o pesquisador ter em mente a finalidade da pesquisa, podem reduzir as distorções que resultam dela ou pelo menos distinguir o que pode ser dito do que não pode.

Enquanto pesquisadores tínhamos a clareza da necessidade de uma postura crítica, ainda que não fosse neutra, em relação a nossa própria cultura e a nossa própria percepção da realidade pesquisada. Nossa inserção deu-se num misto de proximidade (empatia) e estranheza.

²⁶ Meu universo de pesquisa foi iniciado por esse primeiro contato com meu informante. Ele por sua vez me apresentou a outra pessoa por considerá-la mais antiga na comunidade e esta me indicou mais duas. Assim a rede de contato foi se desdobrando por dentro, através do próprio campo de pesquisa.

²⁷ O senhor J.A.C estava concorrendo ao cargo de vice-presidente da associação de moradores. Vinha participando assiduamente do Projeto Fome Zero com o SEBRAE para qualificar os moradores da comunidade para trabalharem em uma fábrica de sabonete e uma padaria.

2 AS ENTREVISTAS

O primeiro contato foi feito através de uma pessoa amiga. Estávamos indo à casa de uma senhora conhecida, moradora antiga da comunidade, quando deparamos com um senhor sentado à beira do cais, o qual foi-nos apresentado e pudemos conversar sobre o estudo. Por se tratar de um morador antigo consideramos que seria válido ouvi-lo também, ainda que o seu nome não houvesse sido cogitado para as entrevistas.

A escolha em princípio pode ter sido aleatória, mas foi importante por notarmos que o informante teria apenas indicado moradores mais próximos a ele. Titubeamos nessa primeira entrevista, pois não dominávamos as técnicas para esse tipo de trabalho.

Ao retirarmos o gravador e pedirmos para utilizá-lo, não ficamos surpresos quando nos perguntou sobre o que se tratava o estudo. De alguma forma pressentimos sua preocupação quanto à utilização do gravador, o que foi um bom indício de nossa capacidade de observação. Após o informarmos sobre o conteúdo da entrevista, lhe pedimos permissão para usar o gravador, o mesmo concordou.

Foram entrevistadas seis pessoas, quatro do sexo feminino e duas do sexo masculinos, com idade entre 55 e 80 anos, com no mínimo 20 anos de moradia no local, num período de dois meses, com um total de seis horas gravadas. A opção se deu por avaliarmos que elas eram portadoras de um rico testemunho de outras épocas e por considerarmos uma análise mais qualitativa e não quantitativa.

Todavia foi preciso levar em consideração o cansaço delas e limitarmos o tempo da entrevista, assim como evitarmos perguntas excessivamente meticulosas do ponto de vista cronológico. Em certa entrevista, notamos que por não conseguir respondê-la, a testemunha perturbou-se e acabou por encurtá-la.

O entrevistador deve antes de tudo, saber guardar silêncio, aprender a ouvir. Deve adaptar-se ao modo de ser do entrevistado, respeitá-lo, estar disposto a tomar pacientemente a conversa. Deve procurar não falar ao mesmo tempo que ele, não insistir quando ele evita uma recordação dolorosa. Deve-se evitar exercer algum tipo de dominação sobre o entrevistado, o que Bourdieu (1999) nomeia de “violência simbólica”, que seria uma dominação ao mesmo tempo sofrida sob pressão e aceita através do reconhecimento ou obediência, a qual geralmente não é percebida, nem pelo agente, nem pela vítima, pois nessa relação entre ambos, ela é vista como algo natural. O espaço da entrevista deve ser o lugar em que ambos

possam repensar-se enquanto sujeitos, um espaço de troca, onde haja uma “relação de escuta ativa e metódica”. (BOURDIEU, 2003, p.695).

As entrevistas foram feitas em diversas circunstâncias. Apenas duas entrevistas foram realizadas ao ar livre. Uma aconteceu à beira do cais, pois o entrevistado lá estava e a outra na calçada da entrevistada por escolha sua, como, aliás, foram resolvidos todos os encontros. Nas duas entrevistas houve muita perturbação no transcurso do depoimento devido ao barulho dos carros, das carroças e da curiosidade que despertava nos transeuntes. Neste momento cabe-nos comentar a presença de um dos moradores que estava passando por ali, e que ao parar para ouvir-nos, acabou por interferir na entrevista.

Por ter sido uma entrevista ao ar livre houve dificuldades até mesmo para ouvir o entrevistado. A partir dessa experiência procuramos realizar as demais entrevistas em lugar mais reservado como a casa dos depoentes. Ali tornou-se possível mergulharmos numa atmosfera familiar e hospitaleira. Lembramos também das interferências dos familiares, que em alguns momentos pareciam enriquecer a entrevista, mas que por outro lado pareciam prejudicá-la inibindo o depoente, o que levava-nos sutilmente a retomar a fala ao entrevistado, evitando assim que ele perdesse o fio da meada.

Foi relevante o resgate dessas histórias que se colocavam ao nosso alcance – tão próximas e tão diferentes do nosso cotidiano. Isso possibilitou-nos construir a história daquela comunidade, a partir de abordagens parciais e dos seus testemunhos.

Os relatos representavam fragmentos significativos do que foi viver, trabalhar e criar os filhos numa época em que o Matadouro era apenas um canavial, constituído de poucas famílias, vivendo em barracos de madeira, tirando do Rio Paraíba do Sul seu sustento e a água para lavar os seus utensílios e roupas: “Eu tirava areia para particular, ganhei muito dinheiro, mas depois botaram bomba”. Juntar esses fragmentos ou pedaços de suas falas foi como o trabalho de um restaurador, que não conta com todas as peças do objeto quebrado, mas que é levado a fazer inferências a partir de outras experiências, outros campos.

Algumas famílias vieram a residir próximo ao Matadouro público (a partir da data da sua fundação em 1919), por constituir também fonte de trabalho e renda: “O meu pai veio morar aqui, porque o patrão dele era do matadouro, ele trabalhava pesando boi”. Outras foram na perspectiva de dar um futuro melhor aos seus filhos: “O meu pai veio para cá para os meus irmãos estudarem, porque lá não havia escola adequada”.

Apesar de diferenças internas, que apontam sempre remeter a questões subjetivas, podemos destacar nos relatos, um conjunto de representações que é comum a todos os entrevistados, quando se referiam ao Matadouro como um lugar bom de se morar “aqui era

um lugar maravilhoso, quando acabou derrotou muita gente”. Assim na descrição dos momentos cruciais da experiência dos moradores antigos, encontramos fortes pontos de identificação em suas narrativas.

Concordamos com Pollak apud Ferreira (1996, p.85) quando ele afirma que, como discurso autobiográfico, “todo testemunho pode ser considerado a encarnação de destino coletivo que pode ser representativo de uma matriz social comum”.

Decidimos trazer o conteúdo das falas dos entrevistados para uma espécie de diálogo, no qual utilizamos o discurso direto, que por sua intensidade expressiva, revelam enfaticamente o sentido do que nos foi dito. Em vez de tratarmos cada depoimento separadamente, preferimos selecionar temas importantes ao longo das entrevistas para tentar resgatar o passado dessa comunidade, a partir do contato dessas pessoas com sua história e com ela a reelaboração de suas identidades e que ao mesmo tempo revela uma parcela “subterrânea” da história do Matadouro.

Embora a maioria das pessoas selecionadas tenham sido escolhidas pelo primeiro informante, houve entrevistas nas quais chegamos ao depoente por uma outra fonte de pesquisa: um formulário aplicado para conhecermos o perfil socioeconômico da Comunidade do Matadouro.

Através da aplicação desse formulário tomamos conhecimento de uma moradora antiga, a qual foi-nos apresentada. Fomos convidados a entrar em sua casa onde pudemos entrevistá-la. Em princípio ela se mostrou um pouco inibida com a presença do gravador, mas no transcorrer da entrevista, foi se empolgando e demonstrando receptividade.

A empatia é primordial para que o informante possa se expor de forma espontânea. Contudo era natural tanto questionamento, pois éramos pessoas estranhas, que apesar de pesquisadores, estávamos ali para interrogar sobre sua vida na Comunidade do Matadouro.

Essa descrição inicial é importante porque revela, de forma condensada, a indeterminação que marca o processo de construção de um campo de investigação. Isso ocorreu primeiro pela nossa inexperiência, e segundo pela nossa falta de domínio com os instrumentos, e principalmente porque as primeiras entrevistas foram feitas sem a elaboração de um roteiro prévio, o que dificultou muito a condução da entrevista, pois roteiros definidos e bem conduzidos são fundamentais na produção de uma boa entrevista.

Sem dúvida os relatos orais constituem uma rica fonte de conhecimento que torna possível embasar a abordagem histórica da comunidade do Matadouro. Foi com essa idéia que mais tarde elaboramos o roteiro de entrevista (Anexo2), buscando registrar a trajetória de vida

do depoente e de seus antepassados, bem como procuramos enfatizar a memória daquele lugar.

Em outras ocasiões os informantes foram avisados de que participariam de um estudo, através daquele nosso conhecido morador da comunidade. Esse expediente funcionou bem, servindo de introdução confortável, já que permitia uma aproximação com a pesquisa e a pesquisadora, sem maiores constrangimentos de serem abordados repentinamente como foram nas entrevistas anteriores. Das seis entrevistas realizadas, três foram consideradas de pouca profundidade. Uma delas se refere a uma senhora com idade de 80 anos, que falava em tom muito baixo e com palavras pouco compreensivas. A entrevista ocorreu ao ar livre, tendo muita interferência externa, o que a tornou quase inviável.

A quebra de uma fala pode ser um problema nesse tipo de situação. Tratando-se de entrevista aberta – sem um fio condutor preciso (lógico) e sem encadeamento cronológico dos fatos lembrados – o fluxo das idéias é costurado por associações. O corte inesperado da fala do entrevistado (a) pode desmanchar uma cadeia de pensamentos, que dificilmente será retomada da mesma maneira – o que não necessariamente significa prejuízo. Mas no nosso caso não conseguimos retomar o fio da meada, talvez por estarmos distraídos pela interferência das pessoas que transitavam pela rua e paravam para cumprimentá-la.

2.3 UMA HISTÓRIA CONTADA: O MATADOURO

A intenção neste momento não é de apresentarmos os passos da entrevista, mas os resultados desse trabalho. Uma história sobre a Comunidade do Matadouro.

A comunidade recebeu esse nome, Matadouro, pois naquela localidade funcionava o prédio do matadouro público, lugar onde eram abatidas as rezes para o consumo da população. O matadouro público foi fundado no ano de 1921 (figuras 2 e 3), pelo Dr. Luiz Sobral Pinto, prefeito de Campos dos Goytacazes na época. Segundo relatos eram abatidos cerca de 90 animais por dia. Funcionava, às segundas, quartas, sextas e sábados; suas atividades começavam às 2 horas da manhã. O Matadouro atendia a todos os requisitos de higiene e técnica moderna.



Figura 2— prédio do Matadouro 1929 (arq. Foto Planície)



Figura 3-prédio do Matadouro 2005²⁸

O Matadouro municipal empregava várias pessoas, inclusive moradores da redondeza no abate, no corte, na pesa e no curtume. O curtume funciona até hoje, num outro prédio, em condições precárias de infraestrutura.

Quando o Matadouro foi desativado provavelmente em 1965, passou a ser uma granja e depois uma oficina de automóveis da COPERPLAN, pertencente ao Estado. Atualmente o prédio está abandonado, em ruínas que abrigam cerca de 80 famílias.

Para melhor compreendermos como se agregaram as famílias em torno do prédio do Matadouro, apresentaremos as figuras abaixo.



Figura 4 – Lateral do prédio

²⁸ Com exceção da figura número um, todas as demais figuras são de nossa autoria.

Na parte lateral (figura 4) foram abrigadas 10 famílias pela Prefeitura, pois os barracos que antes situavam-se na Favela Tira-Gosto, afundaram com o duto de esgoto. A partir da colocação dessas 10 famílias, como mostra a figura acima, outras famílias foram se agregando na parte posterior e no interior do prédio, como mostram as figuras 5 e 6. Os barracos construídos de tábua ficam entre as ruínas que podem desmoronar a qualquer momento, sem falar nos lixos acumulados no terreno (figura 7).



Figura 5- Vista posterior do prédio - barracos de tábua



Figura 6- Vista interior do prédio barracos



Figura 7 – Lixo acumulado na entrada posterior do prédio, que dá entrada para os barracos.

Quando os primeiros moradores chegaram à localidade não havia esgoto, água encanada, luz elétrica ou ruas asfaltadas; era tudo canavial. Existiam apenas o matadouro público, uma fazenda com um casarão abandonado, alguns barracos de madeira espalhados e pouquíssimas casas de alvenaria. “Era tudo mato, chão, lama”. As mulheres lavavam as roupas e os utensílios domésticos às margens do Rio Paraíba. A água para cozinhar era tirada de poços artesanais ou do próprio rio.

Do Rio Paraíba os moradores também tiravam o seu sustento, com a retirada de areia que vendiam para firmas de construção e também da pesca. Os peixes mais encontrados eram

a traíra, a cará, o siaru, entre outros. Além dessas fontes de renda viviam de pequenas roças de subsistência, criando porcos e galinhas.

Apesar de toda essa precariedade e de uma vida marcada por sacrifícios e sofrimentos e pela falta de oportunidades, eles relatam que era uma “maravilha” morar ali. “Era um lugar maravilhoso, era um lugar bem gostoso, tipo roça mesmo”. Não apenas pelo lugar, mas ali havia o matadouro municipal, o qual era “uma bênção” para os moradores e “quando ele acabou derrotou muita gente”.

Segundo relatos, as relações eram mais familiares, de proximidade entre a vizinhança, as pessoas compartilhavam aquilo que plantavam, como mandioca, abóbora, bananas e os animais que podiam criar. “Eu ganhei muito mocotó de boi, era uma maravilha”. Apesar das precárias condições de vida, percebe-se que essas famílias construía redes de solidariedade e estratégias para criarem e recriarem o seu cotidiano, como forma de sobrevivência, pertencimento e identidade. O que se apreende segundo os depoimentos é que naquele período as relações sociais eram menos complexas, havia um conhecimento mútuo. Atualmente, ou seja, numa sociedade mais complexa, mais globalizada existe um fluxo maior de pessoas que são alheias, estranhas umas às outras, o que repercute na própria questão da subjetividade, que tende a fragilizar os laços de solidariedade e as redes de proteção social primárias.

O que sem dúvida demonstra que hoje existe uma pobreza diferenciada, ou como discorre Pagan (2003), há uma “nova pobreza”, que remete a mudanças econômicas e sociais da sociedade industrial do fim do século. “Hoje, eles fazem qualquer coisinha, mas é biscate... Hoje está muito ruim. Antigamente se ganhava dinheiro tirando areia, mas vieram as bombas”. Essas mudanças referem-se em particular à degradação do trabalho, com a multiplicação dos empregos instáveis e o grande aumento do desemprego prolongado, como também ao enfraquecimento dos vínculos sociais, assim como ao declínio da solidariedade de classes e de proximidade.

Contudo, há de se entender que para a população pobre periférica, como é o caso dos sujeitos desta pesquisa, a informalidade sempre se constituiu na forma mais típica de vinculação ao mercado de trabalho, o que indica que trabalho assalariado não é sinônimo de trabalho formal, com coberturas previdenciárias definidas em lei. O que podemos concluir disto, é que a precarização do trabalho entre nós assume uma proporção muito maior, pois a nossa questão social não é tão “nova” e nossos desfiliaados conheceram muito menos a filiação do que os desfiliaados compreendidos no conceito produzido por Castel (1999). Porém, a

marca da precarização brutal das relações trabalhistas nos anos 90, que suscita os quadros de pobreza e miséria que assolam as populações pobres é se não a mesma, ainda mais intensa.

Ultimamente eles apontam como dificuldades à falta de amor ao próximo e a si mesmo, a falta de colaboração até mesmo para acompanhar alguém doente. “Não se pode contar mais com ninguém, nem com os vizinhos ou familiares, a não ser com os familiares que estão muito próximos”. Entendemos como Sarti, que a família se constitui como rede e obrigações morais, mas esses testemunhos mostram de alguma forma como o contexto atual tem fragilizado muito as famílias pobres, pois cada vez a “proteção primária” é necessária, porém difícil, o que acaba por exigir maior necessidade da “proteção secundária”.

Para os mais antigos, aquele tempo era bom, havia espaço para plantar e criar animais. Hoje tem mais moradores, menos espaços, um rio poluído e não tem o matadouro público, só restaram ruínas. As condições ambientais foram piorando, sem falar na ausência de perspectiva de vida.

Antes, onde era a Avenida São João da Barra passava o trem da Leopoldina, que fazia o percurso Campos-Atafona e Atafona-Campos. Após a construção do dique em 1947, o trem vem a passar próximo a ele, até mais ou menos 1980, quando foi desativada a linha. A partir daí várias casas foram construídas em cima da linha do trem onde estão até hoje; umas em melhores condições que outras. O que segundo os próprios moradores acaba tornando-se uma divisão entre os que possuem maiores recursos financeiros e os que não possuem recurso algum.

Só na década de 1970, a firma Cobraulica, do deputado federal Alair Ferreira, constrói o cais (figuras 8 e 9), para evitar as enchentes. Havia também o bonde elétrico, que foi inaugurado no ano de 1916, mas que com o tempo foi sendo desativado; os moradores comentam que a linha do bonde foi diminuindo, pois o rio foi avançando. “... Muitas vezes que a gente ia pegar o bonde tinha que descer, romper agarrada naquela cerquinha, quase dentro da água”.



Figura 8- Cais construído em 1970



Figura 9- Cais construído em 1970

Muitas dessas famílias vieram do interior, da zona rural de Campos dos Goytacazes e de municípios vizinhos como São Fidélis, São Francisco de Paula e São João da Barra, com expectativas de trabalharem e de proporcionarem uma vida melhor para seus filhos, através de uma formação escolar. “... O meu pai veio para cá para os meus irmãos estudarem, porque lá não havia escola adequada”.

Um dos fatores que também contribuiu para esse processo de migração campo-cidade foi a decadência da agroindústria açucareira, pois com o fechamento de várias usinas, os trabalhadores que a este setor se vinculavam ficaram desempregados e sem teto (antes residiam nas casas da indústria). Se com o emprego havia pobreza, baixa qualidade de vida e remuneração insuficiente para subsidiar as necessidades primeiras; na ausência de emprego remunerado, a precarização da vida ocupa lugar para muitos.

Segundo depoimentos, o Matadouro hoje conta com ruas asfaltadas, telefone público, uma creche, uma Escola Municipal, o Programa da Saúde da Família - PSF, uma Associação de Moradores recentemente criada e a Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF, que possui alguns projetos que atendem a comunidade, como o “Projeto Recriando”. No entanto, relembramos que apesar de todas essas melhorias os moradores dizem que o Matadouro já foi um lugar melhor para se viver, pois hoje sentem falta de compreensão e segurança que já existira no passado.

Há também o arrependimento por terem deixado o lugar de origem, no qual possuíam alqueires de terra, cabeças de gado, plantação de mandioca e bananas, pois ao virem para cá com expectativas de melhorarem de vida, de estudarem, acabaram por encontrar tantas dificuldades que o sonho foi desfeito pelo tempo e pela falta de oportunidades. “... Eu tenho

arrependimento, se eu tivesse lá, como trabalhador como sou... Vim para cá fiquei nesse le,le,le, não tive assim uma...Não construí assim uma grande coisa”.

Nesse primeiro momento procuramos conhecer a história da comunidade do Matadouro, através dos relatos dos moradores mais antigos, que nos contaram as suas trajetórias de vida. Pudemos compartilhar com eles nossos pontos de vista, mas como afirma Grele (2002) na maioria dos casos não partilhamos de suas vidas.

2.4 MATADOURO HOJE

O Matadouro como é hoje conhecido, é uma comunidade que fica situada entre as avenidas Nelson de Souza Oliveira - antiga Avenida Rui Barbosa (figura 10) e Dr. Adão Pereira Nunes – antiga Avenida São João da Barra (figura 11). Localizada à margem direita do Rio Paraíba do Sul está a mais ou menos 500 metros da avenida Alberto Lamego. Todavia encontra-se separada desta, atrás dos muros dos condomínios (figura 12) e de outras construções, como a Escola Técnica Estadual João Barcellos Martins e a Universidade Estadual Norte Fluminense-UENF.



Figura 10- Av. Nelson de Souza Oliveira



Figura 11- Av. Dr. Adão Pereira Nunes



Figura 12- Muro que separa a Av. Dr. Adão Pereira Nunes dos condomínios.

Segundo dados do IBGE, além dos dados coletados da dissertação de mestrado de Maria Eugênia Ferreira Totti, intitulada *Aspectos epidemiológicos relacionados à saúde ambiental e humana na Comunidade do Matadouro*, a referida comunidade:

[...] é composta por 700 habitantes, distribuídos em 183 domicílios, tendo uma área aproximada de 0,1 km² (IBGE, 1996). O Matadouro 'está em parte assentado sobre um dique de contenção construído às margens do Rio Paraíba do Sul e, em parte, ocupa uma faixa de terreno ao longo deste (1998, p.17)

A Favela do Matadouro segundo o censo do IBGE de 1996, ocupava a 10^a posição em relação ao número de habitantes. O Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense aponta a Favela do Matadouro como uma das que mais cresceu em domicílios ocupados.

Na análise de Pessanha (2001, p.11), quanto à dinâmica de ocupação das favelas, as da Lapa, onde se inclui o Matadouro, mereceram distinção

As favelas da Lapa que obedecem à seguinte seqüência na direção do Centro para a UENF: Patronato; Tira Gosto; Siqueira e Silva; Risca Faca e Matadouro. A favela que mais perde domicílios é a do Patronato que é vizinha da fábrica PURAC Sínteses que está em processo de expansão e que também sofre a influencia direta da vizinha Tira Gosto, onde a presença do trafico também ajuda a expulsar seus moradores. Com isso, a Favela do Tira Gosto teve reduzido de 50 para 48 domicílios ocupados, além da redução de 206 para 161 habitantes. A compensação desta redução aparece nas favelas vizinhas que estão entre as que mais cresceram em domicílios ocupados: Matadouro cresceu 64 domicílios (grifo nosso), Risca Faca (+59) e Siqueira e Silva aumentou em 53 domicílios.

Os dados acima apontam que as favelas fazem parte das estratégias de sobrevivência, pois com baixos salários, subempregados ou mesmo desempregados, torna-se necessário reduzir ao máximo os gastos básicos à sobrevivência física. E entre estes gastos, a moradia e a segurança são itens importantes.

Antes dos resultados quantitativos da pesquisa, apresentamos os serviços comunitários que são oferecidos à comunidade.

A Creche Luz e Vida foi fundada na década de 1980, pela Associação Evangélica Beneficente Luz e Vida (figura 13). No início contava apenas com o apoio da Visão Mundial, que permaneceu por cinco anos. Em 1994 vieram os convênios com a Legião Brasileira de

Assistência e com a Prefeitura Municipal de Campos, contando também com o apoio do clube dos Diretores Lojistas (C.D.L.). Atualmente, a creche atende a aproximadamente 65 crianças, na faixa etária de 2 a 6 anos de idade, oferecendo alimentação, banho e um atendimento pedagógico infantil. Em janeiro de 2005 cessou o convênio com a prefeitura.



Figura 13-Creche Luz e Vida

A Escola Francisco de Assis foi fundada em 1965 e funcionava em uma sala cedida pelo Centro Espírita Francisco de Assis, na Rua Saldanha Marinho. Em 1970 passou a ser uma Escola Municipal, então transferida para a Comunidade do Matadouro (figuras 14, 15 e 16). Oferece atualmente o ensino fundamental, da 1ª a 4ª série e à noite o ensino supletivo da 5ª a 8ª série



Figura 14-Detalhe da placa de informação da Escola Municipal Francisco de Assis



Figura 15-Prédio onde funciona as salas de aulas



Figura 16-Prédio onde funciona o Auditório

Desde 2004 o Programa Petrobrás/Fome Zero (figura 17) vem desenvolvendo junto com a Associação de moradores e o Colégio Municipal Francisco de Assis um Programa de geração de renda, onde várias pessoas têm sido cadastradas pela Associação de Moradores

para serem qualificadas, capacitadas para trabalharem numa cooperativa que terá uma panificação e uma fábrica de sabonete.



Figura 17-Prédio onde irá funcionar o Programa Petrobrás/Fome Zero

O PSF inaugurado em 17/03/2000, localizado nas mediações entre a Tira-Gosto e o Matadouro (figuras 18 e 19), atende a ambas as comunidades, oferecendo serviços de odontologia, clínica médica, enfermagem, fisioterapia, farmácia e serviço social.



Figura 18- Detalhe da placa de informação do Programa de Saúde da Família – PSF local.



Figura 19- Programa Saúde da Família – PSF local.

Conforme, mencionamos no início deste capítulo, aproximarmos do PSF local constituiu uma das experiências mais ricas no campo de pesquisa, não só pelos dados que foram coletados no cadastro da família, que possibilitaram construir o perfil do Matadouro,

que será apresentado no próximo item, mas também pela troca de experiência com os agentes comunitários de saúde e com os outros profissionais, que ajudaram-nos a encontrar os possíveis beneficiários do BPC, que são os sujeitos desta pesquisa.

2.5 O MATADOURO EM DADOS

Foram utilizados os dados de uma pesquisa quantitativa realizada em 2004 no cadastro da família do Programa de Saúde da Família - PSF do Matadouro. Buscou-se investigar a ocupação dos indivíduos (gráfico 01), o destino das fezes e urina (gráfico 02) e abastecimento de água (gráfico 03). Considerando insuficiente para esta pesquisa os dados colhidos no cadastro do PSF (Anexo 4), a estes foram acrescentados os seguintes dados extraídos de 30 formulários socioeconômicos (Anexo 5): nível educacional (gráfico 04); renda familiar (gráfico 05); programas do governo utilizados pelas famílias do Matadouro (gráfico 06); cor (gráfico 07); faixa etária (gráfico 08). O gráfico 09 é elucidativo da entrevista estruturada (Anexo 6) que realizamos para podermos conhecer a porcentagem de homens e mulheres que recebem o BPC.

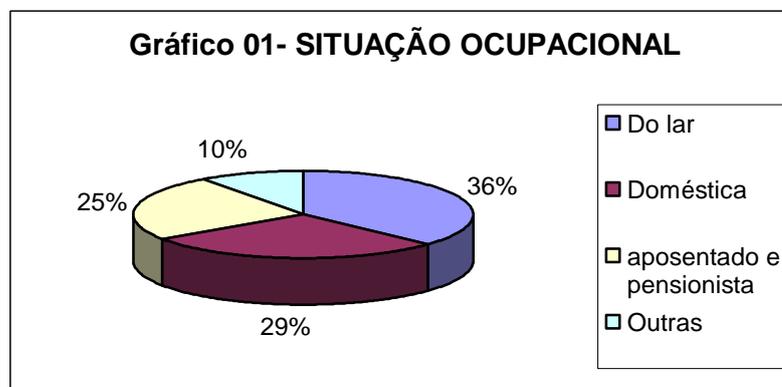
O gráfico 01 ilustra que a ocupação do lar é a principal atividade ocupacional. Ficando em 2º lugar a ocupação de doméstica, seguida por outros empregos, entre eles: biscateiro, porteiro, ajudante de pedreiro, carroceiro etc. Entre as principais ocupações que se destacam no gráfico 01 podemos observar a predominância de ocupações exclusivamente femininas, o que nos leva a inferir que uma parcela significativa dessas famílias é chefiada por mulheres. Segundo Sarti (2005) as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, quando comparadas com as famílias pobres chefiadas por homens, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho. Historicamente as mulheres sempre foram responsabilizadas pelo cuidado, proteção e educação do grupo familiar na ausência de um poder público que promova o bem-estar social. E em famílias pobres chefiadas por mulheres, elas se tornam a única responsável pelo lar, pelo cuidado da prole, e o seu sustento.

O que não causa-nos espanto, haja vista as diversas pesquisas sobre arranjos familiares (PEREIRA, 1994; BERQUÓ, 1998; VITALE, 2002) que demonstram que a grande maioria das famílias monoparentais vem sendo chefiada por mulheres. Isso devido ao aumento das separações, divórcios, viuvez, novas formas de união sem coabitação ou prole sem casamento – são os principais determinantes desta situação. Sobretudo nas famílias pobres, onde as

mulheres chefes de família ainda têm que enfrentar as dificuldades e desvantagens no mercado de trabalho, restando-lhes geralmente atividades de baixa remuneração e de precária proteção social.

Outro dado importante constatado é que abaixo da ocupação de doméstica ficam os aposentados (as) ou pensionistas, dos quais a família é dependente de pensão ou de aposentadoria dos entes mais idosos e/ou beneficiários. Neste último podemos encontrar famílias que são sustentadas pela renda que afere o beneficiário do BPC, seja ele idoso ou portador de necessidades especiais. Podemos ainda observar que as ocupações mencionadas se encontram entre as menos qualificadas e menos remuneradas.

Apenas à guisa de complementação, os principais empregadores das famílias do Matadouro, segundo dados colhidos na pesquisa, são os condomínios residenciais que se localizam no seu entorno, empresas terceirizadas que prestam serviços a UENF, de portaria, limpeza e conservação (manutenção) e uma pequena fábrica de curtimento de couro sem qualquer infraestrutura, situada no interior da favela, e atualmente também o Projeto Fome Zero, que através de convênio com a Petrobrás, formou uma cooperativa que empregará alguns moradores na fabricação de sabonetes.

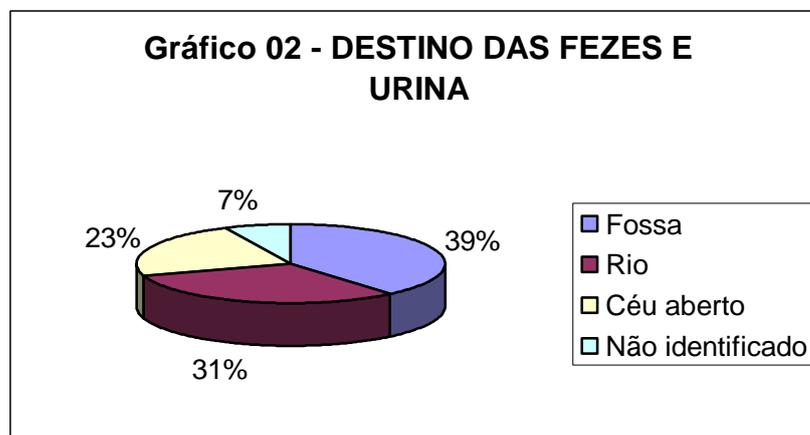


Fonte: Cadastro da Família PACS/PSF MATADOURO 2002

No tocante ao destino de fezes e urina, as instalações sanitárias das residências apontam para um percentual de 39% de domicílios que são servidos por fossa, 31% tem como escoadouro sanitário o próprio Rio, e 7% do destino das fezes e urinas não foram identificados. Esses dados ajudam na compreender da falta de infraestrutura e saneamento básico, os quais são essenciais para a saúde de qualquer comunidade.

Harvey apud Barbosa (2004) enfatiza que em termos ecológicos tal situação de falta de saneamento básico favorece uma concentração de microorganismos patogênicos no ambiente

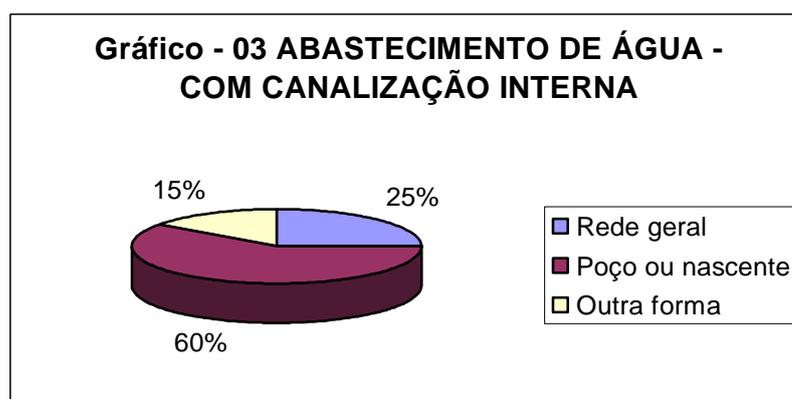
urbano local e a atração e proliferação de insetos e roedores que se alimentam de lixo orgânico levando à promiscuidade da população humana com esses vetores (ratos, baratas e moscas) e animais (cachorros, porcos, gatos).



Fonte: Cadastro da Família PACS/PSF MATADOURO 2002

O gráfico 03 demonstra que 75% das famílias da favela não são servidas de um abastecimento proveniente da rede geral, tendo que se valerem de poço ou nascente ou ainda de abastecimento com água *in natura* do Rio Paraíba do Sul, bem como em menor escala, com água da UENF.

Cabe ressaltar que a captação da água *in natura* do Rio Paraíba do Sul, pelos moradores pode oferecer sérios riscos à saúde ao contraírem graves doenças, pois o mesmo recebe uma quantidade muito grande de dejetos e resíduos industriais, ao longo do seu curso.

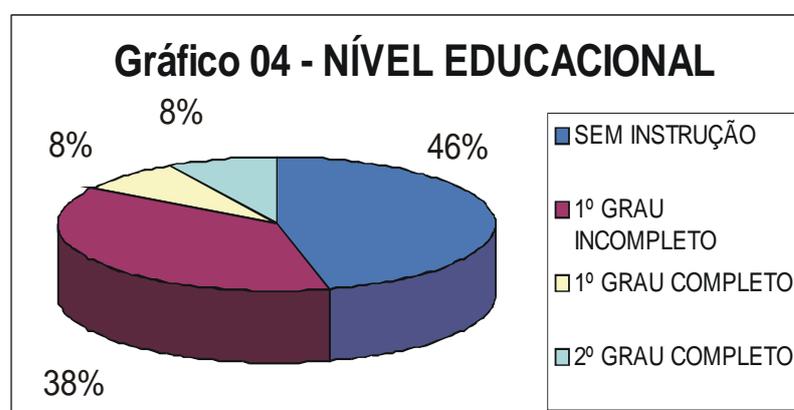


Fonte: Cadastro da Família PACS/PSF MATADOURO 2002

Pode-se observar no que se refere ao nível educacional, que dos 30 formulários socioeconômicos aplicados, 84% oscilam entre sem instrução e 1º grau incompleto, sendo que

46% são os sem instrução, e 38% não chegaram a concluir o 1º grau. Restando apenas 16% entre os que concluíram o 1º e 2º grau.

Nesses 84% encontram-se os chefes de família, conforme a pesquisa realizada. O baixo nível educacional é consequência da entrada precoce no mundo do trabalho, principalmente por alguns serem oriundos da zona rural, onde as ofertas de condições para o acesso à escola eram precárias. E ao chegarem à cidade percebem que apesar de estarem mais próximos da escola as dificuldades permanecem, pois agora precisam buscar trabalho para ajudarem no orçamento familiar.



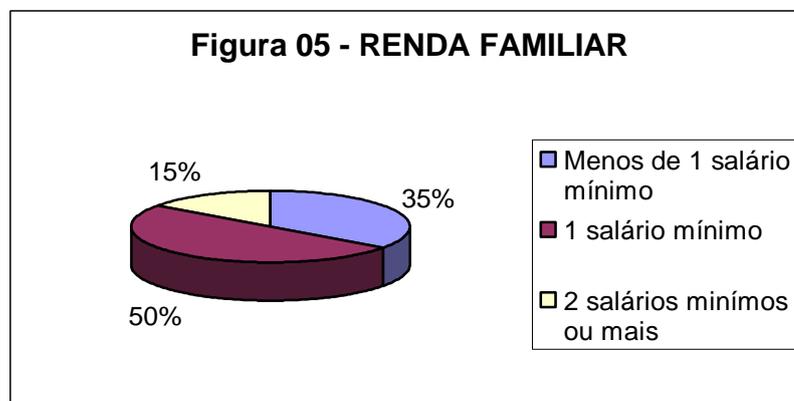
Fonte: Formulário socioeconômico 2004

Os dados apresentados no gráfico 05 demonstram que 50% das famílias aferem uma renda familiar de um salário mínimo. 35% das demais famílias recebem abaixo de um salário mínimo e apenas 15% recebem mais de dois salários mínimos.

Ao comparar o grau de pobreza na comunidade do Matadouro, considerando pobreza na dimensão de insuficiência de renda - 50% dos entrevistados possuem renda familiar de 1 (um) salário mínimo - daí podermos aferir que essa comunidade se encontra na linha da pobreza, tendo apenas o mínimo necessário para atendimento as suas necessidades calóricas ou energéticas. São famílias como diria Abranches (1987), que não dispõem de oportunidades para melhorarem de vida, não lhes sobram tempo e espaço para educação, para a saúde e para o exercício da criatividade. Ou, como fala Bauman (1999), são os “vagabundos”, os cidadãos de terceira classe, onde o tempo para eles é redundante e inútil, porque para eles nada acontece em relação ao mundo globalizado. Eles só podem matar o tempo, enquanto o tempo aos poucos os vai matando.

Estão isolados ou confinados ao espaço que moram, pois lá por enquanto não pagam aluguel, água ou luz, mas em contraposição não usufruem de saneamento básico e de

infraestrutura, equipamentos culturais ou de lazer, pois se essas benfeitorias chegassem a eles certamente o seu custo econômico seria elevado, o que tenderia a expulsar a maioria desses moradores para outras áreas periféricas, clandestinas ou ribeirinhas.

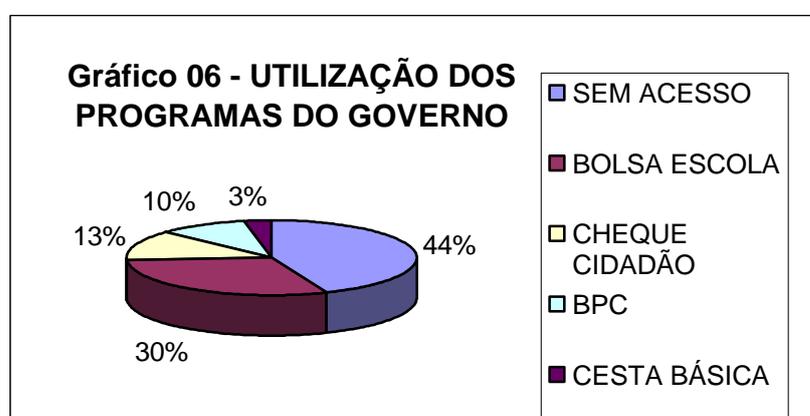


Fonte: Formulário socioeconômico 2004

O gráfico 06 é representativo no que tange aos programas de governo utilizados pelas famílias do Matadouro, por meio desse dado podemos identificar 10% das famílias que recebem o BPC.

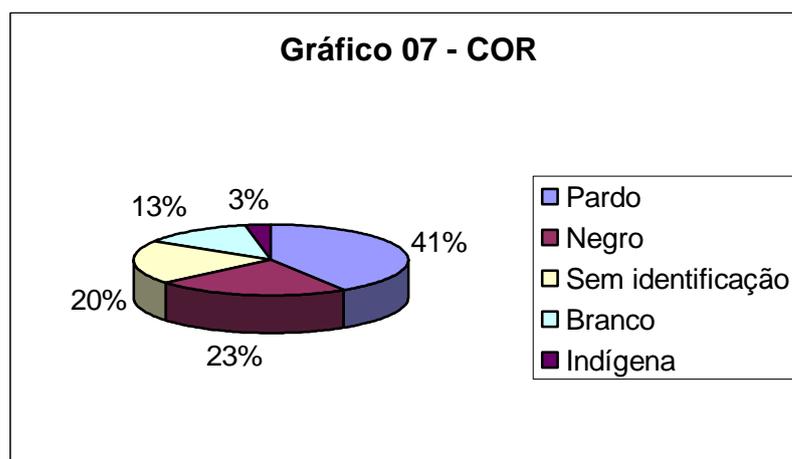
Importante ressaltar que no gráfico 06, 44% das famílias pesquisadas não conseguem ter acesso aos programas do governo, sejam eles: bolsa escola, PETI, cheque cidadão, BPC, cesta básica, etc. Sendo assim a satisfação das necessidades básicas do lar constitui-se num dos desafios constantes no dia-a-dia dessas famílias pobres, fazendo com que ocorram estratégias múltiplas para enfrentarem a espoliação salarial e assim poderem se reproduzir.

Muitas dessas famílias pobres utilizam como estratégias de sobrevivência, alternativas de privação humana, que vai desde residirem em barracos de madeira, em locais afastados dos centros urbanos, sem infraestrutura e saneamento, pois lá não há impostos a pagar como IPTU, coleta de lixo, luz, etc, até realizarem apenas uma refeição por dia.



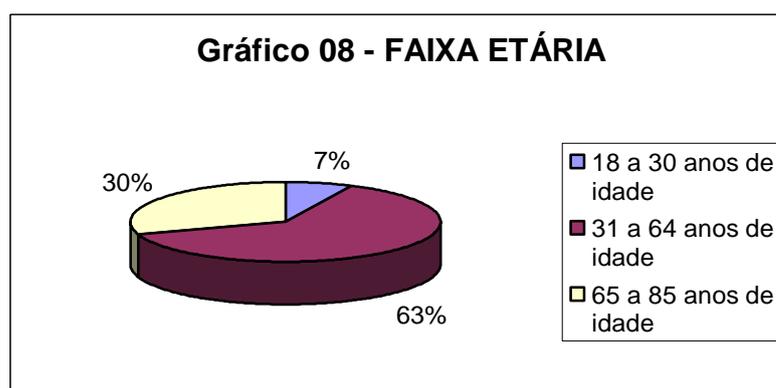
Fonte: Formulário socioeconômico 2004

De acordo com o gráfico 07, dos 30 formulários aplicados: 41% se declararam pardos, 23% negros, 13% brancos, 3% indígenas e 20% nada declararam. Há de se observar que essa comunidade é constituída basicamente por negros e pardos, o que vem a confirmar os indicadores de cor e raça que evidenciam a prevalência, entre os pobres, de indivíduos de cor preta e parda.



Fonte: Formulário socioeconômico 2004 - P.S.: auto declaração

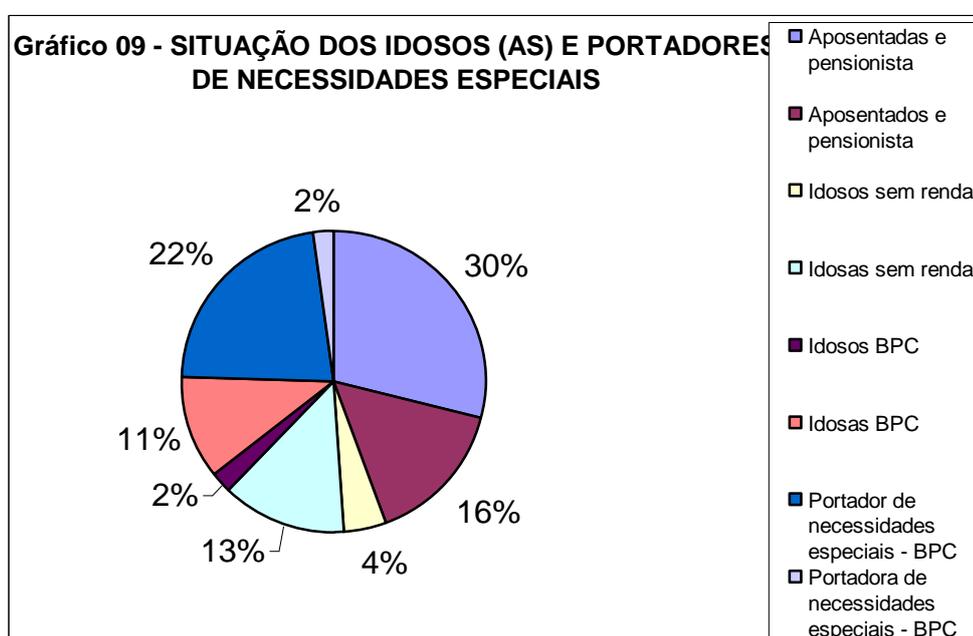
A partir dos dados do gráfico 08, podemos observar que 30% (34 idosos) do universo pesquisado equivale a pessoas entre 65 e 85 anos de idade. Mas somente a partir de uma entrevista estruturada, com perguntas fechadas, conseguimos encontrar os idosos que recebiam o BPC, o que pode ser observado no gráfico 09.



Fonte: Formulário socioeconômico 2004

Os dados encontrados no cadastro da família PACS/PSF - Matadouro foram importantes, mas não suficientes, na medida em que não informavam sobre a condição dos idosos e portadores de necessidades especiais. Foi mister que realizássemos uma entrevista

estruturada (Anexo 6) com perguntas fechadas para podermos descobrir os que recebiam o BPC. Só à guisa de informação gostaríamos de mencionar a falta de clareza dos beneficiários em indicar se o que auferiam era o BPC. A pergunta chave para investigarmos era se recebiam o 13º salário. Uma outra forma de conferir era identificar através do cartão magnético do beneficiário, a espécie do benefício. O B87 deficiente físico; B88 idoso; B42 aposentado por tempo de serviço; B41 aposentado por idade; B32 aposentado por invalidez; B32 auxílio doença; B94 acidente de trabalho; B40 FUNRURAL. Esse último era muito confundido pelos entrevistados como benefício assistencial - BPC.



Fonte: entrevista estruturada/2005

O gráfico acima é ilustrativo ao demonstrar o perfil dos idosos e deficientes pesquisados, quanto ao recebimento ou não do BPC. Podemos observar que dos 34 idosos entrevistados: 46% (13 idosas e 07 idosos) recebem aposentadoria ou pensão, 17% (06 idosas e 02 idosos) não recebem renda alguma e 13% (05 idosas e 01 idoso) recebem o BPC. Quanto aos portadores de necessidades especiais, 24% recebem o BPC, sendo 01 mulher com idade de 34 anos e 10 homens com idade entre 17 e 54 anos²⁹.

As famílias que residem nessa comunidade são pobres no sentido do acesso a uma vida digna, visto apresentarem um modo de vida precário quanto à satisfação das necessidades sociais e quanto ao acesso aos direitos de cidadania, que vão além dos direitos humanos, políticos, civis e sociais.

²⁹ Neste gráfico está incluídos o percentual total dos idosos e deficientes encontrados na listagem do INSS e da pesquisa no cadastro da família PACS/PSF Matadouro

Enfim concluímos que se trata de uma comunidade de baixa renda, que possui um sistema de esgotamento sanitário precário, cuja principal fonte de renda advém do trabalho informal e precário, onde a maioria não possui carteira assinada, nem contribui para o INSS. O que gera uma certa insegurança e instabilidade, pois não possuem direitos trabalhistas, e em casos de doença, invalidez e velhice passam a contar com a solidariedade familiar e dos mais próximos.

Outrora havia uma rede de proteção montada mais solidamente e a possibilidade de troca mais presente, até porque existia a criação de galinhas, porcos, hortaliças. Entretanto hoje se tem uma pobreza que é maior, o que muda o sentido de algo, como, o BPC, na vida dessas famílias.

No próximo capítulo estaremos apresentando o resultado da pesquisa qualitativa com técnica de entrevista semi-estruturada, na qual buscamos avaliar os significados do BPC, junto ao um grupo de dez beneficiários escolhidos entre portadores de deficiência e idosos, mantendo-se, na escolha, a proporcionalidade de 50% de portadores de deficiência e 50% de idosos e mais três pessoas dentre os familiares que aceitaram a participar da pesquisa.

3 O SIGNIFICADO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC

“De repente perder, aí fica sem os pés e as mãos”. Jacinto

3.1 PROCESSO DE ENTREVISTA

Neste capítulo apresentaremos e avaliaremos os resultados da pesquisa qualitativa junto aos entrevistados acerca do significado do BPC. Registraremos, neste primeiro momento, como se deu o processo de aprendizagem e aproximação dos sujeitos da pesquisa.

Como já apontado no capítulo anterior, a aproximação com o campo de pesquisa se deu a princípio por intermédio de nossa inserção numa igreja local. Pudemos então nos tornar mais conhecidos, menos estranhos e menos “estranhados” por aquela comunidade.

Algumas entrevistas foram agendadas com antecedência, outras a critério do próprio entrevistado foram realizadas no mesmo dia, outras foram adiadas, desmarcadas e até canceladas por desistência do entrevistado.

As primeiras entrevistas foram muito metódicas, obedecendo rigidamente ao roteiro, não porque o dominássemos, pelo contrário, a falta de domínio do roteiro levava-nos sempre a estar voltando a ele, sem muitas vezes percebermos que determinadas perguntas eram repetidas e desnecessárias, tornando assim a entrevista cansativa. O ímpeto e a falta de experiência de pesquisadora novata interferia, pois ao invés de ouvirmos mais, acabávamos

interrompendo os entrevistados ou até mesmo colocando nossas opiniões particulares, o que comprometia de certa maneira as suas respostas.

Mas tal percepção só foi aguçada durante a transcrição das entrevistas. Contudo, pudemos perceber que, por ensaio e erro, a maneira como era conduzida cada entrevista era diferenciada. Cada entrevista realizava-se em um momento diferente, em contextos distintos, com subjetividades diferentes, o que diferenciava a relação entre pesquisadora e entrevistados e a forma das perguntas, ainda que não o seu conteúdo.

As entrevistas só aconteceram porque os entrevistados consideraram importante participar e deram os seus aceites, mas isto demandou investimento de tempo, persuasão para motivá-los a compartilharem suas idéias e pensamentos. No começo, houve momentos de descompasso na fala entre o entrevistado e a entrevistadora, porém com o tempo conseguimos conduzir a entrevista de modo que o entrevistado pudesse colocar-se melhor.

Isto porque estava claro em suas falas e gestos o medo de que fôssemos “fiscais do INSS”, de que pudéssemos constatar alguma “irregularidade” e assim o benefício ser interrompido. Mesmo que procurássemos deixar claro que éramos apenas pesquisadores, notávamos que alguns eram mais simpáticos, outros mais arredios e outros nem sequer aceitaram participar.

Houve também de nossa parte uma preocupação de não sermos insistentes em determinadas pergunta. Por exemplo, quando perguntamos a Malaquita o que ela esperava do futuro, a resposta foi: *“o que eu quero decidir eu penso, mas não posso falar, entendeu?”* E neste momento simplesmente acenamos com a cabeça na intenção de demonstrar que compreendemos. Já em outras ocasiões, sentíamos que era possível avançar, indagar mais, aprofundando o assunto.

O processo da entrevista não é algo linear, que muitas vezes ocorra como se fosse um ritual. Não é tão simples entrar nos lares, mas é mais difícil entrar na intimidade das pessoas, das famílias, pois cada família tem os seus códigos, seus segredos e seus silêncios. O pesquisador muitas vezes é tido como um curioso ou até mesmo como alguém indesejável, que vem apenas para “obter” o que almeja. É preciso ser humilde, aceitando-os e demonstrando que somos nós que dependemos deles, da sua paciência, do seu tempo e não ao contrário, como se eles tivessem que nos abrir as portas porque somos a pesquisadora, a assistente social.

O entrevistador deve antes de tudo, saber guardar silêncio, aprender a ouvir. Deve amoldar-se ao jeito de ser do entrevistado, respeitá-lo, estar disposto a tomar pacientemente a conversa. Deve procurar não arrazoar ao mesmo tempo em que ele, não insistir quando ele foge a uma recordação dolorosa. O estabelecimento de uma “escuta ativa e metódica” (BOURDIEU, 1999) é crucial para o desenvolvimento da entrevista. Além disso, deve-se ou mínimo diminuir qualquer tipo de dominação sobre o entrevistado, o que Bourdieu nomeia de “violência simbólica”, que seria uma dominação ao mesmo tempo sofrida sob pressão e aceita através do reconhecimento ou obediência, a qual geralmente não é percebida, nem pelo agente, nem pela vítima, pois nessa relação entre ambos, ela é vista como algo natural.

A entrevista não é um monólogo em que apenas o entrevistador pergunta e o entrevistado responde; muitas vezes há suspiros, pausas e até silêncios que precisam ser entendidos por ambos; se não o diálogo não acontece, não flui. O espaço da entrevista deve ser o lugar em que ambos possam repensar-se enquanto sujeitos, um espaço de troca, onde se possa estabelecer essa “relação de escuta ativa e metódica”.

Inicialmente, foi muito complicado ter acesso aos entrevistados. Possuíamos uma relação do INSS com o endereço e o nome de alguns beneficiários. Nesta listagem detectamos oito pessoas, sete deficientes (B87³⁰) e um idoso (B88³¹) que residem na Comunidade do Matadouro. Contudo, em se tratando de uma comunidade como o Matadouro, as pessoas são conhecidas por apelidos e não pelo seu nome próprio. Um outro agravante é que nem sempre os endereços dos beneficiários que apareciam nesta listagem conferiam com a sua localização. Por isso a inserção naquela comunidade foi fundamental, para que de fato pudéssemos interagir, conhecer, identificar e estabelecer laços.

Sendo assim, destes sete portadores de deficiências e um idoso, foram encontrados e entrevistados três deficientes e uma idosa. Apenas uma entrevista foi realizada com o próprio deficiente; as demais, por se tratarem de portadores de doença mental, foram realizadas com o responsável, a mãe. Os usuários selecionados para serem entrevistados recebem o benefício há pelo menos um ano. Quanto à situação dos demais deficientes constatou-se: falecimento, mudança de endereço, moradia de difícil acesso e não encontrado.

Além dessa listagem do INSS, também pudemos localizar, por meio da pesquisa realizada no cadastro da família PACS/PSF Matadouro, nove outros possíveis beneficiários,

³⁰ Código identificador da espécie de benefício. B87 refere-se às pessoas portadoras de deficiência que recebem o BPC

³¹ Código identificador da espécie de benefício. B88 refere-se aos idosos que recebem o BPC

sendo quatro deficientes e cinco idosos com mais de 65 anos de idade. Para averiguarmos os que realmente recebiam o BPC foi necessária a realização de uma entrevista estruturada com perguntas fechadas (Anexo 6). Destes nove, foram encontrados e entrevistados dois deficientes e dois idosos. No entanto, iremos considerar apenas a entrevista realizada com um deficiente físico, porque a outra foi de pouca profundidade devido às próprias condições psicológicas e mentais do entrevistado. Destes nove possíveis beneficiários localizados através do PSF, temos que as situações específicas dos demais beneficiários foram: óbito; não localizados por motivos que variam entre mudança de endereço a endereço inexistente, pessoa não conhecida no local e condição de não beneficiário-BPC.

Cruzando as informações do INSS com as do PACS/PSF temos um total de dezessete possíveis beneficiários. Dentre estes, foram identificados e entrevistados cinco deficientes e três idosos (em um total de oito). Por indicação de alguns moradores encontramos mais dois idosos que recebem o BPC, totalizando assim cinco deficientes e cinco idosos. Desses cinco, três são portadores de deficiência física e dois são portadores de doença mental. Com estes dois últimos a entrevista foi realizada com os seus tutores, a mãe; e com um dos deficientes físicos entrevistou-se a pessoa com quem ele mora há quinze anos. As entrevistas foram realizadas no período de abril a maio de 2006, através de visitas domiciliares, com exceção de uma portadora de deficiência física que optou para que a entrevista fosse realizada no seu local de trabalho³².

Em razão de nossos objetivos, agregamos uma investigação junto ao grupo de familiares em número de três pessoas que vivem com os idosos, que se dispuseram a participar da pesquisa, além de mais três pessoas que responderam pelos deficientes incapazes de dialogarem. E também optamos por relatar aqui a história específica de uma idosa que não está recebendo o BPC.

Resumindo, dos cinco idosos, cinco entrevistas foram realizadas com os próprios além de entrevistas com familiares destes. Dos cinco deficientes, duas entrevistas foram realizadas com os próprios e as outras três apenas com o familiar. Totalizando, foram treze pessoas entrevistadas, por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturado (Anexo 7), com perguntas abertas.

³² Trabalho aqui é o local onde a usuária realiza atividades esporádicas sem vínculo empregatício, numa Cooperativa.

3.1 APRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.

Apresentados os dados sobre os sujeitos da pesquisa, cabe fazermos uma sintética apresentação dessas pessoas, de suas famílias e do contexto em que vivem.

- Cinco deficientes: quatro do sexo masculino, de cor³³ negra; dois lúcidos, apresentando deficiência física e os outros dois possuem deficiência mental. Uma quinta do sexo feminino, branca, apresentando deficiência física. Os titulares do benefício são, em geral, jovens na faixa etária de 20 a 35 anos, com exceção de um usuário que tem 58 anos de idade.
- Cinco idosos: quatro do sexo feminino, uma de cor branca, três de cor parda e uma de cor negra; mais um do sexo masculino, cor parda. Apenas com exceção de uma idosa, que não realiza mais nenhuma atividade no lar e nem fora dele, os demais idosos ainda realizam alguma atividade doméstica e complementar para ajudar nas despesas da casa. Os idosos na sua maioria são analfabetos, com idade entre 68 a 82 anos de idade.
- Tanto os idosos como os portadores de deficiência cursaram apenas até a 4ª série. A maioria dos idosos é analfabeto funcional, sabem apenas escrever o seu nome. Outros nem sequer podem ou sabem escrever o nome.
- Quando se trata dos portadores de deficiência, estes se enquadram em dois grupos: os deficientes mentais e os deficientes físicos. Os primeiros nem sequer tiveram oportunidade de estudarem ou ainda estudam. Concernente aos deficientes físicos, dois estudaram até a 4ª série e um não frequentou à escola, não sabendo assinar seu nome.
- Todos os entrevistados não pagam aluguel e alegam que o imóvel é seu, mas quando perguntamos sobre a escritura da casa, eles não a possuem. Moram em casas construídas de alvenaria em péssimas condições de conservação ao longo do Rio Paraíba.
- Condições de moradia: a maioria não paga água, luz ou IPTU. Possuem água encanada, e o destino do esgoto doméstico é o Rio Paraíba. A maioria das casas possui de um a quatro cômodos, sem contar com o banheiro. Geralmente a cozinha se encontra localizada no mesmo cômodo da sala ou do quarto. Os banheiros possuem

³³ Para definição de cor utilizamos as nomenclaturas do IBGE.

apenas o vaso sanitário. Em algumas casas não há uma pia no banheiro ou uma pia na cozinha, nem mesmo um chuveiro.

- 90% dos entrevistados moram na mesma casa com algum familiar com exceção de um idoso, cujos filhos residem em local muito próximo. A maioria das casas é chefiada por mulheres, sem a presença da figura masculina, e mesmo quando esta existe o beneficiário ou o responsável por receber o benefício é do sexo feminino, é à mulher que cabe sustentar a casa, pois, segundo os entrevistados, a renda do BPC é a única certa e garantida todo mês.
- Quando se trata de família chefiada por mulher e que recebe o BPC, a renda é quase exclusivamente para a alimentação e compra de remédios. Apenas um entrevistado idoso lúcido e gozando de saúde, que mora sozinho, afirmou que a renda que recebe é apenas para seu gasto, o que lhe permitiu adquirir televisão, geladeira e rádio. Ele até esta pensando, quando acabar de pagar a prestação da geladeira em comprar uma máquina de lavar. Daí constata-se que as famílias vivem da renda regular proveniente, em geral, da aposentadoria ou pensão somada ao benefício. De modo que a renda média que a família auferir não ultrapassa dois salários mínimos.
- Das dez famílias, apenas duas acessam a outros programas, serviços de assistência social ou complementares de acesso à educação, como cheque cidadão e bolsa escola.
- Apenas um deficiente físico participa de atividades esportivas. Um outro é associado da Associação de Deficientes Físicos de Campos dos Goytacazes, contando com os serviços médicos oferecidos pela mesma. Este também conta com a rede municipal e o atendimento oncológico pelo SUS, que custeia todo o seu tratamento.

A inserção no campo de pesquisa se deu a partir do interesse em compreendermos o rebatimento do BPC na família. A seguir veremos a situação familiar de cada entrevistado primeiramente dos deficientes, depois dos idosos. Os nomes dos entrevistados são fictícios, são nomes de pedras preciosas e semipreciosas. Esta escolha foi intencional, porque assim garantimos o anonimato dos entrevistados e também evidenciamos a preciosidade de seus relatos, pois podem influenciar e proporcionar novas percepções acerca do BPC.

Ao transcrevermos estas fitas fomos sensibilizados com o discurso dessas pessoas, principalmente das mulheres, que demonstravam sempre ter uma vida muito sacrificada, até porque muitas vezes com marido, companheiro ou não, este não tinha o compromisso com os

filhos. As mulheres que entrevistamos fizeram-nos mudar de idéia a respeito do próprio BPC. Antes o considerávamos ínfimo e até uma armadilha, mas ao ouvirmos a fala destas pessoas pudemos compreender uma outra dimensão. Não estamos com isso dizendo que o BPC seja a resposta para tudo, mas percebemos que para elas este é um direito sim, uma vez que haviam trabalhado e muito, só que com a vida dura que levavam, em profissões que não exigiam qualificação ou estudo (até porque não tinham), tiveram que trabalhar “de sol a sol” para sobreviver e criar seus filhos, razão pela qual não lhes sobrava sequer “um conto” para presentear, quanto mais para pensar em contribuir como autônomos, se é que algum dia se preocupavam com isso. O que “importava” era o dia de hoje, o que haviam de comer. Quando tiveram a oportunidade de se “aposentarem por idade ou por deficiência”, para essas pessoas foi um alívio, chegou a hora de ter o seu “INPS”, o seu “dinheirinho”.

Jaspe é doente mental desde a infância. Tem 23 anos, mora com a mãe viúva, duas irmãs, mães solteiras, quatro sobrinhos e uma avó – uma família, como se percebe, formada majoritariamente por mulheres, que são as responsáveis pela casa, aproximando nossa discussão de toda reflexão existente atualmente acerca da feminização da pobreza e da necessidade de políticas específicas para esse público-alvo. A família vive praticamente com a aposentadoria da avó e a renda do BPC, que recebe há mais ou menos oito anos. A mãe de Jaspe, Amazonita, não trabalha por conta de ter de cuidar dele e dos netos. Suas irmãs são adultas, porém apesar de desempregadas, fazem algum tipo de trabalho informal para colaborar com o orçamento da casa. A mãe é o chefe da família, que procura administrar os poucos recursos existentes. Anteriormente, antes de ser acometida por uma trombose, fazia faxina e lavava roupa para melhorar a renda.

Topázio é deficiente mental, não anda nem fala desde um ano de idade, tem 19 anos, mora com os pais, dois irmãos e uma irmã e recebe o BPC há dois anos. A mãe, Hematita é responsável por ele. A única renda certa que recebem todo mês é do BPC. O pai é ajudante de pedreiro; dos dois irmãos, um está desempregado e o outro é entregador de gás e água. Ambos trabalham sem carteira assinada. A irmã é estudante. Na sua fala, Hematita deixa claro que ela também dispõe do dinheiro que Topázio recebe, pois não podendo trabalhar porque tem que cuidar dele o tempo todo, afirma ter o “direito de gastar o dinheiro” com as suas necessidades, ou melhor, com as suas “vontades”.

Rubi é deficiente físico, sofreu um derrame recentemente, tem 58 anos e recebe o BPC há mais ou menos três anos. Mora com um casal com filhos menores há dezesseis anos, que

não são seus parentes. Quando ele foi morar com esta família ele ainda não recebia o BPC. Hoje, quem o recebe é o seu irmão, pois este é seu responsável legal. Esta família vive com o auxílio acidente que o marido recebe, no valor de 180 reais; com os trabalhos extras que a mulher faz; um vale no valor de 50 reais; 90 reais referentes a duas bolsas escola e mais a ajuda de um e de outro. Seu Rubi ajuda fazendo as compras para casa, e paga 50 reais para Dona Safira lavar a sua roupa.

Segundo Safira, o irmão lhe repassa apenas metade do valor, ao qual ele tem direito do salário mínimo, o que gera um incômodo para esta família. Segundo eles, quem deveria estar recebendo seria o próprio Rubi, ou a família com quem ele mora, não um irmão que “nem sequer se preocupa com ele”. Rubi nasceu com paralisia, e atualmente sofreu AVC, o que o dificulta muito a falar, por isso não foi possível fazer a entrevista com o próprio.

Assim, as entrevistas com Jaspe, Topázio e Rubi foram realizadas não com os próprios, mas com os responsáveis. Com Jaspe e Topázio, foi realizada com as mães: Amazonita e Hematita. E a entrevista com Rubi foi realizada com Safira, ainda que ela não seja parente sua.

Outros dois deficientes entrevistados: Ametista e Jacinto. Ametista possui uma deficiência física congênita, mora com o esposo, ajudante de pedreiro, e dois filhos menores. Praticamente a renda do BPC é o que mantém a família. Segundo seu depoimento, o marido é “acomodado” e não liga se as coisas estiverem faltando em casa, a ponto de ela ter que vender objetos para alimentar os filhos. Ela é a chefe da família, é ela “quem resolve”, quem toma as decisões. Tanto que uma das suas preocupações é vir a adoecer, ou mesmo a morrer, pois não sabe quem cuidaria de seus filhos. Com a renda do BPC adquiriu um empréstimo, com o qual comprou a casa em que mora, além de ter comprado todos os seus móveis à prestação.

Jacinto é deficiente físico. Ficou paraplégico em decorrência de arma de fogo e tem 27 anos de idade. Recebe o BPC há mais ou menos oito anos. Mora como os pais, duas irmãs solteiras (cada uma tem um filho) e mais dois irmãos, sendo que um está preso. A renda do BPC, além de ser para comprar seus remédios, é exclusivamente para a alimentação de todos os membros da família. Na casa em que mora, com exceção dos dois sobrinhos, todos são adultos. O seu pai faz pequenos trabalhos, sua mãe faz faxina duas vezes na semana e seus irmãos e irmãs estão desempregados, ou seja, sem nenhuma ocupação formal. Sendo assim, a renda do BPC é a “única líquida e certa” todo mês para manter a sobrevivência da família.

Os idosos são Crisólito, Ágata, Turmalina, Turquesa e Fluorita – quatro mulheres, ratificando as estatísticas atuais que apontam para a maior expectativa de vida para mulheres.

Crisólito tem 70 anos, mora sozinho em um cômodo com banheiro, construído no terreno de uma filha. Recebe o benefício há um ano e alguns meses. A renda que recebe é somente para seus gastos, com exceção da conta de luz que divide com essa filha.

Ágata tem 67 anos, mora com uma filha solteira e três netos. A principal fonte de renda que mantém a família é o BPC, que recebe há dois anos. Para complementar a renda a filha faz faxina uma vez na semana, e Ágata ainda trabalha informalmente perto de casa, cortando toucinho.

Turmalina tem oitenta anos, recebe o BPC há pelo menos três anos. Mora com um filho e a nora Malaquita. Esta não trabalha, porém recebe de Turmalina uma dada quantia para cuidar dela. O filho trabalha sem carteira assinada e ganha um salário mínimo, mas não ajuda em casa. Quem recebe o dinheiro é uma filha que não mora com ela, porém traz as compras do mês e o restante do dinheiro entrega a Turmalina. É praticamente com essa renda que essa família vive. Quando acabam os mantimentos “tem que se esperar o outro mês”. O dinheiro é gasto com alimentação para todos e remédio para Turmalina.

Turquesa tem 82 anos, recebe o BPC há dez anos, desde quando foi concedido em 1996. Mora com sua irmã Sardônia de 73 anos, viúva, com duas sobrinhas adultas e um sobrinho de terceiro de grau, filho de uma das sobrinhas. Esta família vive com a renda de Turquesa e a pensão de sua irmã. Das sobrinhas, uma é artesã (que só recebe quando vende alguma peça) e a outra é faxineira. As despesas da casa são divididas com Turquesa e Sardônia que tudo fazem de comum acordo. Portanto, é facilmente perceptível a existência de famílias de mulheres.

Fluorita tem 68 anos e é viúva. Mora com a filha, Pérola, e um neto na mesma casa. Porém, no mesmo terreno, em outra casa, mora uma outra filha com o marido e dois filhos. Em um outro cômodo, uma filha com uma parceira. Fluorita recebe o BPC há dois anos e dois meses. Pérola trabalha em uma creche como auxiliar de cozinha e recebe um salário mínimo, todavia não tem carteira assinada. A maioria dos móveis foram comprados por Fluorita. A sua renda contribui para as despesas da casa com alimentação, luz, gás e os seus remédios.

Esses arranjos familiares põem em foco as diferentes formas com que as famílias buscam escapar da fome e sobreviver a partir da renda que auferem o beneficiário. Apesar dessa

renda ser insuficiente para atender as necessidades de uma família com mais de um membro, é com este recurso que se têm satisfeitas as necessidades básicas de sobrevivência destes.

A maioria das mulheres entrevistadas é chefe de família, provedora principal, reforçando uma característica nacional ao sinalizar para a feminização da pobreza. Por residirem em lugares em que não há saneamento básico, infra-estrutura e, por conseguinte não pagarem aluguel, água ou luz, a renda dos entrevistados é mais destinada à alimentação. Sem dúvida é na família que esses sujeitos entrevistados ganham identidade, que adquirem a dignidade própria de provedores que, com a renda que auferem, contribuem para a sobrevivência de todos. Isto porque diante do quadro de trabalho desqualificado, instável, precário e mal remunerado dos outros membros da família, só cabe à renda que recebem do BPC sustentar a casa.

3.3 O CASO DE DONA ESMERALDA – BPC, UM DIREITO RECLAMÁVEL JUDICIALMENTE

“Falaram-me que eu tinha perdido, que eu tinha que recorrer...Estava demorando muito, aí falaram-me para colocar na Justiça”.
Esmeralda

A tentativa de reconstituição da história de vida de dona Esmeralda, no contexto desta pesquisa, tem como pretexto apontar os meandros da burocracia institucional para aqueles que almejam receber o BPC. Nesta família, composta por mãe e filho deficiente, quem recebia anteriormente o benefício era o filho. Vindo este a falecer, dona Esmeralda deu baixa no benefício no mesmo mês da morte de seu filho. Convicta de que no ano seguinte, ao completar sessenta e cinco anos de idade, teria ela mesma direito ao benefício, deu entrada no mesmo na esperança de recebê-lo. Todavia não foi isso que ocorreu. Até a presente data ela ainda está tentando receber o benefício na justiça. Sendo assim, este caso procurará mostrar um pouco desses meandros, desses mecanismos que facilitam ou dificultam o recebimento do BPC.

Dona Esmeralda, nascida em 1939, mora na Comunidade do Matadouro. Hoje ela está com sessenta e sete anos, é viúva, cor parda e estudou até a 3ª série. Há mais ou menos três anos, desde a morte de seu filho, vem tentando receber para ela o BPC. Envolve numa

burocracia imposta pelos profissionais do INSS, seu pedido foi indeferido, sem justificativas que a mesma compreendesse. Assim, ela entrou na justiça gratuita, que após um longo período julga o seu caso, deferindo e encaminhando os autos à Procuradoria do INSS para proceder à implantação do benefício.

Esta sua jornada já completa dois anos e quatro meses, sem que ela tenha o seu “dinheirinho”. Esmeralda não vê a hora de receber esses “atrasados”. A mesma tem feitos planos: “*Mas Deus vai ajudar, vou ter meu dinheiro. Vou ajeitar minha casa que está caindo*”. Ela mesma contou-nos que quando seu filho recebia o BPC, o dinheiro ajudava muito em casa. Foi possível colocar piso no chão do quarto em que dormiam, comprar um rádio e uma televisão em cores. Hoje, ela comenta a luta que é para sobreviver contando com a ajuda de parentes e vizinhos até mesmo para comer. Sendo idosa, ela afirma que é muito pesado para ela ter que trabalhar fora, mas como não são muitas as pessoas com quem pode contar, acaba se sacrificando, passando quando pode umas roupas para fora. Além disso, ela recebe um vale alimentação no valor de 50 reais pelo governo municipal.

Esmeralda, hoje, mora em um cômodo com banheiro em péssimas condições, com rachaduras e infiltrações. Possui uma cama de solteiro que era do Citrino, seu filho, um armário antigo, um rádio e uma televisão que no momento não está funcionando e que, segundo ela, continuará assim, pois não tem condições de pagar o conserto. Neste mesmo terreno há um banheiro e outros cômodos construídos em que mora uma filha, dois netos, um bisneto e agora o filho mais velho que está separado da companheira e desempregado. Os componentes adultos de sua família trabalham fazendo pequenos serviços como, ajudante de pedreiro, diarista e faxineira.

Grande é a expectativa de todos de que a Esmeralda venha receber seu benefício, “sem falar nos atrasados”. A própria já faz planos para o futuro, dizendo que colocará um chuveiro elétrico em seu banheiro, fará reformas em sua casa que está caindo e comprará uma televisão nova. Sem falar que ela pretende ter o seu quarto somente para si, o que significa uma maior privacidade e independência: “*vai ficar tudo arrumadinho, vai ficar tudo bonitinho*”. Porque por enquanto, a neta e o bisneto dormem em seu quarto, no chão ao lado de sua cama. Com o dinheiro dos supostos atrasados será construído um outro cômodo que abrigará estes familiares.

Pudemos perceber também que, principalmente seu filho mais velho, estava sempre por perto quando íamos conversar com Esmeralda. Este se demonstra muito interessado no

que diz respeito ao recebimento dos valores atrasados do BPC. Os netos e o bisneto de nossa entrevistada estavam sempre em seu quarto. Por vezes a encontramos tomando conta do bisneto de apenas um ano de idade. A mãe do menino é uma adolescente de 17 anos de idade, que está cursando a 4ª série. De qualquer forma, por esses relatos é possível perceber a centralidade ocupada pelo benefício no cotidiano desta família.

3.4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS: CONCEITOS E SIGNIFICADOS

“Antes disso eu não podia fazer nada para mim, não podia comprar nada. Não tinha como ir num supermercado”. Fluorita

Objetivando realizar a análise do material, a partir das reflexões e discussões apontadas no capítulo 1, sobre os programas de renda mínima e os significados desses programas para as pessoas que os recebem, apresentaremos e discutiremos os recortes dos discursos produzidos na situação de entrevista, organizados em quatro seções: 1, definições e percepções ; 2, critérios de elegibilidade e conhecimento do BPC; 3, significado do BPC e 4, utilização do BPC.

Partimos do pressuposto de que o discurso dos entrevistados estaria atravessado por um conjunto de imagens que influenciaram as definições por eles atribuídas ao BPC. Estas imagens podem ser derivadas do “senso comum”, veiculadas pela mídia e pela família e por aqueles que circulam no ambiente em que vivem, constituindo assim um imaginário social relativo ao BPC. Tais definições aparecem em seus discursos e estão presentes na memória constitutiva de sua história de vida. Percebe-se assim o quanto as práticas sociais são importantes na formação desta memória e na filiação de sentidos que os entrevistados incorporam.

Nas análises percebemos que algumas definições eram recorrentes em suas falas, como por exemplo, o fato do BPC ser “um amparo para os idosos”, “FUNRURAL”, “Pensão Vitalícia”, “INPS”. Em suas falas os entrevistados tentam identificar o BPC a partir de um conhecimento pregresso, que faz parte de suas vidas, que é pensar o benefício como “aposentadoria por idade”, “amparo”.

Na análise dos dados nos aproximamos do método que permitiu-nos construir e reconstruir a realidade através da interpretação e confronto de diversos pontos de vista dos sujeitos do estudo, estabelecendo uma articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos obtidos nas entrevistas.

3.4.1 BPC: definições e percepções

“Aposentadoria por idade”.Crisólito

Até o presente momento não houve uma definição precisa do que seja o Benefício de Prestação Continuada. É certo que, desde a Constituição de 1988, já se previa a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao portador de deficiência e ao idoso que comprovassem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O nascimento da concepção de uma renda mínima a quem dela necessitar vem do entendimento liberal de que o mercado não pode ser a última instância do ser humano. O Estado liberal ou estado de direito, ao garantir um mínimo para que os indivíduos considerados incapazes possam sobreviver independentes do mercado, realça, antes de mais nada, a perspectiva da cidadania e não do emprego, pois os direitos humanos são inalienáveis e devem ser garantidos para além de qualquer condição que não seja o simples fato de ser humano. Entretanto, essa idéia de concessão de uma renda mínima ou renda básica, em forma de transferência monetária, encontra-se presente ao longo da história da humanidade.

A concepção de mínimos sociais vem sendo objeto de debate e discussão no âmbito da Política de Assistência Social, apresentando concepções e entendimentos diferenciados, expressos conforme posturas teórico-ideológicas orientadoras do debate. Destacam-se, nesse debate, os trabalhos de Sposati (1997), Demo (1997) e Pereira (2000).

A discussão sobre mínimos ou mínimos sociais é controversa, há os que defendem e os que criticam³⁴. Os mínimos sociais são sempre máximos sociais, são como afirma Milano

³⁴ Cf. DEMO Pedro. Menoridade dos mínimos sociais – encruzilhadas da assistência social no mundo de hoje. *Serviço Social & Sociedade*, v.18, n.55, p.39-73, novembro, 1997.

(apud BRANCO, 1988), “o esforço máximo que a sociedade consente para permitir a integração mínima do indivíduo”. Sendo assim, os mínimos sociais exprimem o padrão de civilidade politicamente reconhecido aos excluídos da relação salarial e anunciam por isso o exercício do progresso da igualdade face à liberdade do mercado. Nossa proposta a partir desse item é tentar buscar o significado do BPC a partir da fala dos entrevistados.

Na fala dos idosos há um consenso de que o BPC seja uma aposentadoria para os idosos, ou uma aposentadoria por idade. O benefício aqui não é visto como componente da assistência social. Meu INPS... Aposentadoria dos idosos. As falas demonstram que o conhecimento que têm acerca do BPC parte de um conhecimento progresso, que faz parte de sua existência, que é pensar o benefício como “aposentadoria por idade”, “amparo”. Desta forma, os entrevistados arriscam-se a defini-lo a partir dessas concepções que eles já trazem em suas vidas. Então o significado do BPC ganha importante estatuto, pois não é simplesmente um benefício, é uma aposentadoria, porque normalmente é isso que o indivíduo que pode trabalhar recebe. Então o que o idoso (que, em sua concepção e vivência, sempre trabalhou – ainda que no mercado informal) recebe em forma de dinheiro é uma aposentadoria, não sendo, portanto, favor ou dádiva.

A maioria apresenta o BPC não como um direito no sentido literal da palavra, mas por outro lado em suas falas o significado da palavra direito aparece, quando afirmam que o recebem por terem trabalhado, por não trabalharem mais hoje, ou por ter que deixar de trabalhar para cuidar do filho deficiente que recebe o BPC. “Mas porque eu tenho direito também, porque eu não estou trabalhando por causa dele (do filho deficiente)”.

Esta fala aponta que o BPC é um direito, embora não apresente o discurso “correto”, ele tem a percepção que merece o BPC, que é seu direito recebê-lo.

“Depois de sessenta, cinquenta e cinco anos de idade eu tinha que esperar tinha que morrer trabalhando, como iam me dar? Ninguém dá. Deu sorte que eu adoeci, e a idade chegou logo. Ai deu direito a aposentar, sabe se eu fosse mais novo não podia, tinha que trabalhar doente, certo” - Crisolito.

O BPC é uma renda fundamental na vida desses idosos e deficientes, é possível asseverar que para eles o BPC é um direito, é a garantia do pão nosso de cada dia. “Eu sei que fome eu não vou passar, porque eu vou poder comprar”.

Entretanto, contraditoriamente ao falarem em direito (“veio uma lei para os deficientes físicos se aposentarem”), desconhecem formas de participação, de controle social, por exemplo, nos Conselhos de Assistência. Neste sentido é forçoso reconhecer a ausência desse controle social por parte dos seus destinatários. Estão, pois, alheios ao acesso ao direito político de organizar-se e participar, estão distantes do acesso ao direito à informação, à educação, aos meios de comunicação, aos meios de justiça.

Quando afirmam que é uma aposentadoria para os idosos e deficientes, eles têm consciência de que não contribuíram: “a pessoa que não pagou o benefício não tem direito a décimo terceiro”. No entanto, os idosos asseguram que trabalharam muito e ainda trabalham segundo as suas forças e oportunidades para complementar essa renda.

“Eu não falei a você que faço um biscatezinho. Eu ganho ali R\$ 30,00 reais por semana, dá para comprar uma carne no meio da semana. Porque se fosse reunir tudo que a gente compra e come. Só de mantimento nosso deve ser mais de 300,00 reais por mês. Porque despesa com crianças gasta muito” – Ágata.

“Ajudo as meninas a enrolar pães, a limpar as mesas. Isso não é salário, isso é por hora trabalhada. Às vezes é um real por hora, às vezes é oitenta e dois centavos por hora. Porque a gente não ganha salário aqui, é uma merrequinha, mas ajuda na casa” – Ametista.

Não que a renda de um salário seja insuficiente apenas para atender as suas necessidades (e não podemos esquecer que as necessidades são socialmente construídas), a questão é que a renda que auferem é para manter toda a família. Com apenas a exceção de um idoso, a renda é apenas para ele.

Quanto ao que é para os deficientes e seus familiares, o BPC é representado como uma “ajuda”: “O benefício ajuda muita gente. Porque sem o benefício a gente não é nada”. Esta ajuda aqui não tem o sentido pejorativo de uma esmola, ou de uma cesta básica. É uma ajuda fundamental que é dívida para multiplicar por todos.

Podemos afiançar que o BPC é mínimo social enquanto se constitui em um dispositivo de proteção social destinado a garantir, mediante pagamento mensal, um valor básico de renda às pessoas que não possuem condições de obtê-la, de modo suficiente, por meio do trabalho ou de tê-la provida por sua família. Atribuir o direito ao benefício em decorrência da renda familiar per capita é no mínimo arbitrário. Até porque o conceito de família adotado é o

conceito previdenciário (artigo 16 da lei nº. 8.213/91), que desconsidera os vários arranjos familiares, que não se resumem num só modelo. Haja vista o exemplo da família de Rubi, que mora há mais ou menos dezesseis anos, com um casal que tem filhos menores e, no entanto, “quem recebe o benefício é o irmão dele, que nem se quer liga para ele”.

3.4.2 Critérios de elegibilidade e conhecimento do BPC

“Porque sou deficiente, não tenho como trabalhar direito. Por isso, porque se eu pudesse trabalhar ia correr atrás”. Jacinto

Para falarmos acerca dos critérios de elegibilidade do BPC uma coisa que chamou-nos a atenção foi a centralidade presente na categoria trabalho, ou seja, quem trabalha não precisa ou não deve precisar recorrer ao BPC. “Eu acredito que essas pessoas que têm direito, porque não podem trabalhar”. No caso do BPC, um dos critérios para receber é o fato da ausência do trabalho, seja por estar incapacitado por invalidez física ou velhice, o que demarca uma linha divisória entre os não trabalhadores e os trabalhadores formais, no sentido da carteira de trabalho assinada. O BPC está na esfera dos não trabalhadores, seja por uma questão física ou de idade, um dos critérios apontados pelos entrevistados é de não ser capaz de se manter, de não poder trabalhar.

“Eu acho que são as pessoas idosas que não têm mais condições de estarem trabalhando. Muitos têm assim algum tipo de doença, tem um problema de invalidez, entendeu? Eu acredito que as pessoas que têm direito são aquelas que não podem estar trabalhando e a família vive de salário, não pode estar sustentando esta pessoa em todas as áreas que precisa. É um alimento, um remédio” – Pérola.

“São as pessoas que não podem trabalhar mais, ou então a pessoa que tem problema de saúde, que não pode mesmo trabalhar, porque se sente mal todas as vezes que vai para o trabalho” – Hematita.

Quanto aos portadores de necessidades especiais e seus familiares, estes falam que estão recebendo o BPC porque não têm condições de trabalhar; percebe-se que não é uma questão de “acomodação” como assevera o argumento liberal, tanto que a lógica não é esta,

uma vez que os entrevistados afirmam que o bom seria se eles tivessem a oportunidade de trabalhar.

O trabalho em nossa sociedade ainda é uma categoria fundante, daí o homem buscar a sua existência por meio dele. Mas em situações extremas é admissível aos incapacitados e inválidos receberem uma renda.

“Só pessoa que tem problema, e que não pode trabalhar, que tem problema de câncer de mama. Tem doente mental e deficiente físico e problema de coração e tantas coisas mais. Têm aqueles deficientes da APOE³³, que não podem trabalhar, esses podem receber. Agora a pessoa que é são, eles não dão o benefício” – Ametista.

Sendo assim o direito ao BPC está vinculado ao “merecimento”, a alguma contrapartida, ainda que seja sua situação de miserabilidade, sua incapacidade de se manter no trabalho, o que sai da esfera de uma visão mais ampla do direito enquanto universalidade, para se tornar no direito daqueles que precisam.

Ainda que seja possível reconhecer, por um lado, que essa renda é um direito necessário e legítimo para o indivíduo, as suas falas revelam o quanto essa renda é insuficiente para atender as necessidades básicas quando se trata de manter a todos os membros da família (ainda que esse não seja o objetivo do BPC, o fato é que se tornou uma renda para a família). Embora o indivíduo entenda que ele é merecedor do benefício, a legislação pensa o indivíduo na família. Então somente se a renda familiar equivaler a menos de 25% do salário mínimo é que o indivíduo pode receber o BPC. Isto não está claro para os sujeitos entrevistados, embora eles façam essa ligação na hora em que recebem a renda do benefício.

“A alimentação que eu boto aqui é para todo mundo. Para todo mundo comer senão, não tem como fazer só para mim. Eu moro aí. O dinheiro é usado para todo mundo” – Jacinto.

“Ela não tem marido. Eu vou desamparar ela, vou jogar na rua com o filho? De jeito nenhum, não tem aquele ditado quem ama não mata?” – Ágata.

³³ APOE – Associação de Proteção ao Excepcional.

A família volta a aparecer nas suas falas, pois o que eles recebem é destinado também à manutenção dos familiares. Ainda que eles compreendam que a renda é para eles, existe a responsabilização que eles assumem por toda a família.

Analisando ainda em relação aos critérios de elegibilidade nota-se algo marcante em suas falas, que foram os pedidos de documentos exacerbados por parte dos técnicos do INSS. “Pediram tudo que documento, eu tenho tudo. Documentos eu tenho todos eles, CPF, identidade, registro de nascimento, carteira de trabalho”. Outra questão que aparece também, mais em relação ao deficiente físico, é o fato deste ter que comprovar a sua incapacidade para o trabalho e para a vida independente.

“Perguntou: ‘Você pode trabalha?’ Eu falei que não. ‘Você agüenta muito tempo em pé, trabalhando em casa de família?’ Eu falei que não, que não agüento não. Só varrer uma casa de vez em quando cansa, as minhas pernas dói, até andar muito dói. Ai ele falou assim: ‘nem uma faxina? Nada?’ Aí eu falei que não, nada disso eu podia fazer. Com o pobre tem muita burocracia, só leva cachimbo, né? Aí ele mandou eu andar para lá e para cá para poder avaliar os meus pés. Mandou-me tirar os sapatos que estava nos pés. Eu estava de calça comprida e ele verificou meu corpo todo” – Ametista.

Quando se procura verificar quanto às fases do processo de concessão constatamos que o critério da renda é o mais é focado nas suas falas. Não só a renda do indivíduo como de seus familiares.

“Perguntou qual era a renda que nós tínhamos, como era a nossa vida. Eu passei tudo para ela. Viúva ficou sem salário, sem pensão, sem benefício nenhum, entendeu? Eu sou assalariada, mas no momento eu estava desempregada, vivendo de biscate mesmo” – Pérola.

“Perguntou se meu marido trabalhava, eu falei que meu marido estava desempregado, não tinha carteira assinada, nem nada; aí perguntou o que ele fazia na vida, eu disse que ele era ajudante de pedreiro” – Ametista.

“Pediram tudo atestado de residência, tudo, tudo, atestado de renda, e perguntaram quanto à renda que eu tinha, mas meu dinheiro não dava, porque a quantia que eu ganhava era cem reais. E porque se eu tivesse renda grande ela não entrava, porque eu tinha condições de mantê-la, mas eu não tinha” – Sardônia.

Para efeitos da análise do direito ao BPC/LOAS, considera-se especificamente família: o conjunto de pessoas que vivam sob o mesmo teto, assim entendido: o cônjuge, o companheiro (a), os pais, os filhos, inclusive o enteado e o menor tutelado e irmãos não-emancipados de qualquer condição, menores de 21 anos ou inválidos. Desta forma, observa-se que este conceito de família é restrito, não levando em consideração os diversos arranjos familiares. Os exemplos abaixo demonstram estes diversos arranjos:

“Moro com minha irmã, duas sobrinhas e um sobrinho” – Turquesa.

“Moro com minha filha e três netos” – Ágata.

“Mora eu, o marido dela, ela e mais dois garotinhos” – Rubi.

As famílias aqui são diversas, uma é constituída por duas irmãs idosas, mais sobrinhos e sobrinhas. Em outro caso, a família é composta pela avó, filha e netos; na outra o deficiente mora com um casal e mais os seus dois filhos menores. Daí o que se depreende é que, em última instância, família seriam aqueles com os quais “se podem contar” (SARTI, 2005).

Outra questão que não aparece na fala dos entrevistados é a possibilidade da cessão do pagamento do benefício pela superação das condições que lhe deram origem, somente aparece em suas falas à cessão por morte:

“Só depois que morrer se tiver com dívida, não pode passar para ninguém, se morrer, acabou” – Crisólito.

“Olha muita gente diz que é bem provável, isso eu fico com medo, mas já vai fazer dez anos que eu recebo. Agora eu não sei. Isso vai depender de Deus. Deus é quem sabe de tudo. Eu tenho confiança em Deus que nunca vou perder” – Ametista.

“Não sei não. Não faço a menor idéia. Tomara que não, né? Senão muita gente vai ficar muito triste” – Pérola.

Os relatos acima demonstram a não assimilação da informação por parte dos entrevistados e seus familiares quanto ao processo de revisão do benefício a cada dois anos, pois o mesmo cessa quando desaparecem as condições que permitiram o direito. Interessante notar que em nenhuma das falas isto aparece; no entanto, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, por meio da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV (OI INSS/DIRBEN/Nº081, DE 15/01/2003), fica encarregado de enviar ao requerente o aviso de concessão do benefício, cientificando-o de que a cada dois anos será realizada revisão para verificar se persistem as condições que deram origem ao benefício. Não se pode também perder de vista nas falas abaixo a noção de redes de proteção, pois quando falta a rede de proteção do Estado, tem-se uma rede de apoio e esta é justamente aqui apontada:

“Deus dá um jeito, né? Deus dá um jeito pra tudo. Só não tem jeito para morte. Ia trabalhando devagarzinho. Ia fazer o que, né? Tem muita filha que olha para mim. Tem essa aqui, tem Valdete, tem a de Guarus, né? Morrer com fome eu não vou, entendeu?” – Crisólito.

“Se ela perder eu tenho que custear ela. Eu que vou custear. Se ela perdesse, eu tinha que combinar com as filhas minhas para cada um dá um tanto para ajudar ela” – Sardônia.

Nas análises de Gomes (1995) e Góis (1993), a existência dessas redes primárias de apoio acaba por transferir a responsabilidade pública para a esfera privada, haja vista que estudos micro-históricos têm revelado o quanto as redes de proteção primária têm se estabelecido pela necessidade dos indivíduos sobreviverem, substituindo assim as iniciativas públicas de proteção social. Ainda mais quando se pensa em termos de Brasil, onde as famílias pobres só puderam contar mais com as políticas de proteção à família, a partir dos anos 90.

3.4.3 Significado do BPC

“Serve para mim, né. Porque bem dizer eu já tenho aquele dinheirinho certo”. Turquesa

As falas abaixo demonstram as relações familiares e de trabalho que fazem parte da vida dos entrevistados. O fato de nunca terem desfrutado dos direitos assegurados aos trabalhadores formais, tendo continuamente que prover sustento por conta própria; as inseguranças relacionadas à manutenção da vida; tudo isto faz com que o BPC represente um porto seguro, “uma aposentadoria” que os livra, mesmo que minimamente, das incertezas vindouras e permite projeções a longo prazo.

“Melhorou bastante, eu trabalhava, qualquer serviço que chamasse eu ia longe. Sacrificava bastante. Tudo caro o que eu ganhava não dava para viver. Uma porção de filho em casa. Morava em casa com cinco crianças, uma porção de boca para comer, eu sozinho trabalhando não dava. Agora não tenho mais despesas melhorou mais. Então a vida para mim hoje é melhor. Eu não tinha nada disso, sabe? Melhorou um mucadinho, eu não tinha nada. Comprei uma porção de coisinhas, tenho um trocadinho guardado no Banco lá. Para mim dá. Porque se eu precisar comprar um remédio eu tenho para apanhar, sem pedir nada a ninguém. Sou sozinho não tenho quase despesas. Alimento-me bem graças a Deus, não fico sem carne um dia” – Crisolito.

No sentido expresso pelos testemunhos acima, o BPC adquire um aspecto positivo, haja vista que é uma renda fixa, como enfatizam: “Chega final de mês acabou já estou esperando outro pagamento entrar”. Isso permite sua inserção sistemática no mundo do consumo e visibilidade, mesmo que tímida, para segmentos da população que sempre estiveram invisíveis ao capital.

“Eu pago minhas prestações. Todo mês é contadinho já. Vai tudo direto para as Casas Bahia. Casas Bahia, Eletro Centro e Ponto Frio. Três casas. E é tudo certinho, só venho às vezes só um real, dois reais que eu volto para casa” – Ametista.

“Nossa, muito bom, ajudou muito, porque até mesmo a pessoa quando não tem a sua renda, a pessoa se sente inútil, se sente para baixo, hoje em dia

para mim eu a vejo completamente diferente, se ela tem vontade de comprar uma coisa, ela vai lá e compra. Porque a pessoa sente-se meio frustrada quando ela não tem um dinheirinho, quer comprar uma coisa tem que pedir ao filho, ela nunca foi de estar pedindo nada a ninguém” – Pérola.

Nossa sociedade é uma sociedade de consumo. Quando falamos de uma sociedade de consumo, temos em mente algo mais do que a observação trivial de que todos os membros dessa sociedade consomem. Segundo Bauman (1999), a sociedade em seu estágio atual tem pouca necessidade de mão-de-obra industrial em massa e de exércitos recrutados; em vez disso precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. Desta forma, como mostra o discurso acima, os entrevistados, ainda que não se engajem no perfil ideal do consumidor da modernidade apresentado por Bauman (1999), participam de alguma forma dessa sociedade de consumo, onde a possibilidade de comprar, de ter, adquire um status de ser, de ser menos atrasado, de ser menos vazio, de ser menos “parado” numa sociedade que se move incessantemente.

Todavia, devemos assinalar que, mesmo nos segmentos mais pauperizados da população, já se visualiza uma concepção do BPC enquanto direito, representando um avanço no campo da Assistência Social, ainda que para os entrevistados não esteja claro que se trata de um direito do campo assistencial (“o meu INPS”), mas sim um benefício que possui o mesmo status dos benefícios previdenciários.

Quanto à elevação da auto-estima dos entrevistados e dos familiares que sobrevivem desta renda, pudemos identificar algumas alterações, primeiramente porque eles se livraram das situações de “sacrilégios”, de “sufoco”, às quais eram submetidos.

“Antes eu vivia desse dinheiro que as meninas me davam, uma merrequinha, mas aquilo era muito triste, “sa” menina. Oh, faltava uma coisa dentro de casa, tinha que ir no sol quente, com o sol queimando, lá em Guarus na casa de minha filha pedir as coisas para dentro de casa. Muito difícil, eu passei uma vida muito triste. Agora está dando para eu viver, eu não preciso bater palma na porta dela” – Ágata.

“Minha vida antes era um sacrilégio, passava muita necessidade. Não tinha nem pão para comer. Tomava café com farinha. Pão para eu comer, não dava para comprar pão. Eu e meu marido a gente comia arroz com farinha. Não tinha nada na nossa casa para comer. Passei um sufoco na época sem o benefício, mas agora graças a Deus esse benefício está me ajudando bastante. Foi isso que salvou a minha vida” – Ametista.

Em segunda instância, o beneficiário passou a ser provedor da família, indicando uma alteração também na relação intrafamiliar. “A mãe dele mesmo fala que se não fosse eu, o que seria das crianças”. Não só isso, mas a possibilidade de se sentir mais feliz, mais realizado.

“Agora sabe o que eu quero para quê? Para ir ao dentista. Vou melhorar um pouquinho” – Fluorita.

Este item é revelador para nós de que os sujeitos de nossa pesquisa não são os “deserdados” da sorte, são pessoas que têm seus sonhos, fazem planos e esperam alcançá-los.

“Espero um futuro melhor. Muito melhor. Pretendo até, se aumentar essa grana mesmo, reformar minha casinha” – Ametista.

É lógico que, a partir de cada contexto socioeconômico, cultural e familiar, cada indivíduo tem possibilidades diferentes de enfrentar a vida e a luta pela sobrevivência. Em alguns casos, é possível perceber mudanças objetivas e concretas quando falam em “reformas na casa”, comprar “uma máquina de lavar”. Em outras situações são mudanças subjetivas, que apontam para perspectivas futuras, como:

“Estou pretendendo me mudar, quero sair daqui. Pretendo ir para um lugar melhor para os meus filhos” – Ametista.

Não restam dúvidas de que o BPC tem ocasionado um certo impacto na vida dos entrevistados, principalmente se considerarmos as condições de vida anteriores ao recebimento do benefício. Com certeza, o BPC atingiria níveis mais almejados de promoção se não tivesse caráter de renda exclusiva e sim complementar, se estivesse atrelado com outras políticas e programas que pudessem proporcionar mecanismos de acesso aos direitos básicos, como: saúde, educação, rede de esgoto, etc.

Não obstante tenhamos assinalado que os significados do BPC possuem caráter positivo, isso de forma alguma sugere que os mesmos tenham permitido a inversão dos condicionantes de exclusão social. É preciso ter bastante claro que programas da natureza do

BPC em momento algum se constituem em fator de inclusão ou enfrentamento da pobreza, todavia o BPC possui uma validade para os seus demandatários pela importância monetária e simbólica desse benefício. Não podemos esquecer que é destinado a um público despojado de meios e oportunidades de acesso aos mecanismos mais imprescindíveis a uma existência digna.

3.4.4 Utilização do BPC

“A renda que eu recebo eu pago luz, eu compro remédio, eu pago uma prestação, eu compro as coisas para a gente comer”. Ágata

Quanto à utilização do BPC, percebemos que a lógica que confere centralidade à família como responsável pela manutenção desses segmentos é inversa ao constatarmos que a maioria das famílias sobrevive é com a renda do beneficiário. Quando a família não tem condições de ser esse locus de proteção é o indivíduo portador do direito, no caso aqui aquele que recebe o BPC, a quem cabe, na maioria das vezes, prover o sustento material da casa.

A avaliação do impacto da renda mensal do BPC na vida das famílias mostra que o BPC, em 90% das famílias pesquisadas, é a única renda regular que possuem, tornando-se, com isto, fundamental para o sustento delas.

“Porque o benefício todo mês ajuda bastante. Porque meu marido não trabalha todo mês, todo dia. É o dia que tem serviço, ele é biscateiro. Tem dia que tem. Fica cinco, três meses, às vezes fica um ano parado. Aí eu tenho que sustentar a casa com esse benefício” – Ametista.

“Porque o dele é todo mês certinho, mas o meu marido às vezes não tem serviço, porque nem sempre ele tem. O dele no caso é mais biscate. Agora ele tem todo mês certinho” – Hematita.

Segundo seus relatos, a alimentação e medicação consomem mais de 70% do valor recebido. Embora se verifique uma importância muito grande na vida dos entrevistados e seus familiares, com relação ao BPC podemos assinalar que as mudanças operadas dão-se, com

maior frequência, no plano imediato, no suprimento das necessidades a curto prazo. A renda se destina a pagar luz, comprar alimentos e remédios.

“Eu compro alimentação para dentro de casa, remédio, uma coisa que precisa, roupa. Vai mais na alimentação e nos remédios, quando sobra a gente compra umas roupas” – Jacinto.

“A gente compra comida, compra remédio. Esses dias eu comprei uma caixa de vitamina para ele. Ele estava muito magrinho. Compro remédio de verme, dei a ele” – Amazonita.

Todavia é possível também perceber mudanças a longo prazo no padrão de bem-estar dos entrevistados e sua família. Segundo o relato que se segue, foi possível a entrevistada realizar o sonho de ter a sua casa própria, a partir de um empréstimo pessoal bancário, concedido àqueles que são correntistas. No seu caso, foi porque ela recebe o BPC, via cartão bancário. É claro que não estamos aqui discutindo o local, nem as condições do imóvel, nem mesmo qual o tipo de contrato para a compra da casa, mas não podemos esquecer o que o significado de ter uma casa própria implica na vida de nossas classes populares:

“Eu comprei essa casinha aqui no Matadouro, eu apanhei, vou pagar até 2008. Eu morava com minha sogra antigamente, apanhei esse empréstimo estou pagando, vou pagar até 2008. Ainda pago as prestações das minhas coisinhas, da minha casa que comprei” – Ametista.

O que queremos ressaltar são as mudanças ocorridas no padrão de vida deles e de seus familiares. É a possibilidade de além de, satisfazer as necessidades imediatas, realizar a projeção de futuro, quando o benefício adquire um caráter de “realizador de sonhos” e quando se é possível almejar “um futuro melhor, muito bem melhor”. É a possibilidade de que algo seja melhor, ainda que não seja numa perspectiva transformadora, de participação social, eles terão a oportunidade de viverem uma vida melhor.

“Um futuro melhor. Muito bem melhor. Pretendo até se aumentar essa grana mesmo, esse salário aí, pretendo se Deus quiser reformar a minha casinha, apesar de estar pagando esses juros lá no banco. Na minha casinha chove, na sala. No quarto não chove porque é laje. Pretendo endireitar e fazer um

quartinho para os meus filhos, ou quem sabe amanhã ou depois me mudar daqui também” – Ametista.

“Saúde primeiro. E se a vida melhorar, fazer um sobradinho. Tenho vontade de fazer. Botar uma laje aí, fazer um sobradinho, um quarto aqui em cima para mim e lá embaixo botar a garagem do carro” – Crisólito.

“Eu espero conseguir melhorar a casa um dia. E quem sabe parar de dar escaras, conseguir trabalhar. Espero melhorar um pouco a minha vida no futuro. Quem sabe um dia conseguir um colégio aqui perto. Ou o governo ajeitar os colégios para que os deficientes possam ter acesso às salas de aula” – Jacinto.

É interessante notar que as expectativas futuras não dizem respeito só a bens materiais; há também o sonho, o desejo de um futuro melhor em que haja trabalho para todos. Essa preocupação é enfatizada, principalmente, pelos deficientes físicos, que apontam a necessidade de políticas de inclusão para os deficientes, de forma que as escolas sejam adaptadas para eles também.

É preciso que as outras políticas, como a de saúde, atendam aos anseios da população, que haja uma maior distribuição de medicamentos nos postos de saúde e que esta seja contínua. O salário não deve ser a única fonte de provisão, de manutenção da existência. É preciso que existam outras políticas que sejam geradoras de bem-estar.

“Precisa não é de salário, não. O negócio de salário não vai resolver. O que vai resolver é melhorar a saúde, melhorar, por exemplo, o governo mandar remédio para ajudar, aí o dinheiro que você ganha, você apanha, você vai poder economizar” – Sardônia.

Segundo os entrevistados o BPC apresentou os seguintes pontos positivos: é uma renda líquida e certa todo mês algo com que podem contar para suprimento de suas necessidades e de seus familiares, como alimentação e remédios. Na maioria dos relatos há um reconhecimento, tanto por parte dos beneficiários como de seus familiares, por estarem recebendo o benefício, que nem sequer ousam falar mal deste.

“Eu acho que nada. Eu não trabalhei fora. Eu não posso falar mal desse benefício, Deus me livre” – Fluorita.

“Não sei é uma ajuda, a gente não pode reclamar, porque nunca contribuiu”
– Jacinto.

“Eu acredito que esteja bom, sabe” – Pérola.

“Para mim eles fizeram uma coisa muito concreta nessa parte, baseou as pessoas idosas com mais de 70 anos que não tinham nada, e que hoje tem. Eu não tinha nada, ficava à mercê da sorte” – Turquesa.

Cabe ressaltar que, num primeiro momento, após a pergunta acerca das sugestões para melhorar o benefício, todos responderam que ele não tinha pontos negativos. Ao explicar o porquê da pergunta, que seria contribuir criticamente para uma análise do benefício, eles expuseram algumas outras questões, “não como crítica”, mas como “sugestão” para aperfeiçoamento do benefício, como: o direito a receberem o décimo terceiro e a implementação de programas do governo para distribuir remédios para os deficientes físicos.

“Disse que a pessoa que não pagou o benefício não tem direito a receber o décimo terceiro. A pessoa que é aposentada por invalidez pelo governo não tem direito. Eu acho que a pessoa que deu o benefício para a gente, deveria dar também todo ano o décimo terceiro. Quando dão aumento para eles (os que contribuíram) de 350 reais, não dão para a gente também? Então deveriam também dar todo ano o décimo terceiro também para nós” – Ametista.

“Então para melhorar o governo devia lançar um programa para distribuir remédios para os deficientes também. Tem muitas coisas que para os deficientes são caros à beça. Comprar uma cadeira de rodas é mais de mil reais, quase dois mil reais. Como o sujeito vai comprar? O governo tem que melhorar isso aí. Essa parte aí que tinha que melhorar, os materiais, as coisas que o deficiente usa é muito caro” – Jacinto.

Gostaríamos de fazer uma observação quanto aos beneficiários e seus familiares entrevistados. Apenas um familiar, a nora de Turmalina, apontou a que a renda era insuficiente para atendimento de outras necessidades. Este caso em particular é devido ao fato desta família contar exclusivamente com a renda da beneficiária, não havendo outra fonte de recurso financeiro que possam computar, ainda que o filho desta trabalhe e receba um salário mínimo, não se pode contar com o seu salário, segundo afirma deficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender os impactos do BPC e mais especificamente os seus significado para aqueles que o recebem e para seus familiares em Matadouro - Campos dos Goytacazes/RJ exige um olhar crítico sobre a estrutura da sociedade brasileira. Implica em buscar as origens em que foram formulados os elementos que configuram as Políticas e Programas Sociais no Brasil, bem como o significado do Movimento Constituinte protagonizado por sujeitos que entram em cena na década de 1980, demandando a ampliação e a universalização dos direitos sociais, cujos desdobramentos se fazem presentes até hoje, desmistificando a “ideologia da outorga” do Estado.

Ao estudar as políticas sociais hoje no Brasil é impossível desconsiderar os programas de transferência de renda. Estes atualmente constituem o eixo central da proteção social estatal, dado o volume de recursos, as repercussões e seus impactos. Todavia também não podemos deixar de apontar nessa dissertação a ótica de seus beneficiários, do que seja, do que significa este programa de trans

ferência de renda federal, o BPC.

Ouvirmos a fala destes sujeitos que estão na ponta da linha da política, estes para quem as políticas, os programas sociais são direcionados, mas que nem sempre são ouvidos. O BPC é um dos maiores programas de transferência de renda federal, porém é seletivo, destinado a um público-alvo definido, mas em se tratando de um país como o Brasil, com o segundo maior índice do mundo de desigualdade e concentração de renda, a focalização não pode ser vista como é vista nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Dinamarca, na Noruega ou na Suécia. Aqui a focalização é uma questão de justiça. E para se ter um programa eficaz e eficiente, é preciso controlar; e para controlar é necessário ter critérios de elegibilidade. Em uma das falas este discurso está claramente apresentado:

Eu acho que são as pessoas, como idosos, deficientes mentais, pessoa que não pode andar, pessoa que tem problema, né “sa” menina? Pessoa que tem problemas graves que não podem coisa. Agora tem pessoas que podendo trabalhar, não deve apanhar esse benefício. Deve ser para as pessoas que tem necessidade” – Sardônia.

Outra questão presente neste discurso, assim como em outros é que o trabalho ainda é uma questão fundante na sociedade capitalista, ou seja, o direito ou a ajuda é destinada aos incapacitados para o trabalho; os demais devem procurar a sua reprodução social no mundo do trabalho.

Todavia a questão não é tão simples, pois para além dessa ética capitalista do trabalho, existe o direito inalienável do homem à vida. Por isso, desde Aristóteles e Marx até Van Parijs a sociedade moderna compreendeu que a vida é um direito inalienável do homem, devendo, portanto que cada indivíduo tenha uma renda, independentemente de ter contribuído, a qual ele possa dispor conforme as suas necessidades. Pelas falas que escutamos podemos supor que estamos no caminho, o BPC é “uma grande coisa”. *“Mudou, mudou, pelo menos hoje eu posso dizer assim: eu não trabalho, eu não faço nada, mas eu tenho meu dinheiro”*. Esta fala demonstra a importância para essas pessoas de terem a sua renda. O fato de elas não terem contribuído não significa que não tenham trabalhado e não sejam merecedoras. Pelo contrário, suas falas relatam como sempre trabalharam. A diferença é que nem todos devem ou podem ser contribuintes, principalmente numa sociedade que nem mesmo se constitui como uma sociedade salarial, onde o sub-emprego, o emprego precário e temporário é uma realidade, que não oferece oportunidade aos sujeitos de tornarem-se cidadãos contribuintes.

Quando tiveram a oportunidade de se “aposentarem por idade ou por deficiência”, isso foi um alívio, chegou a hora de ter o seu “INPS”. O vínculo para eles não é com a assistência, que dá esmolas ou presta favor, é um direito do idoso se aposentar por idade, assim falavam. “Mas hoje eu digo a você: graças a Deus, Jesus me abençoou, sou abençoada, estou vivendo, está dando pra eu viver, não preciso bater palma na porta dela”. Contudo, mesmo que a Política de Assistência Social ainda não apareça em suas falas como um direito, podemos afirmar que o BPC é um programa de transferência de renda do campo da Política de Assistência social. Segundo Silva (2004), não existe consenso quanto a isso, mas para a autora há dois pressupostos (encontrados no BPC) que afirmam tal justificativa: o primeiro é independente de contribuição, o segundo é destinado a um público alvo, que são grupos sociais de baixa renda ou em necessidade extrema, que precisam de cuidados.

Uma das conclusões a que chegamos é que essa renda é “líquida e certa todo mês” para esses beneficiários e suas famílias. Na maioria das vezes, ou sempre, essa é a renda que sustenta a casa. É através dessa renda que se é possível adquirir bens, mobiliar a casa à prestação. É possível se fazer planos, pois se tem a certeza que não vai faltar o dinheiro do benefício. As pessoas com a renda passam a ter autonomia do quê comprar e como comprar³³.

O recebimento de uma renda no valor de um salário mínimo faz toda a diferença para os sujeitos entrevistados. Para eles não se trata de uma cesta básica, ou um vale-compra no valor de 50 reais ou 100 reais: é o “*dinheirinho que é pago todo mês certinho*”. É o vínculo bancário, que lhes fornece um cartão magnético, crédito financeiro, a oportunidade de comprarem a prazo nos estabelecimentos comerciais e de se sentirem cidadãos, “importantes”. A renda na forma de um salário mínimo lhes dá visibilidade, tornando-os cidadãos consumidores. Esta é a diferença entre a cesta e renda. A cesta pode matar a fome, ela atende a uma necessidade imediata; a renda ainda, que no valor de um salário mínimo, pode gerar autonomia e status de cidadão consumidor.

O fato de receberem uma renda fixa todo mês, para eles é por demais importante. Quando falam de “*ajuda*”, não estão se referindo a uma esmola, ou a uma cesta básica, mas a possibilidade de “realizar sonhos”, de “fazer reformas na casa”, de “colocar dentes”, de “comprar o que se tem vontade”, de terem a sua “auto-estima”, enfim, é a possibilidade de se sentirem mais dignos.

É a possibilidade daqueles, que o mercado não absorve mais por serem idosos ou deficientes – que não podem mais trabalhar – de consumirem, de estarem inseridos na sociedade. Isso fica bem claro na fala dos entrevistados, é um direito para aqueles “idosos e deficientes que já não podem trabalhar, então isso foi a melhor coisa que já fizeram, porque viram que tem muita gente necessitada”. É como dizia o velho Marx: “de a cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com as suas necessidades”, conforme citado anteriormente.

Todavia queremos ressaltar a necessidade de fortalecimento da articulação da Assistência Social com as demais políticas socioeconômicas setoriais, no sentido de tornar eficiente a feição universal dessas políticas, principalmente a saúde e a educação, com a finalidade principal de se trabalhar com a perspectiva de superação da exclusão social. Desta forma, reafirmamos o artigo 4º da LOAS, inciso II – sobre os princípios – “a universalização

³³ Não ignoramos aqui os atuais financiamentos “a juros baixos” que atingem aposentados e beneficiários e que convidam para consumirem. O que enfatizamos apenas é que essa possibilidade é vista como positiva por esses entrevistados que não estão imunes a essa propaganda.

dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação social alcançável pelas demais políticas públicas”.

“Essas coisas assim, que a pessoa precisa mais, não é o dinheiro. É mais médico, mais coisa, que você precise tirar uma radiografia e não tenha tanto sacrifício, pra você ter que tirar. Ai você já ter aquele meio e o salário pode até ficar no mesmo. E só ele deixar a cesta básica equilibrada e a saúde também equilibrada estava tudo muito bem” – Sardônia.

O discurso dos entrevistados, principalmente o das mulheres, demonstra que estas tiveram sempre uma vida mais sacrificada que os homens, até porque muitas vezes com marido, companheiro ou não, este não tinha o “compromisso” com os filhos. A feminização da pobreza foi uma realidade presente nessa pesquisa. As mulheres que foram entrevistadas fizeram-nos mudar de idéia a respeito do próprio BPC. Antes o considerávamos ínfimo, que não servia, que era uma armadilha. Mas, ao ouvirmos as suas falas, pudemos compreender que, para eles, era um direito sim; haviam trabalhado e muito. Trabalharam de sol a sol para sobreviverem, para criarem seus filhos, não lhes sobrava sequer “um conto” para presentear, quanto mais para pensar em contribuir como autônomos, se é que se preocupavam com isso, pois o que importava era o dia de hoje, o que haviam de comer.

O fato de terem que passar por um processo seletivo, de apresentarem uma relação enorme de documentos, muitas vezes os deixavam cansados, como foi o caso de uma idosa. Contudo ela não desistia, pois sabia mais do que ninguém da sua necessidade, de ter o seu “INPS”. Para ela era mais que uma questão de sobrevivência era uma questão de dignidade, de auto-estima, de não ter que pedir a comida, o dinheiro, nada a ninguém. Com a “aposentadoria por idade” – como falavam os idosos - tinham seu dinheiro certo, podiam fazer planos, pensar em comprar uma televisão nova, uma máquina de lavar, e principalmente sabiam que o pão nosso de cada dia não ia faltar. Na verdade, no cotidiano, no concreto para os sujeitos entrevistados, o BPC está fazendo a diferença. Então não dá para desprezá-lo como um dos maiores programas de transferência de renda, mas a partir disso podemos (e devemos) pensar maneiras de trabalhar com ele, de ampliá-lo. Haja vista que esta pesquisa demonstrou a importância do BPC para os entrevistados.

Outra questão é que, para além do recebimento do BPC, estas famílias (especialmente as mulheres) desenvolvem outras estratégias de sobrevivência. Tais estratégias consistem na realização de trabalhos informais como: cortar toucinho, lavar uma roupa, tomar conta de

crianças, guardar lugar em fila. Para os idosos e os deficientes que ainda têm condições de as executarem é um “trocado que ajuda para comprar uma carne, um pão”. Outra estratégia é a parceria no cuidado com as crianças, tarefa esta que as mulheres desenvolvem historicamente: enquanto uma trabalha como diarista, a outra toma conta dos seus filhos e os filhos de sua irmã. Esta situação pode significar a extensão das relações primárias afetivas e possível ampliação do campo de solidariedade pessoal. Quando se trata de famílias onde há predominância de mulheres, como é o caso da família de Turquesa, as irmãs que moram juntas dividem todas as despesas, inclusive cada mês uma paga a mensalidade do plano funerário. Já na família de Turmalina, a nora cuida dela, e em troca recebe uma pequena remuneração. Em outros casos a mãe é a responsável por administrar a renda do deficiente, e a ela compete o cuidado com ele. Esta renda também pode ser utilizada pela mãe para comprar “coisas que tem vontade”, uma vez que precisa dedicar todo seu tempo ao filho, sem poder trabalhar fora. A renda torna-se, desta forma, uma renda da família.

Contudo, estas situações não permitem às famílias saírem da condição de pobres, analfabetos, desempregados. Apenas lhes garantem condições mais acessíveis de vida, mas sem alteração do padrão de exclusão social. O BPC, enquanto programa social, comporta um potencial de inclusão/exclusão. Ao incluir aqueles considerados inválidos e incapacitados para a vida e o trabalho garante-lhes a sobrevivência fora das relações do mercado, pois a relação de mercado não pode ser a mais importante na vida das pessoas e das sociedades, em termos de fins. Como assevera Demo (2002), qualquer noção mais substancial de democracia e direitos humanos vai reconhecer que o direito à vida vem antes de todos. Sem ele, não há como efetivar os outros. Neste sentido, “a assistência exerce o papel de direito radical à sobrevivência”.

No entanto, a mera presença da assistência e o direito a uma renda mensal para esse grupo de pessoas é insuficiente e insatisfatório se não for acompanhado por outras políticas sociais e econômicas. Mas por outro lado, contraditoriamente mantém uma grande parcela de outros grupos excluída, que por não terem acesso ao mercado (informal e formal) por diversas razões acabam também passando por privações, já que não se enquadram nos critérios de seleção.

Não estamos com isso querendo afirmar que a assistência, ou mais particularmente o recebimento do BPC para todos os idosos e pessoas portadoras de deficiência, daria conta da pobreza, até porque no Brasil, segundo diversos pesquisadores, temos uma pobreza estrutural e não residual. Sendo assim, a assistência é um direito fundamental à sobrevivência, sem ela não é possível efetivar outros direitos, mas ela por si não é capaz de combater a pobreza.

(DEMO, 2002, p.80). No entanto, não se quer negar que para segmentos populacionais mais expostos como deficientes, idosos e crianças o recebimento do BPC seja essencial para garantir o direito à sobrevivência, mas ninguém quer apenas sobreviver.

Partindo do pressuposto acima se entende que determinados segmentos sociais, como os idosos, os inválidos, os portadores de necessidades especiais, os doentes crônicos e portadores de HIV, ao não possuírem condições de se inserirem no mercado adequadamente, demandam da sociedade a capacidade de resolução do problema, para além do mercado.

Não se pode perder de vista que o BPC, enquanto um programa de transferência de renda, é, sem dúvida, fundamental na vida desses usuários; a possibilidade de autonomia, de administrar conforme as suas necessidades e “vontades”. Embora seja incondicional no que tange às contribuições, diferente de como era o caso da RMV, de certa forma condiciona-se ao indivíduo e principalmente à sua família para mantê-lo.

Este programa de transferência de renda no atual contexto de desemprego estrutural e de flexibilização das relações de trabalho consiste numa possibilidade de inclusão social desses sujeitos, ainda que não seja através do trabalho.

Não podemos ser ingênuos em acreditar que somente é viável adquirir-se cidadania via mercado de trabalho formal. A questão é que o Brasil nunca se constituiu numa sociedade de pleno emprego ou numa sociedade salarial, conforme aponta Castel (1996), nem mesmo no que se convencionou chamar de *Welfare State*.

Por isso, mais do que nunca é necessário repensarmos a forma de garantir o direito a uma sobrevivência digna a todos os brasileiros e brasileiras para além da lógica do mercado. Se em sociedades capitalistas não se é possível vislumbrar trabalho para todos, bem remunerado, estável, com garantias legais, pelo menos podemos e devemos realizar o seguinte ideal: “E cada um recebia uma parte, de acordo com a sua necessidade” (ATOS DOS APOSTÓLOS 3:35b). Este ideal está presente no pensamento de Aznar apud Justo (2004), de que a sociedade tem o dever de assegurar a cada cidadão a satisfação de suas necessidades e todos devem exigir este direito. Este tem como argumento o Estado de Bem Estar baseado no modelo paineano, ou seja, as transferências devem estar relacionadas com a participação de cada um no patrimônio comum, independentemente de estar trabalhando, procurando emprego ou ter contribuído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio. **Política social e combate à pobreza: a teoria da prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- ABREU, Haroldo, B. de. **A cidadania na sociedade capitalista: um estudo sobre a legitimação da ordem**. Rio de Janeiro, 1994. Dissertação (Mestrado em). Departamento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- ALBERTI, Verna. **Historia oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.
- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (org) **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BENJAMIN, César et al. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.
- Conselho de Regional de Serviço Social – 7ª Região – RJ. **Coletânea de leis resoluções**. 4.ed. atual. Rio de Janeiro: Lidador, 2003.
- BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lília M. **Historia da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea** São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **A miséria do mundo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E; GENTILI, P. (org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC, Cortez, 2003.
- _____. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org). **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: EDUC, Cortez, 2004.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COIMBRA, Marcos Antônio. Será que o marxismo responde à pergunta de como surgem as políticas sociais? In: ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Política social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.
- DEMO, Pedro. Menoridade dos mínimos sociais – encruzilhadas da assistência social no mundo de hoje. **Serviço Social & Sociedade**, v.18, n.55, p.39-73, novembro, 1997.
- _____. **A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DRAIBE, Sônia. **A especificidade do Welfare State Brasileiro**: Reflexões sobre a natureza do bem estar social. Brasília: MPAS/CEPAL, 1989.

_____; HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.03, n. 06, 1988.

DRESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, vol.16, nº 3, 2000.

ESPINGER-ANDERSON Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Revista de Cultura Política**, n.24, 1991.

_____; KORPI, Walter. O modelo escandinavo: do alívio da pobreza aos Estados com sistemas avançados de proteção. **Pobreza, uma questão inadiável**. Brasília: Fundação Escola Nacional de Administração Pública-ENAP, 1994.

FALCÃO, Maria do Carmo. **Os direitos (dos desassistidos) sociais** (org.). São Paulo: Cortez, 2002.

FERREIRA, Elisabeth Fernandes Xavier. **As entrevistas, mulheres, militância e memória**, Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti. As políticas brasileiras de seguridade social. **Capacitação em Serviço Social e política social**. Módulo 03. Brasília: NED/CEAD – Universidade de Brasília, 1999.

FONSECA, Ana Maria M.da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

GOIS, João Bosco Hora. A construção do trabalhador-cidadão e a questão da família na formação do Estado Novo. In: **Família e proteção social no Serviço Social**: revisitando a história profissional. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – a Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. Capítulo I.

GOMES, Ana Lígia. O Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.22, n.68, novembro, 2001.

GOMES, Ana Lígia. O significado e o alcance do Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites. **Cadernos CEAM**, Brasília:UNB, nº 11, 2002 .

_____. O Benefício de Prestação Continuada: uma trajetória de retrocessos e limites – construindo possibilidades de avanços? In.: SPOSATI, Aldaíza (org). **Proteção social de cidadania**. São Paulo: Cortez, 2004.

GOMES, Ângela Maria de Castro Gomes. **Burguesia e trabalho**: política social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro:Campus, 1979.

GOMES, Suely Costa. **Signos em transformação**: a dialética de uma cultura profissional. São Paulo: Cortez, 1995.

GRELE, Ronald J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina. **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

GOUGH, Ian. **From welfare to workfare**: social integration or forced labour? Algarve, 2000.

- IBGE. **Contagem populacional do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1996.
- JUSTO, Carolina Raquel D. M. **Experiência de Renda Mínima no Brasil**: um mapeamento dos programas e modelos paulistas. Rio de Janeiro: PUC, 2004.
- MARTINS, Silvia Helena Zanirato. Um descanso para o guerreiro: a criação da Previdência social e a organização do mercado de trabalho. **Revista Pós-História**. Vol. 1, Assis: Edunesp, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. São Paulo:HUCITEC, 2004.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. A centralidade da família na política de assistência social: contribuições para o debate. **Revista de Políticas de Públicas**. São Luís. Universidade Federal do Maranhão. Vol.8, n. 1, 2004.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1995.
- PAUGAM, Serge. **A desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.
- PEREIRA, Ligia M. L. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, v.6, n. 3, 1991.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.15, nº 48, 1994.
- _____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem estar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de LEAL, Maria Cristina (orgs). **Política social, família e juventude**: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.
- _____. **Necessidades humanas básicas**: subsídios a crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.
- PESSANHA, R.M. Observatório Socioeconômico da Região Norte Fluminense - **Boletim Técnico nº. 5**: “Favelas/comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes”. Agosto, 2001.
- POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.2, n.3, 1989.
- PORFÍRIO, Marilea Venâncio; SOUZA FIHO, Rodrigo de; BACKX, Sheila. **Assistência social**: contextualização e legislação. Conselho Municipal de Assistência Social. Rio de Janeiro, 2000.
- RAICHELIS,Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de assistência social**: caminhos para a construção democrática. São Paulo: Cortez, 2000.
- ROCHA, C.B. **Política de renda mínima no Brasil**: um estudo preliminar sobre o BPC. **10º CBAS**, 2001.
- ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal do que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Benefício de Prestação Continuada –BPC: desvendando suas contradições e significado: **Ser Social**: Revista do Programa de Pós-graduação em Política Social. Brasília:UNB, n.12, 2003.

_____;YASBECK Maria Carmelita; GIOVANNI Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Jessé. **A construção social da sub-cidadania**. Belo Horizonte:UFMG, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS**: um processo de construção da assistência social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SPOSATI, Aldaíza (org.). **Proteção Social de cidadania**: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSAT, Aldaíza (org.). **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **A vida urbana e a gestão da pobreza**. São Paulo: Cortez, 1988.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2002.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, 2001.

_____. **Sociedade civil, direitos e espaços públicos**: participação popular nos governos locais. São Paulo. Pólis, 1994.

TOTTI, M.E.F. **Aspectos epidemiológicos relacionados à saúde ambiental e humana na comunidade do Matadouro**. Campos dos Goytacazes, 1998. Dissertação (Mestrado em Biociências). Universidade do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 1998.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina.**Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

VIEIRA, Evaldo. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.18 n.53, abril 1997.

VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: indagações. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez , v.23, n. 71, 2002.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANEXOS

SITUAÇÃO DA MORADIA E SANEAMENTO

TIPO DE CASA

Tijolo / Adobe	
Taipa Revestida	
Taipa não Revestida	
Madeira	
Material aproveitado	

Outros - Especificar

Número de Cômodos / Peças

Energia Elétrica

DESTINO DO LIXO

Coletado

Queimado / Enterrado

Céu aberto

TRATAMENTO DA ÁGUA NO DOMICÍLIO

Filtração

Fervura

Cloração

Sem Tratamento

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Rede Pública

Poço ou nascente

Outros

DESTINO DE FEZES E URINA

Sistema de esgoto (rede geral)

Fossa

Céu aberto

OUTRAS INFORMAÇÕES

Alguém da família possui Plano de Saúde?

Número de pessoas cobertas por Plano de Saúde

Nome do Plano de Saúde

EM CASO DE DOENÇA PROCURA

Hospital

Unidade de Saúde

Benedeira

Farmácia

Outros - Especificar

MEIOS DE COMUNICAÇÃO QUE MAIS UTILIZA

Rádio

Televisão

Outros - Especificar

PARTICIPA DE GRUPOS COMUNITÁRIOS

Cooperativa

Grupo Religioso

Associações

Outros - Especificar

MEIOS DE TRANSPORTE QUE MAIS UTILIZA

Ônibus

Caminhão

Carro

Carroça

Outros - Especificar

OBSERVAÇÕES

Anexo 4**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES MAIS ANTIGOS DA
COMUNIDADE DO MATADOURO**IDENTIFICAÇÃO

Nome:

Idade:

Sexo:

Ocupação:

Profissão:

Naturalidade

1- Quanto tempo mora aqui?

2- Mora com quem? (composição)

3- Como chegou aqui?

4- Como era este lugar quando você chegou aqui?

5- Quando o Matadouro Público foi fundado?

6- E hoje, como você vê este lugar? O que mudou?

7- E hoje, como é a sua vida?

Anexo 5
Formulário Sócio-Econômico

Nome: _____

Data de nascimento _____ Idade: _____ Cor _____

Endereço: Rua _____,

Nº _____ Bairro _____,

Nível educacional:

Sem instrução (analfabeta ou alfabetizada) 1º grau incompleto (1ª a 8ª série) 1º grau completo

2º grau completo

2º grau incompleto

Ocupação: _____ Salário: _____

A sua casa é: cedida própria financiada alugada posse outros

Sua casa é de: tijolo barro madeira outros

A água usada na sua casa é: cacimba bica poço encanada outros

Somando os salários daqueles que trabalham, qual a renda familiar?

menos da metade de um salário mínimo

um salário mínimo dois salários mínimos três salários mínimos outros

Quais os programas que você e sua família utilizam?

Peti bolsa escola cheque cidadão BPC outros _____

Anexo 6**ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS IDOSOS E PORTADORES DE
NECESSIDADES ESPECIAIS.**

Nome:

Data de nascimento:

Idade:

Endereço:

Recebe alguma renda ou salário:

aposentadoria pensão benefício assistencial sem renda

Recebe 13º salário:

sim não

Anexo 7**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS BENEFICIÁRIOS****1. Questões sobre o acesso ao BPC**

- a) Quem tem direito ao BPC?
- b) Como tomou conhecimento?
- c) O que lhe perguntaram?
- d) Há quanto tempo recebe o BPC?
- e) A pessoa pode perder o BPC?
- f) O que faz com que a pessoa perca o BPC?
- g) O que seria para você perder o BPC?

2. Questões sobre cidadania, auto-estima, expectativas futuras.

- h) O que você faz com a renda que recebe?
- i) Como era a sua vida antes de receber o BPC?
- j) O que mudou na sua vida depois que passou a receber o BPC?
- k) O que você espera do futuro?

3. E o que você acha que o BPC representa para você e sua família?

- l) O que é o BPC para você?
- m) Se você pudesse dar algumas sugestões para melhorar, ou mudar em relação ao BPC, o que sugeriria?